

**UNIEVANGÉLICA
UNIVERSIDADE EVANGÉLICA DE GOIÁS
DOUTORADO EM SOCIEDADE, TECNOLOGIA E MEIO
AMBIENTE**

Odilon Mendonça De Oliveira Junior

**MÃO DE OBRA MEEIRA/AGREGADA NA EXPANSÃO DA
FRONTEIRA AGRÍCOLA DO NORTE DE GOIÁS DURANTE OS
ANOS DE 1930 À 1970**

ANÁPOLIS,
2024

**UNIEVANGÉLICA
UNIVERSIDADE EVANGÉLICA DE GOIÁS
DOUTORADO EM SOCIEDADE, TECNOLOGIA E MEIO
AMBIENTE**

ODILON MENDONÇA DE OLIVEIRA JUNIOR

**MÃO DE OBRA MEEIRA/AGREGADA NA EXPANSÃO DA
FRONTEIRA AGRÍCOLA DO NORTE DE GOIÁS DURANTE OS
ANOS DE 1930 À 1970**

Tese apresentada como requisito parcial, para obtenção do título de doutor no Programa de Pós-Graduação do Doutorado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, pela UniEvangélica – Universidade Evangélica de Goiás, sob orientação do Professor Doutor F. Itami Campos.

**ANÁPOLIS,
2024**

048

Oliveira Junior, Odilon Mendonça.

Mão de obra meeira/agregada na expansão da fronteira agrícola do norte de Goiás durante os anos de 1930 a 1970 / Odilon Mendonça Oliveira Junior – Anápolis: Universidade Evangélica de Goiás – UniEvangélica, 2024.

112p. il.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Itami Campos.

Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação e

Doutorado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente –

Universidade Evangélica de Goiás – UniEvangélica, 2024.



Programa de Pós-Graduação em
Sociedade, Tecnologia e
Meio Ambiente

FOLHA DE APROVAÇÃO

Mão de obra meeira/agregada na expansão da fronteira agrícola do norte de Goiás durante os anos de 1930 à 1970

Odilon Mendonça de Oliveira Junior

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente/ PPG STMA da Universidade Evangélica de Goiás/ UniEVANGÉLICA como requisito parcial à obtenção do grau de **DOCTOR**.

Aprovado em 04 de março de 2024.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento e Territorialidade

Banca Examinadora

Prof. Dr. Francisco Itami Campos
Presidente/Orientadora (UniEVANGÉLICA)

Prof. Dr. Iransé Oliveira Silva
Examinador Interno (UniEVANGÉLICA)

Prof. Dra. Giovana Galvão Tavares
Examinador Interno (UniEVANGÉLICA)

Prof. Dr. Ademir Luiz da Silva
Examinador Externo (UEG)

Prof. Dr. José Mateus dos Santos
Examinador Externo (Faculdade Evangélica de Goianésia)

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Helena Ribeiro de Oliveira.
Sua vida foi a maior expressão da graça
que eu poderia ter visto na vida.

RESUMO

OLIVEIRA JUNIOR, Odilon Mendonça de. Mão de obra meeira/agregada na expansão da fronteira agrícola de Goiás. Tese. (Doutorado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente) – UniEvangélica – Universidade Evangélica de Anápolis: Anápolis, 2023.

O presente trabalho tem por objetivo investigar a expansão da fronteira agrícola em Goiás, especialmente na região norte, primordialmente, embora não exclusivamente, durante os anos de 1930 à 1970, através de um enfoque das relações de trabalho da mão de obra meeira/agregada. Tratava-se, esta, de uma classe não proprietária em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade à violência. O agregado estava vinculado ao patrão como uma forma semi servil de contrato verbal, que incluía, evidentemente, relações de poder. Uma vez aceito pelo patrão, deveria este constituir residência no interior da propriedade do patrão e ficava vinculado ao mesmo, inclusive para disputas territoriais, devendo fazer parte de uma pequena milícia dos grandes proprietários em suas guerrilhas pessoais. O declínio do uso deste expediente como forma de ocupação de novos territórios implicou na expulsão desta mão de obra da região rural e sua substituição por instrumentos mecanizados cujo impacto ambiental é de proporções ainda maiores. Propõe-se, a partir da análise das problemáticas relacionadas à colonização, compreender o impacto ambiental e social provocados pelo uso desta mão de obra. Pretende-se, utilizando-se a análise histórica, compreender a visão do colonizador do sertão e da “necessidade” de urbanização de território, bem como o uso da mão de obra das classes menos favorecidas nas regiões rurais. Também procura-se verificar o impacto no meio ambiente durante o período em que esta mão de obra foi utilizada, a situação de precariedade de parte da sociedade na mesma lide com o meio ambiente e como, indiretamente, o fim do uso deste meio de trabalho implicou conflitos na zona rural, êxodo rural e a industrialização, com impactos maiores ao meio ambiente. Para esta análise utilizamos a pesquisa bibliográfica, utilizando as contribuições de F. Itami Campos (2012), Prado Junior (1979), Oliveira (2008), Palacin (1989), Cronon (2007) dentre outros. Também com dados estatísticos de fontes oficiais e entrevistas pessoais com indivíduos que participaram ativamente como meeiros/agregados na produção agrícola durante o período e/ou em situações históricas de conflitos de terras. Propõe-se, a partir da compreensão das problemáticas relacionadas à colonização, compreender o impacto ambiental e social provocados por esta relação de trabalho.

Palavras-chave: Goiás; agregados; meeiros; pecuária; propriedade; rural.

ABSTRACT

OLIVEIRA JUNIOR, Odilon Mendonça de. Manpower/aggregated labor in the expansion of the agricultural frontier in Goiás. Thesis (Doctorate em Society, Technology and Environment) – UniEvangélica – Evangelical University of Anápolis/; Anápolis, 2023.

The present work aims to investigate the expansion of the agricultural frontier in Goiás, especially in the northern region, primarily, although not exclusively, during the years 1930 to 1970, through a focus on the labor relations of sharecropper/aggregate labor. This was a non-property class in a situation of extreme poverty and vulnerability to violence. The aggregate was linked to the boss as a semi-servile form of verbal contract, which evidently included power relations. Once accepted by the boss, he had to establish a residence within the boss's property and was bound to him, including for territorial disputes, and must be part of a small militia of the big landowners in their personal guerrillas. The decline in the use of this method as a way of occupying new territories resulted in the expulsion of this workforce from the rural region and its replacement by mechanized instruments whose environmental impact is of even greater proportions. It is proposed, based on analysis of the problems related to colonization, to understand the environmental and social impact caused by the use of this workforce. The aim, using historical analysis, is to understand the vision of the colonizer of the backlands and the “need” for urbanization of the territory, as well as the use of labor from the less favored classes in rural regions. We also seek to verify the impact on the environment during the period in which this labor was used, the precarious situation of part of society in dealing with the environment and, indirectly, the end of the use of this means of work. It involved conflicts in rural areas, rural exodus and industrialization with greater impacts on the environment. For this analysis we used bibliographical research, using the contributions of F. Itami Campos (2012), Prado Junior (1979), Oliveira (2008), Palacin (1989), Cronon (2007) among others. Also with statistical data from official sources and personal interviews with individuals who actively participated as sharecroppers/households in agricultural production during the period and/or in historical situations of land conflicts. It is proposed, based on understanding the problems related to colonization, to understand the environmental and social impact caused by this work relationship.

Keywords: Goiás; aggregates; sharecroppers; livestock; property; rural.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I. Ocupação de Goiás	18
1.1. Conceituação histórica da mentalidade do colonizador: o projeto civilizatório colonizador	18
1.2. A expansão da colonização para o Oeste, e a consequente ocupação de Goiás	23
CAPÍTULO II. A CONFIGURAÇÃO DA MÃO DE OBRA MEEIRA/AGREGADA	39
2.1. O surgimento da Mão de obra meeira/agregada	39
2.2. Pecuária em Goiás: breve caracterização	42
2.2.1. Relações de trabalho	51
2.3. <i>Ethos</i> sertanejo	60
CAPÍTULO III. AGREGADOS, MEEIROS, POSSEIROS E CONFLITOS AGRÁRIOS	69
CAPÍTULO IV. ESTUDO DE CASO: CONFLITOS NA REGIÃO DA SERRINHA, PORANGATU – GOIÁS DURANTE FINAL DA DÉCADA DE 1950 E INÍCIO DE 1960	85
CONCLUSÃO	96
REFERÊNCIAS	99
Bibliográficas	99
Sites	113
Entrevistas	117
Anexos	119

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Efetivo da pecuária da CANG – 1953	31
QUADRO 2: Produção agrícola da CANG – 1947, 1950, 1951, 1952 e 1953	32
QUADRO 3: Estado de Goiás: Número de estabelecimentos, área cultivada e número de tratores (1920-1985)	35
QUADRO 4: Êxodo rural em Goiás: comparativo entre população rural e urbana	88

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa de Goiás distribuído por micro e mesorregiões com o enfoque do presente trabalho	15
FIGURA 2: Terras devolutas em Goiás em 1949	79
FIGURA 3: Jornal Terra Livre: conflitos agrários em Porangatú – Go. entre 1950 e 1969	90
FIGURA 4: Local do conflito na região de Serrinha em Porantagu-Go.	92
FIGURA 5: Entrincheirados, posseiros defendem suas terras na região de Porangatu (GO)	94

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Distribuição geral da população em Goiás (1804)	30
GRÁFICO 2 – Cobertura vegetal do cerrado: original e atual em Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás	34
GRÁFICO 3 – Distribuição Geral da População de Goiás – Atividade Econômica Predominante (1804)	81
GRÁFICO 4 – Crescimento populacional em Goiás	80
GRÁFICO 5 – Êxodo rural em Goiás: comparativo entre população rural e urbana	88

INTRODUÇÃO

O estudo da história de Goiás, especialmente durante a primeira metade do Século XX, a partir das classes sociais menos privilegiadas, é o tema deste trabalho. O objetivo é investigar a expansão da fronteira agrícola em Goiás, especialmente na região norte, primordialmente, embora não exclusivamente, durante os anos de 1930 à 1970, através de um enfoque das relações de trabalho da mão de obra meeira/agregada. Tratava-se, esta, de uma classe não proprietária em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade à violência. Assim, pois, visa-se analisar um modo bem específico de organização social e/ou divisão social do trabalho: a agregação, tendo como principal forma de pagamento desta mão de obra parte de sua própria produção. Esta relação de trabalho possuía vínculos não legais, portanto, totalmente informais, não menos rigorosos que os definidos por vínculos legais, uma vez que estavam baseados nas relações de poder, especialmente da capacidade e disponibilidade do uso da coerção e violência em uma terra onde a presença efetiva do Estado de Direito era bastante precária.

A meia se caracterizava por possuir evidentes reverberações sociais. O proprietário de terras oferecia parte de suas terras para pessoas que não possuíam propriedade de terras para a atividade agrícola ou pecuária de subsistência, mediante o pagamento de geralmente metade (algumas vezes outra porcentagem) da produção agrícola final. Em geral, a pessoa que oferecia sua mão-de-obra para o proprietário ficava vinculado à terra e ao proprietário em uma relação de subordinação chamada de agregação; era, portanto, um agregado. Havia também pessoas que não se vinculavam ao proprietário rural, mas estes geralmente atuaram antes de meados do século XX ou após a década de 1970 em pequenas propriedades. Ademais da meia, juntemos a esta o arrendo, que poderia ser na meia, isto é, 50% da produção, como também poderia ser em outras porcentagens, nunca menos que 20%.¹

Lembremos ainda que nesta ausência de um sistema monetário eficiente na zona rural, havia todo um sistema de troca de mão de obra por gêneros de primeira necessidade com os quais o trabalhador lidava diariamente: pagamento por porcentagem

¹ CF. BREITENBACH, Raquel; DOLNE, Ediclenio; BRANDÃO, Janaína Balk; DALCIN, Menigui Spanevello. Arrendamento de terras e máquinas: contribuições para a tomada de decisão dos agricultores familiares. COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional - FACCAT - Taquara/RS - v. 19, Ed. Especial (SOBER), 2022.

na criação de galinhas, bois, vacas e porcos, bodes e até cavalos e muares. Inclui-se aqui estas formas de organização do trabalho com o título genérico de meeiros, conforme conhecidos na cultura popular goiana.

É somente na perspectiva de uma colonização fundamentalmente agrária que podemos entender a extensão da destruição da fauna e flora nativas. Segundo o projeto MapBiomias, a agropecuária é responsável por 98,8% da destruição da mata nativa do bioma Cerrado².

O presente trabalho procura analisar a problemática mencionada anteriormente a partir desta classe de trabalhadores que, evidentemente, não possuía propriedades rurais e, portanto, oferecia sua mão de obra aos proprietários de terras. Esta mão de obra estava diretamente relacionada com a exploração de áreas ainda não utilizadas na expansão da fronteira agrícola na região, com a consequente destruição do bioma preexistente.

O que caracterizou a destruição do bioma Cerrado na região de Goiás durante o período compreendido entre final do Ciclo do Ouro e os três primeiros quartos do século passado foi a colonização do espaço, visando a exploração da atividade agropecuária, utilizando primordialmente e quase que totalmente, o trabalho manual. As classes não proprietárias de terras estiveram destinadas a este trabalho, cabendo às classes proprietárias a fiscalização e o gerenciamento das atividades em geral. O impacto destas ações é foco do presente trabalho, visando compreender a extensão do impacto ambiental, bem como as relações de poder envolvidas, como tais ações influenciaram e em que medida, os destinos de Goiás até a presente data. A ação humana na ocupação do espaço na região representou uma grande destruição do bioma nativo. Dados do Programa Cerrado da organização Conservação Internacional (CI-Brasil)

Indicam que o bioma corre o risco de desaparecer até 2030. Dos 204 milhões de hectares originais, 57% já foram completamente destruídos e a metade das áreas remanescentes estão bastante alteradas, podendo não mais servir aos propósitos de conservação da biodiversidade³.

² Brasil de Fato: uma visão popular do Brasil e do mundo. Agropecuária é responsável por 98,8% do desmatamento no Cerrado, aponta estudo. Rede Brasil Atual. Brasília, 10 de Set. de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/10/agropecuaria-e-responsavel-por-98-8-do-desmatamento-no-cerrado-aponta-estudo>. Acesso em: 24 de set. de 2022.

³ CASTRO, Millades de Carvalho. Fatores econômicos ligados ao desmatamento do cerrado nos municípios goianos. Título de especialista em Economia e Meio Ambiente no curso de Pós-Graduação em Economia e Meio Ambiente. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

A grande questão vinculada à destruição do bioma nativo de Goiás para a exploração pecuária e agrícola é que, de forma irônica, esta mesma destruição pode representar prejuízos para a indústria agropecuária local. De acordo com Elaine Barbosa da Silva (2002), do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG),

... a retirada da vegetação nativa gera diversos danos ambientais que reverberam na população. Tudo é interligado. O primeiro impacto que temos é na questão hídrica, havendo falta de abastecimento para os municípios e com o regime de chuvas ficando menos e irregular, com chuvas intensas que causam danos. A longo prazo, o solo também vai sendo degradado e a produção entra em colapso, deixando de ser abundante. Não vai haver um clima favorável, nem água que possa garantir mais de uma safra no ano. Além da falta de água e degradação do solo, [...] aumento de processos erosivos de terra -, e um clima com temperaturas mais altas são consequências da destruição do Cerrado.⁴

Dhemerson Conciani (2022), ecólogo e pesquisador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), afirma que a preservação deste bioma se torna imperativo não apenas devido a seu direito intrínseco de existência, mas também pelo impacto que sua destruição pode ocasionar na qualidade de vida dos seres humanos. Segundo ele, estamos “[...] Diante de uma das maiores crises hidrelétricas da história. [...] O Cerrado tem papel fundamental no abastecimento de água no país, já que o bioma é responsável pela nascente de oito bacias hidrográficas⁵. A destruição deste bioma e o consequente impacto nas populações humanas que dependem dos recursos hídricos, a exploração do solo, a subjugação do meio ambiente estão dentro do escopo deste trabalho. É evidente que a forma de organização social e divisão do trabalho é uma maneira possível de análise deste fato. O presente trabalho pretende estudar este fenômeno a partir deste modo de organização do trabalho, procurando juntar depoimentos, dados estatísticos e fontes primárias com as excelentes pesquisas já existentes sobre o assunto. Tais pesquisas, geralmente, partem de análises gerais ou documentos oficiais, o que justifica a relevância do presente trabalho, visto que as

⁴ ARAÚJO, Augusto. Dependente do Cerrado, agronegócio goiano é afetado diretamente pela destruição do bioma. Portal6. Goiânia, 23 de set. de 2022. Disponível em: <https://portal6.com.br/2022/04/24/dependente-do-cerrado-agronegocio-goiano-e-afetado-diretamente-pela-destruicao-do-bioma/>. Acesso em: 24 de set. de 2023.

⁵ TAVARES, Toninho. Agropecuária é responsável por 98,8% do desmatamento no Cerrado, aponta estudo

Segundo maior bioma do país. Cerrado já teve área destruída equivalente ao estado de São Paulo entre 1985 e 2020. Rede Brasil Atual. Brasília, 10 de set. de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/10/agropecuaria-e-responsavel-por-98-8-do-desmatamento-no-cerrado-aponta-estudo> - Rede Brasil Atual. Acesso em: 06 de out. de 2023.

classes menos favorecidas economicamente foram e ainda são a maior parte da população.

A visualização da problemática humana do processo colonizador do Brasil, em específico do norte de Goiás, procurando perceber as contradições próprias de um sistema de segregação social que se configurou histórica e culturalmente, em geral extra oficialmente, foi motivação que gerou o presente trabalho. Este processo não apenas condenou grande parte do cerrado brasileiro à queima mediante o uso de coivaras, mas também condenou no processo grande parte da população goiana à pobreza e à alienação da terra com a qual durante gerações esteve vinculada.

Para as ciências ambientais a relação pessoa e sociedade humana, meio ambiente (no caso goiano, Cerrado), estão tão intimamente imbrincados em um processo de mútuo impacto que não se pode excluir a formação da sociedade goiana, em suas virtudes e contradições, que seja alijado deste entorno que o cerca. O cerrado como conhecemos hoje deve sua configuração, para bem ou mal, à ação humana ao seu redor e, quase sempre, em seu seio, de onde durante gerações os indivíduos retiraram seu sustento, construíram seu modo de vida.

Neste trabalho valorizamos as contribuições de Wiliam Cronon (2007)⁶ no estudo da história ambiental, tanto sobre a conceituação cultural de propriedade, na percepção de que o sujeito está interligado ao ambiente circundante e que esta autoconsciência deve ser promovida, quanto na consideração que os elementos de ação dos meios políticos e econômicos de poder intrinsecamente urbanos incidem sobre o ambiente rural.

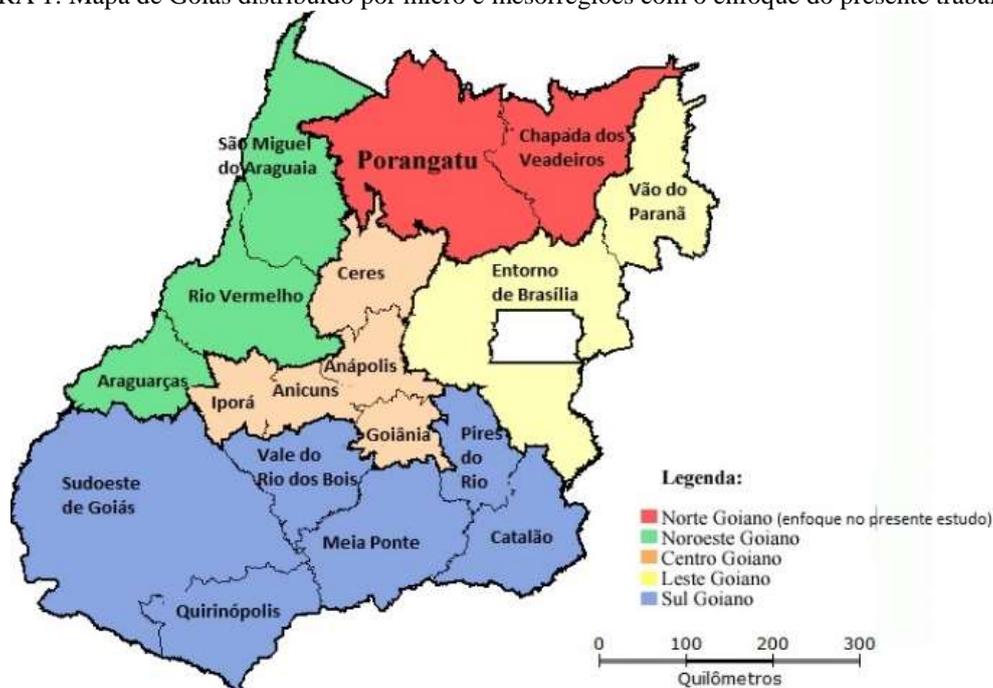
A área de estudo está circunscrita à região de Goiás, entre a fronteira com Minas Gerais, até a região norte do atual Estado do Tocantins, especialmente até a região o Rio do Peixe, municípios de Gurupi, Figueirópolis e região. Dentro desta delimitação estabelecemos um novo recorte, o norte goiano: regiões de Porangatú e Chapada dos Veadeiros, cuja população contava, em 2017, com 307.903 pessoas, em uma área total de 56.518.071 km²⁷, embora não esteja circunscrita a esta, compreendendo sua inserção em um contexto mais amplo, tanto geográfico, quanto histórico, político, econômico e

⁶ CF. CRONON, William. Nature's Metropolis: Chicago and the Great West. University of Washington: 2007.

⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/2231-np-divisoes-regionais-do-brasil/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html>. Acesso em: 12 de dez. de 2023.

ambiental. Na questão política, primordialmente, se deve considerar que todas as propostas de expansão da fronteira agrícola para oeste que impactaram a região foram tomadas fora desta região, razão pela qual qualquer estudo que não considere esta variável pode carecer de alguma informação relevante. Dentro do recorte cronológico contempla-se o período de maiores mudanças na região desde as primeiras entradas e bandeiras que inseriram Goiás no mapa do Brasil: as três primeiras décadas do século XX, procurando enfatizar as décadas medianas, 1930-1970, por ser o período em que as transformações dentro das classes trabalhadoras mais vulneráveis na região foram mais avassaladoras. Neste período o número de meeiros foi maior devido ao aumento da população e o não uso extensivo de maquinários agrícolas na região, fatores que exigiam um incremento no número de trabalhadores na agropecuária.

FIGURA 1: Mapa de Goiás distribuído por micro e mesorregiões com o enfoque do presente trabalho⁸



Durante todo o trabalho é frequente uma grande busca histórica, almejando encontrar as origens das questões abordadas. Talvez tais buscas históricas possam parecer abstrações. O objetivo é compreender as origens amplas, sempre buscando estreitar dos aspectos gerais até o âmbito específico, culminando com um caso na

⁸ BARROSO, Ana Cláudia; PAIXÃO, Adriano Nascimento da. Dinâmica do mercado de trabalho em goiás e a especialização das atividades produtivas entre 2002-2011. Revista de Economia, Anápolis-GO, vol. 09, nº 02, p. 40 - 63, Jul./Dez. 2013. Disponível em: <http://www.revista.ueg.br/index.php/economia/about/index>. Acesso em: 12 de dez. de 2023.

pretensão de exemplificar o mencionado anteriormente. Portanto a análise é iminentemente histórica bem como a linguagem também.

No primeiro capítulo procura-se demonstrar a compreensão do colonizador, incluindo a primeira fase da colonização. Inclui-se aqui o processo de formação deste tipo de relação de trabalho, bem como a maneira como historicamente foi utilizada em sua origem.

No segundo capítulo procura-se apresentar as origens históricas da configuração da mão de obra meeira/agregada, tentando explicitar que esta configuração se dá na base da pirâmide social. A mão de obra meeira/agregada foi a principal configuração de mão de obra no período mencionado na região rural em todo Estado de Goiás, incluindo o que hoje faz parte do Estado do Tocantins. Foi, durante algum tempo, a forma de relação de trabalho mais comum na zona rural goiana.

O terceiro capítulo procura demonstrar como programas de inclusão de Goiás no sistema econômico brasileiro causou não apenas conflitos agrários, nos quais os antigos meeiros/agregados tiveram em ambos os lados do conflito, papéis decisivos, bem como a expulsão desta mão de obra da zona rural, o que propiciou nova configuração de colonização do território. O êxodo rural que decorreu da expulsão desta mão de obra, causou o surgimento de grandes cidades e um impacto ambiental de tamanho substancial.

O quarto capítulo procura analisar, como exemplo histórico, o conflito agrário ocorrido na região de Porangatú, Formoso e Trombas, nos quais as classes não-proprietárias foram finalmente expulsas das terras que ocupavam e de onde retiravam seu sustento pelos grandes fazendeiros locais.

Este trabalho se insere no campo da história ambiental, que durante as últimas décadas obteve consideráveis contribuições de pesquisadores como F. Itami Campos (2012), Sandro Dutra (2001), Prado Junior (1979), Oliveira (2008), Palacin (1989), Cronon (2007) dentre outros. Pretendemos utilizar estas importantes análises neste trabalho. Também serão utilizados dados estatísticos de órgãos oficiais e entrevistas de pessoas que vivenciaram na sua realidade cotidiana a condição de agricultores de baixa renda.

Defende-se a tese de que a mão de obra meeira/agregada foi fator determinante para a colonização de Goiás, constituindo a maior parcela da população de baixa renda na zona rural da região, que sua presença e posterior expulsão da zona rural constituiu

importante desencadeador de ocupação e ordenamento do espaço rural e urbano. Trata-se, portanto, não apenas de elemento de considerável relevância, mas de meio de estudo da realidade de colonização do espaço e de impacto ambiental através das classes mais vulneráveis. Este tema é não apenas uma forma de aproximação do objeto de estudo, mas também uma via de visualização de uma problemática de classe que precisa ser compreendida na tentativa de uma melhor busca de soluções para pessoas sofridas. "[...] É natural, portanto, que antes de cuidar da solução deste problema, se comece por distinguir o setor da população para que a solução se dirige"⁹. Evidentemente esta busca inclui a defesa do meio ambiente no qual estas pessoas vivem, no caso, o Cerrado.

⁹ PRADO JR., Caio. A Questão Agrária. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 21.

CAPÍTULO I – OCUPAÇÃO DE GOIÁS

1.1. Conceituação histórica da mentalidade do colonizador: o projeto civilizatório colonizador

Procuraremos conceituar o projeto civilizatório colonial brasileiro e, por conseguinte, como nele inserido, o goiano. Pretendemos traçar historicamente suas bases amplas, procurando sempre ir, à medida que formos prosseguindo, estreitando os conceitos até chegarmos à especificidade do presente trabalho. O objetivo é demonstrar que a ocupação do território goiano ocorreu mediante uma divisão social básica entre dois grupos: as classes economicamente mais favorecidas, possuidoras de terras e as classes economicamente menos favorecidas, não possuidoras de terras, as quais só restavam, na região rural, oferecerem sua mão de obra aos possuidores de terras, ou seja, serem agregados de algum proprietário de terras. Para tal iniciaremos nas origens modernas do pensamento europeu, de onde proveio o projeto colonizador do Brasil, tentando, após vencida esta primeira parte, caracterizar sertão, não-sertão, sertanejo, ou seja, as questões regionais. Evidentemente o estamento ‘camponês’ é flexível. Portanto, sua caracterização sofreu variações no decorrer da história e dos biomas trabalhados. No caso goiano é ainda necessário separar entre quem vivia no sertão, ou zona rural e era proprietário de terras e o não proprietário, quase sempre meeiro/agregado.

A razão de seguirmos esta metodologia será evitarmos os seguintes problemas: a abordagem regional pode levar à uma hierarquização com relação a produção nacional. Portanto, não criticar a ideia de região e as relações de poder constituintes, o que inclui, evidentemente, relações de poder entre a região e outras regiões, termina voltando-se para “determinadas elaborações da região”¹⁰. Tais elementos foram expostos por Albuquerque Júnior (2011) sobre a pesquisa em História Regional.

Durante milênios a vida humana se desenvolvia em um universo rodeado de divindades e espíritos. A religiosidade animista se constituía na própria compreensão do cosmos e de como o ser humano se inseria neste. Todas as principais religiões das quais se tem algum vestígio histórico preciso, que datam de antes de 2500 AC, demonstram uma espiritualidade ligada ao universo material ou uma espiritualização do mundo material ou uma “materalização” do mundo espiritual. Os deuses ou espíritos nos são

¹⁰ CF. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras, Dourados*, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008. p. 39 – 41.

próximos: se manifestam em formas de árvores, rios, animais, ventos etc. Talvez a expressão mais conhecida deste fenômeno no ocidente seja o panteão grego.

Embora o cientificismo subsequente tente destruir, desencantar o mundo e desmitificar o cenário cósmico que rodeava o homem medieval, não rompe com este dualismo, apenas lhe dá uma nova roupagem: a floresta não está habitada por seres malignos; sua áurea sombria é fruto da ausência da racionalidade humana, é o sertão. É o lugar onde impera a desordem que a ação humana tira do mundo; é irracional e deve ser submetida a mesma racionalidade de todos os demais âmbitos.

Com o advento da ciência, o secularismo aumentou em grande medida. As coisas e práticas anteriormente consideradas religiosas e sagradas não se enquadram agora na mesma categoria. Abençoado não está mais restrito a lugares sagrados como igrejas ou templos, mas tem significados diferentes na vida de cada um (tradução nossa)¹¹.

Neste conceito a selva só pode ser entendida como lugar do vazio, já que só pode haver algum elemento se o mesmo pode ser inserido dentro da limitada capacidade racional do homem. A floresta, o sertão no qual a floresta se insere, a natureza não humana principalmente, apresenta o elemento mistério que só podia ser reduzido à um período de obscurantismo anterior, já não favorável dentro do conceito de iluminação.

Sempre que se imagina o Século das Luzes vemos um elemento contrastante com o período anterior e um notável otimismo científico para o futuro. Por iluminação se compreende o mundo totalmente racionalizado, transcendido pela capacidade humana de mapear o planeta e lhe dar ordem via ação humana, de onde pode surgir o progresso. A própria ideia de progresso está vinculada à “matematização” do meio ambiente, com a consequente domesticação dos elementos naturais selvagens, do local onde a ação humana ainda não delineou todos os contornos. Inclui todas as matas ainda não dominadas pelas estradas, entradas, pela ordenação sistemática e metodológica do deserto (sertão). Ou seja, onde não há ação humana nada mais há, ou pelo menos nada há que seja digno de apreciação como de valor próprio e intrínseco.

Estamos diante de uma separação entre o civilizado e o “bárbaro”. Nesta concepção, bárbaro é aquele que não teve a felicidade e a sorte de haver nascido na Europa, fardo aliás, do que pode ser com certa dificuldade aliviado, desde que se

¹¹ With the advent of science, secularism has increased to a vast extent. The things and practices earlier considered religious and sacred do not fall under the same category now. Blessed is no longer restricted to holy places like churches or temples but has different meanings in each and everyone's life. (Unacademy. Durkheim's Sacred and Profane. Nova Delhi, 24 de set. de 2023. Disponível em: <https://unacademy.com/content/upsc/study-material/biology/durkheims-sacred-and-profane/>. Acesso em: 07 de out. de 2023.)

permita domesticar pela cultura de elevada nobreza, livrando-se da selvageria a fim de tornar-se um ser “racional”¹². Enfim (e posteriormente), bárbaro é o sertanejo.

Desde os primeiros exploradores, a América foi vista como a terra de homens rústicos, sem história, que deveriam ser cristianizados. Com a colonização das áreas costeiras do continente, as populações interioranas continuaram a ser identificadas como selvagens. Por outro lado, a idéia de progresso, que se consagrou ao longo do século XVIII, contribuiu para apontar um sentido universal para o avanço da expansão européia no mundo todo. Para viabilizar o avanço do processo civilizador, os europeus acreditavam que deveriam governar diretamente imensas regiões da Ásia e da África, ou ajudar a corrigir os erros e abusos das jovens nações americanas. Em geral, o cientista viajante do século XIX desempenhava de bom grado o papel de conselheiro das elites da América do Sul, responsáveis pela eliminação da barbárie no interior do continente.¹³

É neste sentido, de domesticação e humanização do ambiente selvagem e desértico que passa a ser interessante, para o colonizador, o descobrimento e a ocupação da região central do Brasil. Essa cosmovisão, evidentemente, desfavorece tanto a preservação do meio ambiente, quanto das culturas preexistentes. “O homem [...] não constitui aqui nenhuma exceção. A natureza, negando a ele as forças do amor, o tem maltratado e diminuído mais que a nenhum dos animais (tradução nossa)¹⁴”. Vale ressaltar que a destruição da flora e da fauna nativos pretende ser a destruição da desolação, do diabólico, do disforme e a conseqüente construção de um ambiente mais plano, limpo (no sentido de desprovido de árvores que impeçam o livre trânsito de animais de carga e pessoas), de preferência calçado, construído e europeizado, correspondia, evidentemente, à transformação do selvagem em humano, do incivilizado no civilizado, do diabólico em angelical, do sertão em paraíso. Esse processo é ainda mais violento aos menos favorecidos; em Goiás, aos agregados. Estes quase sempre trabalhando no sistema de meia ou recebendo como pagamento pela sua mão de obra gêneros com os quais sua produção estava diretamente vinculada, comumente, parte e sua própria produção.

¹² CF. MAIA, Fernando Joaquim Ferreira; FARIAS, Mayara Helenna Veríssimo de. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 21, n. 3, p. 577-596, jul./set. 2020.

¹³ MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque de. O deserto dos mestiços: o sertão e seus habitantes nos relatos de viagem do início do Século XIX. *História*, São Paulo, 28 (2): 2009. p. 622.

¹⁴ El hombre [...] no constituye aquí ninguna excepción. La Naturaleza, negándole las fuerzas del amor, le ha maltratado y apocado más que a ninguno de los animales. (BUFFON, *Animales comunes a los dos continentes* (1761). *Obras completas*. tomo V, D. F. de P. Mellado. Madrid: Biblioteca Popular, 1847, p. 385.

Compreendendo o processo colonizador como missão civilizatória, os grupos de colonos que chegam a Goiás se esforçam por atravessar enormes distancias, sempre procurando rios navegáveis.

Os caminhos que levaram os agentes de europeização a Goiás foram, assim, inicialmente, os caminhos que o ligam à Amazônia e a São Paulo. Aquele, um caminho líquido, as águas do Tocantins-Araguaia. Este, um caminho rasgado através do desconhecido, ora por terra, ora pelas águas dos cursos fluviais da bacia do Paranaíba, para atingir, por fim, o vale do Araguaia Tocantins.¹⁵

Visando compreender a mentalidade do colonizador vários autores propuseram uma análise histórica sobre o conceito de “sertão”, procurando demonstrar como tal mentalidade desfavorecia qualquer colaboração na construção de uma civilização enriquecida com novas proposições, mas que apenas compreendia os novos ambientes a serem ocupados como espaços geográficos a serem dominados. Pretendemos expor aqui algumas destas colaborações como meio de aproximação ao objeto de estudo.

Embora tenhamos uma grande disputa acerca da etimologia do termo “sertão”¹⁶, o emprego do termo pelos primeiros a descreverem a paisagem e a topografia de Goiás demonstra como os mesmos, o termo e Goiás, eram vistos pelos que aqui vinham pela primeira vez.

Não há acordo unânime entre os etimologistas no tocante à origem do termo. Alguns afirmam que sertão deriva do latim *desertus* (por intermédio do latim vulgar *desertanu*), o que corresponderia aos adjetivos “deserto”, “abandonado”, “descuidado”, “inculto”, “selvagem”, “desabitado” ou “pouco habitado”.¹⁷

Se tal não é o entendimento atual, certamente está dentro do conceito próprio em que foi utilizado na época, quando tratavam de explicar aos que não tinham daqui nenhuma ideia o que era esta região do Brasil. Este conceito está intimamente implicado ao espírito de época, na qual se via todo e qualquer território carente das mudanças sofridas pela ação humana, especialmente por esta ação pós era científica e Revolução Industrial, como região atrasada ou desértica. Em contrapartida, toda e qualquer ação e modificação mediante o trabalho como civilização, progresso, desenvolvimento e, conseqüentemente, racionalização e melhoria – enfim, humanização.

¹⁵ LATOUR, J. Goiás; uma nova fronteira humana. Apresentação do Conselho de imigração e Colonização, Rio de Janeiro, abril de 1949. p. 13.

¹⁶ MACHADO, J. P. Dicionário etimológico da língua portuguesa. Lisboa: Confluência, 1952.

¹⁷ FONSECA, C. D. Do sertão dos Cataguases às Minas Gerais: As modalidades e o léxico da ocupação. In: Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Humanitas series, pp. 51-81. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788542303070.0005>. Acesso em: 13 de abr. de 2022.

A Natureza é diferente, portanto, de uma simples coisa; ela tem um interior; determina-se de dentro; daí a oposição de “natural” e de “acidental”. E não obstante a Natureza é diferente do homem; não é instituída por ele, opõe-se ao costume e ao discurso.¹⁸

Tentando, portanto, civilizar o deserto, ocupar o “nada” e humanizar o bárbaro, a ocupação da região longínqua constará com grupos humanos separados em dois estamentos, grosso modo: a classe dominante, que tem disponível o uso da força e portanto a possibilidade de acesso a propriedade dos espaços de terra que reivindicuem como seus e a classe dominada que, não possuindo acesso ao uso da força, não tem propriedades de terras e, por conseguinte, tem que se agregar com algum proprietário e estar vinculado à terra de algum modo. Assim, o processo de ocupação do sertão poderá dar-se início. O sertão é onde a civilização não está. O sertão é pobre; o sertão é triste; o sertão é perigoso. A África é sertão: a Europa é civilizada. A África é o sertão; a Europa é o não-sertão.

Imageticamente a obra de Guimarães Rosa (1908-1967) “Grande sertão e veredas”¹⁹, expõe a visão da realidade da vida cotidiana do sertanejo da forma como o percebe uma pessoa de cultura urbana. Sertanejo é aquela pessoa cuja vinculação é o sertão. Se a classe dominante desta região já é vista entre as reuniões sociais das grandes zonas urbanas como inculta e vulgar, sertanejo é um termo ainda mais aplicado às pessoas das classes baixas, sem acesso a qualquer educação formal, totalmente vinculadas nos costumes, nos modos de agir, na forma de sobrevivência à terra na qual estão trabalhando, cujo conhecimento é totalmente baseado no senso comum experiencial. Seus remédios são extraídos de plantas, sua alimentação é básica, em grande parte extrativista, seus compromissos com horários se baseiam na posição do sol.

[...] A relação do camponês com ela (a terra) compreende um intercâmbio social complexo, que implica a cultura. Jamais se limita à produção de gêneros alimentícios, elementos artesanais, matérias-primas para a satisfação das necessidades e alimentação, vestuário, abricó, etc. Muito mais do que isso, a relação do camponês com a terra põe em causa também a sua vida espiritual. A noite e o dia, a chuva e o sol, a estação de plantio e a colheita, o trabalho de alguns e o mutirão, a festa e o canto, a história e a lenda, a façanha e a inventiva – são muitas as dimensões sociais que criam e recriam na relação do camponês com a terra, o seu lugar²⁰.

¹⁸ MERLEAU-PONTY, Maurice. A natureza. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 04.

¹⁹ CF. Rosa, João Guimarães. Grande sertão: veredas – “O diabo na rua, no meio do redemoinho...”. 22ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

²⁰ IANI, O. A era do globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

Especialmente a expulsão desta população de seu local de pertencimento foi desencadeada pela sua substituição na lavoura pela mão de obra mecanizada. Se a mão de obra agregada propiciou a derrubada de grande parte da mata virgem primitiva, a mecanização da produção agrícola propiciará um uso otimizado desta mesma área e ainda demandará a ampliação do espaço, visando o aumento da produção.

Geralmente atribui-se (comumente) à ação da agricultura não-mecanizada um impacto bem menor que o efetivo. Estudos feitos com base em análise de dados e cálculos estatísticos demonstram que já em 1970 o desmatamento médio no cerrado era de 40.000 km² ao ano e que até o ano de 1975 cerca de 55% do cerrado já estava desmatado ou severamente transformado pela ação humana²¹. Considerando que o uso de maquinário se expandiu significativamente apenas após a década de 1960, verifica-se a eficiência da mão de obra manual no processo. Evidentemente, o fato de a grande porcentagem da população na região morarem em região rural à época é a única explicação possível do fenômeno.

Vejamos abaixo de forma ampla como se deu o processo de formação desta cosmovisão no colonizador europeu e, daí decorrente, para as classes dominantes do Brasil e de Goiás.

1.2. A expansão da colonização para o Oeste e a conseqüente ocupação de Goiás

Se anteriormente procuramos traçar historicamente, de forma resumida, como se forma a construção da mentalidade do processo de colonização do interior do Brasil e, conseqüentemente, Goiás, procuraremos agora delimitar a forma específica, ainda que resumidamente, como esse processo se configurou na prática, durante a ocupação do território goiano. Buscaremos compreender como a mão de obra meeira/agregada se insere neste contexto como a forma mais prática possível (para as classes dominantes) dentro das condições de isolamento da região.

A primeira fase de ocupação e exploração do território goiano se deu em razão da busca por ouro²². Seguiu-se a esta, quando do escasseamento do ouro na região, a

²¹ MACHADO, R. B. M. B.; RAMOS Neto, P. G. P; PEREIRA, E. F.; CALDAS, D. A.; GONÇALVES, N. S.; SANTOS, K. Tabor e M. Steininger. 2004. Estimativas de perda da área do Cerrado brasileiro. Relatório técnico não publicado. Conservação Internacional, Brasília, DF. Conservação internacional – Programa do Brasil. Disponível em: <http://cmbbc.cpac.embrapa.br/RelatDesmatamCerrado%20CIBrasil%20JUL2004.pdf>. Acesso em: 11 de nov. 2023.

²² CF. CORRÊA, Barbosa Elmer C. O Ciclo do Ouro. Brasília: Mec / FUNARTE,1979.

tentativa bem sucedida de exploração econômica do terreno para a pecuária. Vale lembrar que a inserção goiana no sistema econômico nacional se deu em condições adversas²³, necessitando enorme esforço do governo central. Inicia-se aqui um processo de agregação e de divisão do fruto do trabalho deste agregado, visto que o mesmo estava vinculado ao proprietário da mina, e, posteriormente, aos proprietários dos rebanhos bovinos, fator que se repetirá em quase todas as formas de exploração econômica na zona rural em Goiás.

A dificuldade de colonização e o empenho do governo geral neste sentido se pode inclusive verificar no documento manuscrito datado de 1 de abril de 1779, no qual o Conde de Valladares e várias outras autoridades se comprometiam ao pagamento de “quatro centos setenta e hum contos e trezentos mil reis livres para a Fazenda de Sua Majestade²⁴” à interessados em empreitada desta natureza.

Com a queda da produção aurífera, a produção agrícola e pecuarista se torna praticamente a única atividade econômica na região, causando a exploração cada vez mais acentuada dos recursos naturais e das florestas para a abertura de novas áreas para mais plantações e criação de gado. A criação se torna a atividade econômica principal de Goiás, seja como fonte de riqueza, seja como fator de arrecadação de impostos, situação que permaneceu até quase a década de 50 do século XX²⁵.

Durante muito tempo, as classes dominantes que ocupavam grandes áreas de terras através do uso da força ou mediante aquisições a baixíssimos custos usaram a mão-de-obra de agricultores sem propriedades rurais, que vendiam sua força de trabalho para os proprietários de terras, com a finalidade de derrubar áreas não ocupadas de matas virgens, destinando, durante algum tempo, a terra para a produção agrícola mediante a entrega de parte da produção para os proprietários.

[...] o crescimento das relações de produção nas áreas rurais resultante da expansão da agricultura comercial, às expensas da agricultura de subsistência é acompanhado, de um lado, pela substituição de formas de exploração da força de trabalho com remuneração total ou parcial *in natura* (arrendatários, parceiros, posseiros) pela remuneração monetária (assalariados rurais)²⁶.

²³ CF. ANDRADE, Manuel Correia de. Formação territorial e econômica do Brasil. Recife: FUNDAJ/ Editora Massangana, 2003, p. 61.

²⁴ Manuscrito datado de 1 de abril de 1779, do Conde de Valladares. Original.

²⁵ CF. CAMPOS, Francisco Itami. Formas de Ocupação: “... uma população sem terra, numa terra despovoada...”. Sociedade e cultura, 1(1): 71-80, Goiânia, UFG, jan./jun. de 1998. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/15440/5/Artigo%20-%20Francisco%20Itami%20Campos%20-%201998.pdf>. Acesso em: 05 de set. de 2022.

²⁶ Mello, M. C. I. O boia-fria: acumulação e miséria. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 148.

Estes meeiros, como foram conhecidos, formaram uma classe trabalhadora específica de grande impacto na região, utilizados na destruição da vegetação nativa para a exploração agrícola e pecuarista, principalmente durante a primeira metade do século XX, quando houve a maior devastação de tal vegetação até aquele momento. “Esta nova classe, os meeiros/agregados, característica das regiões latifundiárias do ‘sertão’, era composta por brancos pobres, mestiços e escravos negros libertos”²⁷. Segundo Perli (2006), estes trabalhadores não assalariados quando procurando novos espaços para ocupar,

[...] propunham realizar o desmatamento em troca do uso do solo por algum tempo para plantarem milho e outras culturas de subsistência ou ganhando extensões em decorrência do árduo trabalho de abertura de grandes clarões para a introdução do gado²⁸.

Goiás foi um Estado de colonização tardia, se comparado com os Estados do nordeste e sudeste brasileiro. Sua exploração coincide com o início do Ciclo do Ouro no Brasil, a partir do Século XVIII, quando as primeiras bandeiras chegaram ao território goiano com a finalidade de exploração de minérios. Durante a primeira fase da colonização os povoamentos se deram nas proximidades das minas, havendo total transitoriedade entre variados povoados de acordo com a quantidade de minérios encontrada. Quando o minério escasseava, tais povoados eram quase totalmente abandonados e a população de movia em busca de outras minas. Enquanto certa concentração populacional estava em certo lugar, obviamente havia a necessidade de produção de itens básicos de consumo, ferramentais tais como bateias, pás, enxadas, picaretas e outras, e a produção básica de alimentos, tais como arroz, mandioca, carne dentre outros. Tal produção alimentícia, no entanto, não chegou a se configurar como uma produção econômica de escala mediana, embora o impacto gerado nos locais em que tais produções ocorreram não podem, de maneira nenhuma, ser menosprezados²⁹.

Durante todo o século XIX, principalmente com a dificuldade em encontrar o minério de ouro, a região não teve grande produção econômica significativa em termos de PIB brasileiro total.

A economia goiana, até a década de 1920, podia ser caracterizada por sua baixa divisão social do trabalho, por seu caráter predominantemente rural, baseada na agricultura de subsistência e baixa circulação comercial e

²⁷ LISITA, Cyro. Fronteira e conflito: o processo de ocupação das terras de Goiás. Boletim goiano de geografia, 16(1). pp. 29-40. Jan/Dez. 1996. p. 31

²⁸ PERLI, Fernando. História de Santa Mercedes. St. Mercedes: MIMEO, 1999. p. 27.

²⁹ MULTIRIO. Secretaria Municipal de Educação. Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/at_mineradora.html. Rio de Janeiro, [s.d.]. Acesso em: 12 de Dez. de 2019.

monetária. A realidade presente não acompanhava o desenvolvimento que ocorria no restante do país. A industrialização e a modernização agrícola que ocorriam ao sul do Brasil, não chegavam a Goiás. Alguns dos motivos para que isso ocorresse era a baixa densidade populacional e a falta de estradas que deixava o estado desconectado do restante do país³⁰.

O minério retirado de Goiás não propiciou neste um desenvolvimento econômico significativo, visto que quase a totalidade do que aqui foi extraído não permaneceu de algum modo vinculado à região, sendo remetido para a capital do Brasil, ou para São Paulo e, principalmente, para a Europa. O Ciclo do Ouro durou pouco tempo em Goiás, entrando em declínio na década de 1770. Com a escassez de minérios na região, a maior parte dos mineiros permaneceram no estado, dedicando-se à agricultura e pecuária de subsistência, principalmente em virtude do isolamento com as demais regiões do país. Assim, um maior contingente de pessoas não possuidoras se tornou comum na região, estando disponíveis como meeiros e arrendatários. Esta condição permanecerá relativamente inalterada durante todo o período compreendido entre fins do Ciclo do Ouro até a década de 1930. “Este fato, porém, não mudou as características da ocupação, ou seja, população heterogênea, espalhada e de centros urbanos insignificantes”³¹. Durante este período a colaboração econômica da região para os cofres do Império e, posteriormente, da Primeira República, se restringiu quase que totalmente à pecuária.

Uma maior inserção econômica no cenário nacional será procurada durante a República Nova, após a Revolução de 1930, com o surgimento de estradas de ferro e a implementação de políticas de desenvolvimento econômico, fazendo surgir no Estado políticas que subsidiavam a agricultura de arroz sequeiro³² e de pecuária bovina, esta última bastante significativa para a economia do estado. No entanto, é evidente que a exploração econômica de Goiás se baseava quase que exclusivamente na exploração do solo para a agricultura e/ou a exploração do solo para a plantação de grandes pastagens para a criação bovina. Isto significava a destruição da vegetação nativa, a limpeza do terreno retirando qualquer vegetação anterior e a plantação do arroz ou a plantação do

³⁰ HADDAD, Marcos Bittar. A expansão capitalista em Goiás: da incipiente mineração ao século XX. Goiânia, v. 2, n. 1, p. 71-92, jan/jun 2019. Barú. p. 72.

³¹ LISITA, Cyro. Fronteira e conflito: o processo de ocupação das terras de Goiás. Boletim goiano de geografia, 16(1). Pp. 29-40. Jan./dez. 1996. P. 30.

³² CF: RIBEIRO, Francielle Wanderley; RODRIGUES, Carolina Candida; PEIXOTO, Stefânia Alves; SILVA, Andrécia Cósmem da; ARAÚJO, Matheus da Silva. Perspectiva econômica da implantação de arroz de terras altas no sudeste de Goiás. Agrarian Academy, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.5, n.10. p. 2018. Disponível em: <https://www.conhecer.org.br/Agrarian%20Academy/2018B/perspectiva.pdf>. Acesso em: 12 de dez. de 2023.

capim necessário para alimentação do gado. Assim, procurando novos espaços para a colonização e exploração econômica, grupos se deslocam para a região, utilizando cavalos e muares ou procurando acesso ao Rio Tocantins para o usar como rota fluvial.

Até o fim da década de 1840 a única via de comunicação fluvial utilizada é o Rio Tocantins, apesar da fragilidade desse empreendimento devido às condições naturais, falta de mão-de-obra, insegurança no trajeto e dificuldades de abastecimento. Apesar de o Rio Araguaia apresentar características bem mais favoráveis ao desenvolvimento do comércio entre Goiás e Pará.³³

O transporte de mercadorias ficou, durante muitos anos, dependente de tropas montadas, tanto para transporte de animais, de couro e produção agrícola, quanto dos itens básicos necessários aos assentamentos populacionais na região. Um registro deste transporte pode ser encontrado na região de S. Luzia, na qual se menciona em documento de 1867 ser este o único transporte disponível: “o Crystal é levado para o Rio de Janeiro, em bestas ou em carros [entenda-se carros de boi] (únicos meios de transporte que temos presentemente) ao frete de 7\$ por arroba³⁴. Excetuando-se, pois, apenas o “boi vivo”. Não foram poucos os casos em que a falta de itens básicos se fez notória, resultando em um estilo de vida bastante precário em termos gerais de conforto.

Os administradores, contudo, já cogitavam que a alimentação deficiente, as precárias condições de vida e a topografia desfavorável da capital assentada numa profunda bacia de terreno úmido, cercada de montanhas e sujeita a altas temperaturas talvez explicassem a diversidade de achaques reinantes naquele local. [...] a província de Goiás gozava de uma situação sanitária ambígua, descrita simultaneamente como saudável e insalubre.³⁵

Grande passo na direção da integração de Goiás à parte mais urbanizada do país se deu a partir da instauração da República, à medida em que se expande a malha ferroviária na região. Em 1913 a estrada de ferro chegou à Goiandira, e em 1930 foi estendida até Bonfim hoje Silvânia³⁶.

³³ PORTELA, C. A. Nem ressurgidos nem emergentes: a resistência histórica dos Karajá de Buridina em Aruanã. Dissertação (Mestrado). Goiânia: UFG, 2006. p. 59.

³⁴ Catálogo dos produtos naturaes, agrícolas, industriaes e obras d’arte da exposição provincial de Goyaz, instalada a 5 de agosto de 1866. Typografia provincial. 1867. p. 07.

³⁵ CF. MAGALHÃES, Sônia Maria de. Diagnóstico do interior do Brasil: saúde e doenças em de Goiás de 1823 a 1916. Goiânia, UFG, [s. d.]. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/p/16328-sonia-maria-de-magalhaes>. Acesso em: 07 de out. de 2023.

³⁶ CF. SILVA, Anderson Ferreira da. Goiânia à noroeste: da ocupação ao novo centro urbano Universidade de Brasília. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Dissertação (Mestrado). Brasília, 2014.

A ocupação incluía o embrião que formaria os estamentos sociais. Pois, “Para ocupar terras era necessário dispor de um pequeno exército particular (...). A posse passa a ser atividade exclusiva de proprietários ricos [...]”³⁷.

Num primeiro plano, situavam-se os donos de glebas que raras vezes aportaram por estes lugares. Em segundo, estavam os administradores das empreitadas que possuíam vínculos de compadres com os donos, mantidos por uma relação de confiança. Em terceiro, enquadravam-se aqueles que, mantendo relações com o administrador, propunham realizar o desmatamento em troca do uso do solo por algum tempo para plantarem milho e outras culturas de subsistência ou ganhando extensões em decorrência do árduo trabalho de abertura de grandes clareiras para a introdução do gado. Em quarto, situavam-se trabalhadores que recebiam pelos serviços gerais de desmatamento ou de segurança da posse de terras³⁸.

A falta de maquinários agrícolas durante todo o período anterior à década de 1950 e, principalmente, antes de construção da estrada de ferro³⁹, exigia que todo o trabalho fosse realizado mediante métodos simples e trabalho manual. Tais fatores fazem surgir, na região do centro-oeste brasileiro, um tipo específico de mão-de-obra, de divisão social do trabalho, de relações sociais e trabalhistas daí provenientes denominados meeiros. Meeiros são indivíduos, em geral, provindos dos primeiros mineradores que aqui não conseguiram sucesso financeiro na mineração ou descendentes destes que, não possuindo propriedades rurais, ofereciam sua mão-de-obra para a produção agrícola, especialmente, mas também para a produção pecuária, secundariamente, aos grandes proprietários de terras em troca de parte da produção, em geral 50%⁴⁰.

A natureza da troca envolvida e embutida na concepção de favor evoluirá com o desenvolvimento econômico brasileiro para se definir mais concretamente como relação de arrendamento: terra em troca de renda em trabalho [...]”⁴¹.

Oliveira (2006) menciona as primeiras gerações destes moradores não nativos. Segundo ele, os grupos que

[...] se deslocavam para Goiás eram compostos por indivíduos pobres, em sua maioria, negros e pardos livres que deixavam suas terras de origem onde, provavelmente eram escravos, e se dirigiam para o sertão em busca de terras devolutas para se estabelecer com seus familiares, utilizando como

³⁷ FERES, João Bosco. Propriedade da terra: opressão e miséria – o meio rural na história social do Brasil. Amsterdam: CEDLA, 1990. p. 139.

³⁸ PERLI, Fernando. História de Santa Mercedes. St. Mercedes: MIMEO, 1999. p. 27

³⁹ CF. GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Estação Ferroviária Leopoldo de Bulhões. Estações Ferroviárias. Prefeitura de Leopoldo de Bulhões, 2023. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/efgoiaz/leopoldo.htm>. Acesso em: 17 de Dez. de 2019.

⁴⁰ CF. CHAVES, Glaucio H. DIAS; Roberto Fonseca. Guia geral das estradas de ferro do Brasil, 1960. IBGE, 1957.

⁴¹ MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983. p. 36.

recurso, a aquisição de uma gleba de terra através da posse momentânea em comunidades quilombolas e, principalmente, se instalavam nas propriedades como camaradas ou agregados⁴².

Em geral, os grandes proprietários de terras não possuíam capacidade de exploração de toda a extensão territorial de que dispunham. As relações de trabalho e sociais daí decorrentes são bastante específicas. Leis trabalhistas que regulavam as relações de trabalho eram frequentemente ignoradas, valendo o contrato verbal entre as partes, especialmente baseado no poder dos proprietários. Os meeiros ofereciam sua mão-de-obra sem nenhum vínculo empregatício, sem nenhum direito trabalhista e nenhuma outra relação entre estes e os patrões. Daí por que Prado Junior (1979) menciona em Goiás “restos escravistas e servis”⁴³.

[...] esses pioneiros do processo de ocupação desenvolviam suas atividades agropastoris à moda dos bandeirantes: plantação de pequenas roças que em princípio deram lugar aos primeiros pousos que em seus primórdios deveriam ser simples ranchos, à margem das estradas e minas⁴⁴.

Aos meeiros são destinadas, primordialmente, terras de matas virgens para a exploração. O meeiro deveria derrubar a mata mediante trabalho manual, geralmente através do uso de coivaras e queimadas e plantar as primeiras lavouras entregando parte da produção ao proprietário das terras em relação de agregação⁴⁵. A esta condição de trabalho Waibel⁴⁶ chama de agricultura migratória: “derrubar e queimar as matas, usar a terra durante alguns anos e depois mudar-se para outra mata a fim de recomeçar o mesmo ciclo”.

Verificamos que a população goiana estava majoritariamente alijada do acesso à propriedade de terras, seja em razão de sua falta de recursos financeiros para adquiri-la, seja pela impossibilidade do uso da força mediante a contratação de milícias armadas que garantissem a posse da terra em disputas por territórios com os potentados locais. Linhares e Teixeira (1981) afirmam o caráter provisório da ocupação das terras por estas pessoas:

A área que ela ocupa, e continuará ocupando, é aquela não ocupada pela agricultura comercial especulativa [...] e não ambicionada pelos interesses de tais poderosos [...], daí o caráter precário e transitório do uso e da posse da

⁴² OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. A população de Goiás na transição da mineração para a pecuária (1804). *Hist. R., Goiânia*, v. 21, n. 1, p. 154–187, jan./abr. 2016. p. 182.

⁴³ PRADO JR., Caio. *A Questão Agraria*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 69.

⁴⁴ OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. *A construção da riqueza no sul de Goiás (1835-1910)*. Tese (Doutorado). Franca: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2006. p. 21.

⁴⁵ CF. ALVES, Mayk. Coivara é técnica que divide opiniões no mundo da agricultura. *Agro 2.0*, [s.l.], 03 de fev. de 2021. Disponível em: <https://www.agro20.com.br/coivara/>. Acesso em: 06 de out. de 2023.

⁴⁶ WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. p. 335.

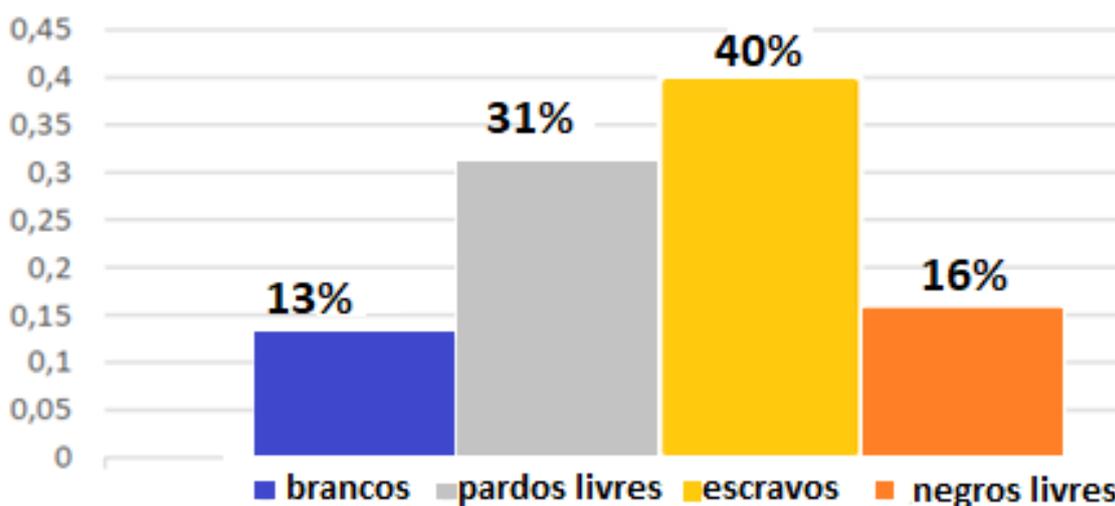
terra por pequenos proprietários e lavradores sitiantes, como se fossem ocupantes ocasionais de glebas provisórias.⁴⁷

O acesso à propriedade de terras estava quase que exclusivamente limitada a pessoas brancas devido às condições sociais e históricas que criavam barreiras às pessoas negras ou pardas, por exemplo, a Lei de Terras. A posição privilegiada de colonizador garantia acesso aos recursos econômicos e legais, a posição de escravizados ou ex-escravizados impedia o acesso destas pessoas a estes mesmos recursos.

Conforme se verifica no gráfico abaixo, percebe-se que a maior parte da população goiana durante o ano de 1804 era constituída de negros e pardos; apenas 13% da população era constituída de brancos. Excluídos da possibilidade de terem propriedades rurais, estas pessoas deveriam, quando viviam em zona rural, que era quase a totalidade da população da região (pois Goiás era uma região agrária), oferecer sua mão de obra na forma tradicional na região.

Os agregados só podiam requerer o domínio sobre uma posse em nome de um fazendeiro. Seus direitos eram, assim, convertidos em uma concessão do proprietário, valendo como uma condição de troca. O consentimento de permanecer na terra era retribuído pelo agregado mediante a prestação de serviços e produtos, caracterizando uma troca em condições bastante desiguais⁴⁸.

GRÁFICO 1: Distribuição Geral da População de Goiás (1804)⁴⁹



⁴⁷ LINHARES, M. Y. & SILVA, F. C. História da agricultura brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1981. P. 119.

⁴⁸ PEIXOTO, Sérgio Elísio Araújo Alves. A reforma agrária no Brasil: uma leitura das décadas de 1990 e 2000. 2017. Tese (doutorado) – Salvador: Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2017. p. 100

⁴⁹ CF. SILVA e SOUSA, Luiz Antônio da. Memória sobre o descobrimento, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: João Ignácio da Silva, 1874. FUNES, Eurípedes Antônio. Goiás (1800-1850): um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia: UFG, 1986.

Segundo o sr, Edilson, um agricultor entrevistado⁵⁰, filho e neto de agricultor no interior de Goiás, na região de Porangatú, os próprios meeiros preferiam terras florestadas para o exercício de seus trabalhos agrícolas. Segundo este, a derrubada e queimada das matas no modo de coivaras, propiciava grande quantidade de material orgânico, que servia de adubo natural para os primeiros anos da lavoura. Após três ou quatro anos, o solo se enfraquecia e a produção diminuía drasticamente, além de aumentar em muito a quantidade de pragas, resultando na obrigatoriedade do uso das terras apenas para a criação de gado. Essa situação não atendia plenamente ao regime de trabalho, pois a pecuária exige menos trabalhadores, além de possuir alto custo inicial e/ou o uso de insumos agrícolas de alto custo, inacessíveis aos meeiros.

Exploravam os cultivos alimentares utilizando-se de técnicas rudimentares, muitas vezes responsáveis pela rápida exaustão dos solos, o que os obrigava a ocupar seguidamente outras terras, caracterizando uma prática de agricultura itinerante⁵¹.

Desta forma, entregavam a terra aos proprietários que, a partir de então, deveriam usá-la para a massiva produção de gado. As terras já desflorestadas eram usadas por uma variante de mão de obra meeira, geralmente com parcela dos mesmos agentes, que serviam ao proprietário das terras na criação do gado e moravam dentro da propriedade, havendo uma certa similaridade nas relações sociais e trabalhistas com o sistema servil feudal (*mutatis mutantis*)⁵².

Era tudo muito difícil. O meeiro trabalhava muito; quando achava alguém com quem trabalhar que fosse justo, recebíamos a metade. Mas muitas vezes, na hora do acerto, o outro queria nos dar apenas 1/3. Muitas vezes preferia plantar em região de vazante, pois não havia dono a quem prestar contas⁵³.

Para que se tenha uma noção do impacto total em solo goiano, segue abaixo para exemplificar alguns dados da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), criada em 1941 como parte do programa expansionista do governo de Getúlio Vargas (1882-1954).

⁵⁰ Edilson Mendonça. Agricultor da região de Porangatú em 1960 em entrevista pessoal sobre meeiros concedida a Odilon M. Oliveira Junior. Porangatú, Go. 11 de nov. de 2023.

⁵¹ PEIXOTO, Sérgio Elísio Araújo Alves. A reforma agrária no Brasil: uma leitura das décadas de 1990 e 2000. 2017. Tese (doutorado) – Salvador: Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2017. p. 99.

⁵² Ver: FRANCO JÚNIOR, Hilário. A Idade Média: nascimento do ocidente. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

⁵³ Manoel Ribeiro da Silva. Agricultor da região de Tocantinópolis em 1960 em entrevista pessoal concedida a Odilon M. Oliveira Junior. São Miguel do Araguaia, Go. 17 de nov. de 2023.

QUADRO 1: Efetivo da pecuária da CANG – 1953 ⁵⁴

Produto	Quantidade (cabeças)
Bovinos	14.000
Equinos e muares	4.000
Caprinos e ovinos	2.000
Galináceos	228.000
Suínos	48.000

QUADRO 2: Produção agrícola da CANG – 1947, 1950, 1951, 1952 e 1953 ⁵⁵

produto	Unidade	1947	1950	1951	1952	1953
arroz	saca 60 kg	220.000	420.596	362.642	272.920	276.000
milho	saca 60 kg	500.000	25.475	202.625	136.349	248.000
feijão	saca 60 kg	65.000	18.169	29.455	140.187	86.000
açúcar	saca 60 kg	5.000	x	x	x	x
algodão	saca 60 kg	10.000	99.213	261.369	129.974	220.000
café	saca 60 kg	x	x	22.540	8.036	14.600
cana	kg	x	3.129.830	36.856.869	43.725 ton	32.024 ton
mandioca	kg		6.436.718	35.272.961	20.088.783	41.449 ton

Havia, pois, uma relação de subordinação e dependência na qual os agregados forneciam trabalho em determinada parte da propriedade, havendo outra parte destinada à produção básica agrícola para sua subsistência e de sua família e na qual a forma de pagamento pela mão-de-obra geralmente não se fazia mediada pelo valor monetário, mas mediante parte da produção, proteção, terreno para produção necessária à sobrevivência e residência⁵⁶. Trata-se de “(...) níveis assimétricos de troca, determinados por condições externas⁵⁷”. Verifica-se aqui a também a ausência do Estado de Direito, implicando em leis trabalhistas e regulamentação da oferta de mão de obra e mesmo de um sistema de mercado mais sistematizado com o uso da moeda

⁵⁴ DAYRELL, E. G. Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG. Goiânia: UFG, 1974. p. 56.

⁵⁵ DAYRELL, E. G. Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG. Goiânia: UFG, 1974. p. 57.

⁵⁶ CF. CASTILHO, Denis. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-Go – Brasil. *Élisée, Rev. Geo. UEG - Goiânia*, v.1, n.1, p.117-139, jan./jun. 2012. P. 125, 126. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/214/o/A_CANG.pdf. Acesso em: 19 de Dez. de 2019.

⁵⁷ WOLF, E. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar. p.23.

corrente, bancos e sistema de trocas conforme a maneira usual do sistema simbólico de trocas.

Os dados que se seguem na citação, se comparados com os dados abaixo sobre a produção na década de 1979, demonstram o crescimento da produção agrícola e pecuária coincidindo com o desuso da mão de obra meeira em favor da mão de obra mecânica, controlada por trabalhadores assalariados.

A produção de rebanho bovino tinha restrições devido aos acordos firmados pela Colônia, uma vez que o projeto visava aproveitar a fertilidade do solo para a produção agrícola. Por isso, as glebas não poderiam ser transformadas, naquele momento, em áreas de pecuária. Em 1953 foram registradas apenas 14 mil cabeças de bovinos e 4 mil de equinos e muares [...]. Já a produção de suínos e avinos não tinham restrições, já que não dependiam de grandes áreas para reprodução. No ano de 1953 foi registrada uma produção de 228 mil cabeças de galináceos e 48 mil de suínos [...]⁵⁸.

Os gráficos e números aqui apresentados favorecem uma ideia desta realidade, demonstrando que a produção na década de 1950 quando comparada à produção posterior, durante a década de 1970 e 1980, demonstra um acréscimo no número de gado de corte de 16.008.922 e de 3.907.424 ha nas áreas de cultivo⁵⁹. Estes crescimentos são, em grande medida, devidos aos sucessivos esforços do governo central. Visando a exploração econômica da região, programas de expansão da fronteira agrícola para oeste pretendiam se constituir em inserção do território no sistema econômico nacional.

Entre 1940 e 1963 foram criados 128 municípios no território goiano. E até 1988 foram mais 42. Grande parte surgiu no Mato Grosso Goiano e ao longo da BR- 153, o que teve influência direta da abertura de estradas, da criação da CANG (Colônia Agrícola Nacional de Goiás) e 7 das duas capitais planejadas⁶⁰.

Tais medidas contribuirão para que as condições de trabalho sejam radicalmente modificadas, incluindo nestas a mudança da capital da cidade de Goiás para a nova cidade de Goiânia⁶¹. Esta mudança significou um crescimento da população em nova região, bem como desenvolvimento econômico da região central devido, também, à ligação do Estado à região sul, através da Estrada de Ferro de Goiás. É evidente que

⁵⁸ CASTILHO, Denis. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-Go – Brasil. *Élisée, Rev. Geo. UEG - Goiânia*, v.1, n.1, p.117-139, jan./jun. 2012. P. 125, 126. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/214/o/A_CANG.pdf. Acesso em: 19 de Dez. de 2019. p. 125.

⁵⁹ CF. MESQUITA, Olinda Viana. Agricultura. In: *Geografia do Brasil - Região Centro-Oeste*. pp.149-170. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

⁶⁰ CASTILHO, Denis. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-Go Brasil. *Élisée, Rev. Geo. UEG - Goiânia*, v.1, n.1, p.117-139, jan./jun. 2012. p. 130.

⁶¹ VER: AYRES, Isac. História de Goiânia. Portal Guanabara Notícias. Goiânia, [s. d.]. Disponível em: <https://www.portalguanabaranoticias.com/p/historia-de-goiania.html>. Acesso em: 19 de Dez. de 2019.

todas estas transformações significaram também modificações no bioma nativo, conforme se pode perceber no gráfico abaixo.

Por outro lado, a mudança da capital traz a estranha sensação da falta de história. Nesse aspecto Goiânia tem profunda semelhança com Brasília, pois ambas foram cidades planejadas, e de acordo com Paulo Bertran, as pessoas que viviam nessas cidades se sentiam como habitantes de uma espécie de vazio cronológico, ou vítimas de uma amputação do próprio passado⁶².

Após as décadas de 1960 e 1970 estas modificações foram aprofundadas quando se verificou que as terras do centro oeste goiano, geralmente desprezadas pelos produtores agrícolas de regiões mais ao sul do Brasil por serem ácidas, poderiam ser grandemente utilizadas para a agricultura industrial mediante correções do solo. O crescimento das áreas dos estabelecimentos agropecuários entre 1970 e 1980 chega à ordem de 44,9%. No mesmo período o crescimento do número de tratores foi de 513,1%, o que provocou significativas alterações nas bases técnicas e econômicas da agropecuária regional.⁶³

A partir destas percepções, o governo federal, em especial durante e depois do governo de Juscelino Kubitschek (1902-1976), com a construção da cidade de Brasília e a conseqüente transferência da capital federal para o centro-oeste, juntamente com o governo estadual, cuja figura mais representativa neste sentido foi o interventor Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979), iniciaram programas de incentivo à exploração agrícola de Goiás. Posteriormente, o governo de Mauro Borges, nesta direção, fomentou novas medidas para a expansão do setor agrícola; foi criada a Escola de Formação de Operadores de Máquinas Agrícolas e Ferroviárias (EFOMAGO), também um laboratório para a produção de medicamentos de uso humano e veterinário (IQUEGO)⁶⁴.

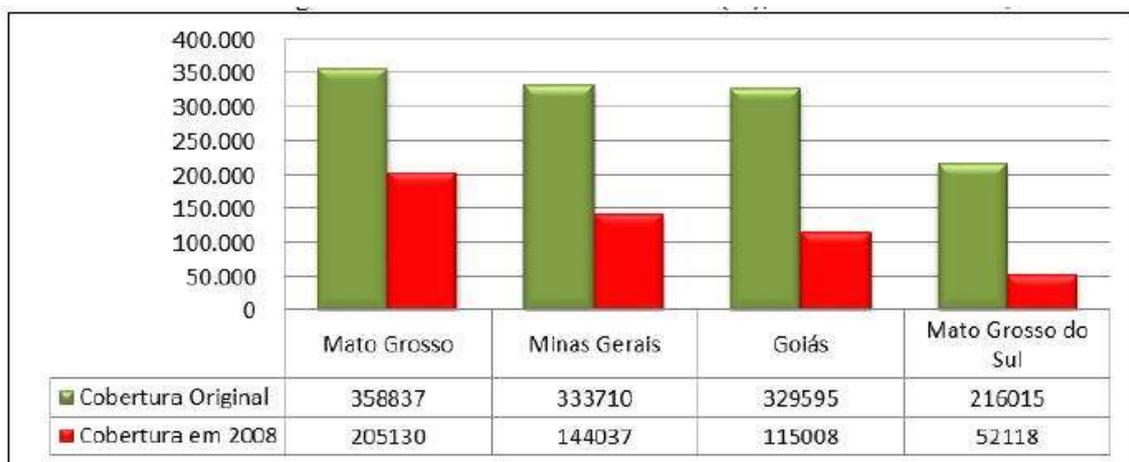
GRÁFICO 2: Cobertura vegetal do cerrado: original e atual em Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás⁶⁵

⁶² BERTRAN, Paulo. Memória consútil e a goianidade. Goiânia: Revista UFG / Junho 2006 / Ano VIII. n°1. p. 307.

⁶³ CF. MESQUITA, Olinda Viana. Agricultura. In: Geografia do Brasil - Região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1989, pp.149-170.

⁶⁴ GUEDES, Maria Helena. Os Grandes Diamantes Dos Coronéis. s/ed. Vitória: 2015.

⁶⁵ Gráfico feito a partir de dados retirados de: SIEG. Sistema Estadual de Geoinformação. Atlas do Estado de Goiás. 20 jan. 2015. Disponível em: <http://www.sieg.go.gov.br/>. Acesso em: 05 de out. de 2023.



Klanovicz (2014) afirma que, entre as décadas de 1960 e o final da década de 1970, as ações do Estado brasileiro resultaram na

[...] morte do agricultor tradicional e pobre, (propiciando o surgimento de um) [...] "produtor moderno, rico e empreendedor". [...] a única agricultura desejável era aquela que estivesse orientada para a produção de excedentes para o mercado [...] (com a utilização de) insumos, máquinas e equipamentos modernos, financiados pelo estado e dependentes do conhecimento técnico⁶⁶.

Vemos no gráfico abaixo um demonstrativo do crescimento de estabelecimentos agrícolas, áreas cultivadas e inclusive do número de tratores. Percebe-se um aumento exponencial do uso de tratores a partir de 1960, com o conseqüente declínio do uso da mão de obra agregada em virtude de sua saída da zona rural, como se verifica nos dados demonstrativos do êxodo rural na região⁶⁷. “Para os trabalhadores expropriados, que são a maior parte, e vivem na miséria e lutando contra a fome, só lhes resta lutar para mudar esse “destino”.

QUADRO 3: Estado de Goiás: Número de estabelecimentos, área cultivada e número de tratores (1920-1985)⁶⁸

A nos	Nº de estabelecimentos	Área cultivada total	Área cultura temporária	Nº de tratores
1920	16.634	113.562	-	-

⁶⁶ KLANOVICZ, Jó. Apontamentos para uma história ambiental de monoculturas modernas no sul do Brasil. Revista de História Iberoamericana, vol. 7, n. 2, p. 125-146, 2014. p.7.

⁶⁷ SILVA JÚNIOR, A. R.; VALE, N. K. A. do; WANDER, A. E. Modernização agrícola e o êxodo rural entre 1960 e 2010 no Estado de Goiás. Conjuntura econômica goiana. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos (IMB). Conjuntura Econômica Goiana. Março de 2016. nº. 36.

⁶⁸ IBGE. SEGPLAN-GO. DESTAT. 1990. Censo agropecuário – Brasil, Goiás. Brasília, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 06 de out. de 2023.

1 940	55.908	352.667	284.906	13
1 950	63.736	464.942	412.352	89
1 960	111.015	988.554	866.428	1.349
1 970	145.115	1.636.17 0	1.557.711	5.692
1 985	153.535	2.561.09 4	2.484.350	13.63 4

Conforme estudos do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos (IMB),

Nesse processo, as atividades agropecuárias tornaram-se subordinadas à indústria. Essa modernização proporcionou uma diminuição significativa de oferta de trabalho no campo, promovendo a migração forçada de milhares de famílias do campo para os grandes centros urbanos⁶⁹.

A modernização da atividade agropecuária e o conseqüente aumento da área cultivada, propiciará a substituição de grande parte da mão de obra braçal anteriormente necessária. O aumento da área cultivada, por outro lado, implicará no uso de terras ocupadas por pequenos produtores para agricultora de subsistência, para que fossem utilizadas para o agronegócio; evidentemente que a expulsão dos antigos moradores era necessária. Tais fatores agravarão as causas dos conflitos agrários especialmente no norte de Goiás.

A década de 70 assistirá a uma profunda mudança no conteúdo do debate. Impulsionada por uma política de créditos facilitados, que se inicia na segunda metade dos anos 60, pelo desenvolvimento urbano-industrial daquele momento, que se convencionou chamar de “milagre brasileiro”, a agricultura brasileira não apenas respondeu às demandas da economia, como foi profundamente alterada em sua base produtiva. O maciço crescimento do uso da tecnologia mecânica, de defensivos e adubos, a presença da assistência técnica, o monumental êxodo rural, permite dizer que o Brasil mudou e o campo também⁷⁰.

A ocupação do território goiano, do ponto de vista geográfico e do impacto que toda ocupação humana provoca no bioma no qual se insere, não pode ser compreendida

⁶⁹ SILVA JUNIOR, Ademir Rodrigues; do vale, Najla Kauara Alves; Wander, Elenor. Modernização agrícola e o êxodo rural entre 1960 e 2010 no Estado de Goiás. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos (IMB). Conjuntura Econômica Goiana. Março de 2016. Nº. 36. p. 100.

⁷⁰ GONÇALVES NETO, W. Estado e Agricultura no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 78

sem que se tenha a noção de quem foram os meeiros/agregados e de quem foram os proprietários de terras. No caso específico goiano a ocupação da região foi realizada mediante o uso recorrente da força desde seus primórdios, pois tratava-se de uma região ocupada por indígenas.

Portanto, segrega-se aqui a população entre duas forças iniciais: os que possuíam capacidade de uso da violência, geralmente pessoas que, vindas de São Paulo ou Minas Gerais, possuíam recursos econômicos suficientes para pagarem uma milícia pessoal armada, enfim, com capacidade de uso da violência e a maior parte da população, geralmente, descendentes de ex-escravizados ou indígenas, que não possuíam recursos econômicos para tal, portanto, não possuíam capacidade de aquisição e manutenção de propriedade de terras. A possibilidade de uso da força era vital como meio garantidor da posse da terra em um local onde conflitos entre grandes fazendeiros e pequenos proprietários fizeram com que grande parte dos últimos, mediante violência, perdessem suas terras aos primeiros: “[...] a propriedade da terra ainda constitui, no Brasil, um elemento organizador da atividade agrícola. O caráter produtivo da agricultura é aqui subordinado a dinâmica gestada a partir da propriedade fundiária”⁷¹.

Esse último grupo, evidentemente, ficava excluído de meios de aquisição de terras e, em razão disto, deveriam se vincular ao primeiro grupo em uma relação de subserviência, uma espécie de juramento implícito que incluía um vínculo pessoal moral e econômico com o proprietário rural local.

Ao pequeno posseiro restava migrar ou trabalhar nas grandes lavouras como agregado ou morador de favor. Geralmente, prestava serviço ao patrão e, em troca, ganhava o direito de morar e de produzir para a subsistência, situação de notória superexploração, já que os trabalhadores não recebiam salário, mas apenas os favores do fazendeiro⁷².

Estes agregados receberão, como pagamento pelo seu trabalho, gêneros de primeira necessidade: se trabalham com gado, receberão em cabeças de gado; se trabalham na agricultura, receberão ou melhor, entregarão parte de sua produção ao grande proprietário.

Com a abolição da escravidão, substituiu-se às relações servis de trabalho, a relação de emprego ou locação de serviços, embora nem sempre o pagamento e a remuneração desses serviços (trabalho prestado) se fizessem em dinheiro – o salário propriamente – assumindo com frequência formas mistas e mais

⁷¹ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade, Porto Alegre - RS: Editora da UFRGS, 2009. P. 46.

⁷² SILVA, Maria Aparecida Daniel da. Terra “sem lei, nem rei”: Goiás (1822-1850). Dissertação (mestrado). Goiânia, UFG, 2000. p. 29.

ou menos complexas, como sejam, o pagamento in natura, concessão do direito de plantar por conta própria alguns gêneros de subsistência etc⁷³.

Segundo Palacin (2008), a proclamação da República não provocou mudanças significativas no *status quo* visto que

[...] prenderam-se a questões administrativas e políticas. Os fatores sócio-econômicos e culturais não sofreram abalos: o liberto continuou flutuante, caminhando para o marginalismo social; as elites dominantes continuaram as mesmas; não ocorreu a imigração européia; os latifúndios improdutivos, áreas imensas, continuaram por povoar e explorar; a decadência econômica permaneceu sem que se pensasse em modificar a estrutura de produção; a pecuária e a agricultura continuaram deficitárias; a educação, em estado embrionário; o povo continuou esquecido em suas necessidades, mas usado pelos hábeis políticos, que baixavam decretos em seu nome⁷⁴.

Expulsos da zona rural da qual são oriundos por gerações e impedidos de trabalharem na terra conforme sua tradição, essa população vêm engrossar as áreas urbanas que, apesar de ocuparem menos de 2% da área do cerrado, causam danos ambientais por demasia significativos⁷⁵. Uma questão de importância vital é o impacto hídrico dos grandes centros urbanos. Esse impacto é gerado pela necessidade de produção

⁷³ PRADO JUNIOR, Caio. A revolução brasileira. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966. p. 62.

⁷⁴ PALACÍN, Luiz e MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. História de Goiás. 7ª ed. Goiânia: UCG., 2008. p. 126.

⁷⁵ CF. KLINK, C. A., MOREIRA, A. G. 2002. The role and current human occupation and land-use. In: OLIVIERA, P. S.; MARQUIS, R. J. (eds.) The Cerrado of Brazil. Ecology and natural history of a neotropical savanna. Pp. 96-88. New York : Columbia University Press, 2002.

de energia para uso industrial e para uso doméstico. Este uso acarretará na construção de grandes usinas hidrelétricas, no desvio de cursos de água para fornecer abastecimentos a tais centros urbanos, gasto excessivo de um recurso cada vez mais escasso bem como na enorme poluição causada nos cursos dos rios. O Bioma Cerrado é berço de várias nascentes de grandes rios que oferecem águas para outras regiões do Brasil. Apenas para dar uma ideia, os sistemas públicos de abastecimento no Brasil chegam a alcançar 45% de desperdício no volume de água ofertado à população⁷⁶.

⁷⁶ SRH-MMA. Recursos hídricos no Brasil. Brasília, 1998. p. 33.

CAPÍTULO II – A CONFIGURAÇÃO DA MÃO DE OBRA MEEIRA/AGREGADA

2.1. O surgimento da mão de obra meeira/agregada

Neste capítulo pretendemos tratar o surgimento e a configuração da mão de obra meeira/agregada, bem como sua forma de funcionamento. Como a mão de obra meeira/agregada foi utilizada durante a implementação da atividade pecuarista na região e a forma como os elementos que propiciaram conflitos posteriores na zona rural em Goiás germinaram.

O sistema trabalhista de agregação teve seu início no período do Ciclo do Ouro, visto que muitos dos trabalhadores que viviam próximos às minas e nelas trabalhavam não tinham vínculo empregatícios de nenhuma maneira. Grande parte dos trabalhadores durante o Ciclo do Ouro era de pessoas escravizadas. No entanto, em Goiás, a maior parte dos proprietários de escravos dispunham de no máximo 9 pessoas como sua propriedade particular e o emprego de filhos de pessoas escravizadas, já não escravizadas, se tornou cada vez mais predominante. Mesmo assim a mão de obra escravizada não foi, de maneira nenhuma desprezível. Segundo Palacim e Morais⁷⁷, em 1736 mais da metade da população se constituía de escravizados.

[...] o ano de 1696, uma dessas expedições conseguiu encontrar jazidas de ouro nas regiões montanhosas de Minas Gerais, onde teve início a ocupação do Vale do Ouro Preto. Nessa e em outras regiões de Minas (e depois em Goiás e no Mato Grosso), o ouro, inicialmente, era encontrado na forma de aluvião [...]. A exploração do ouro em Minas desencadeou uma grande onda migratória de portugueses e de pessoas de outras regiões da colônia no século XVII. Cerca de 30 a 50 mil aventureiros vieram em direção às minas à procura de enriquecimento⁷⁸.

Para a exploração das minas, portanto, se foi estabelecendo um sistema de trabalho desta mão de obra disponível, quase que totalmente de miscigenados, sem salários, sem vínculos legais ou contratuais, até hoje reminescente em exploração de minérios clandestinos no Brasil. Este sistema baseava-se na divisão de certa porcentagem do produto do trabalho entre o proprietário das minas e os mineiros que nela trabalhavam.

⁷⁷ PALACÍN, L e MORAES, M. A. S. História de Goiás. 5 ed. Goiânia: Editora da UCG, 1989.

⁷⁸ FERNANDES, Cláudio. Mineração no Brasil Colonial; Brasil Escola. <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/mineracao-no-brasil-colonial.htm>. São Paulo: [s. d.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/mineracao-no-brasil-colonial.htm>. Acesso em: 13 de out. de 2022.

Alargou-se, no decorrer do Ciclo do Ouro, a faixa de trabalho livre no Brasil. Este alargamento iniciou-se nas faiscações, onde era comum o trabalhador isolado, homem livre, que por falta de recursos não podia usar o trabalho escravo. [...]. Por estas razões e outras de menor importância, o trabalho livre, nas Gerais, chegou a abranger cerca de metade da mão de obra total, fato inédito no Brasil, pelo menos em atividades econômicas de primeira grandeza⁷⁹.

Com o fim do Ciclo do Ouro a população que não se locomoveu para outros lugares a procura de minérios ou de volta a sua origem, se ruralizou. A partir de então a pecuária tornou-se a principal atividade econômica da região. O território goiano favorecia tal atividade, pois grande parte de sua constituição possui terras fracas para a produção agrícola, topografia plana ou com poucas elevações, grandes extensões territoriais com baixa densidade populacional. Relatos escritos à época falam sobre a vegetação e de como esta favorecia a criação inicial de bovinos:

Capim de raiz-[...] se expandem da capital de Goyaz até Amaro Leite, entre Tocantins e Araguaya. [...] dispensa a salga do gado vaccum, pois que este, depois de se apascentar n'ella, bebe em seguida muita agua, como se houvesse tomado sal, e mais que as vaccas, criadas nas pastagens em que predomina a preciosa gramínea, são mais prolíficas. Capim branco-[...] florescem nos vastos campos de Goyaz e Mato Grosso, de preferencia nos cerradões, [...] constitue com o capim de raiz as duas mais afamadas forrageiras campestres do norte de Goyaz; mas não é resistente ao piso dos animaes, tendo por isso já sido extincta de muitas localidades do interior. Capim gordura ou catingueiro-[...] entre nós apparece nativa, quer nas mattas e capoeiras, quer nos campos. Póde-se dizer que é a gramínea mais vulgar que possuímos [...]⁸⁰.

A estrutura exigida para a criação poderia ser mínima, exigindo dos colonos poucos recursos financeiros de início. O homem que trabalhava na criação de gado geralmente poderia se locomover para uma região ainda não colonizada e, derrubando a mata nativa ou algumas árvores de uma região de pastagem nativa, iniciar as atividades de criação de gado.

Na Carta de José Domingos Gomes, responsável por remeter dízimos da capitania de Goiás, podemos verificar a importância do gado e de sua utilização como pagamento: “espera mais alguma couza de huns gados que entrarão [...] em princípio de mayo”. O mesmo

79 FERNANDES, Cláudio. Mineração do período colonial. Ciclo do ouro no Brasil. Edubras. São Paulo: [s. d.]. disponível em: https://www.educabras.com/vestibular/materia/historia/historia_do_brasil/aulas/ciclo_do_ouro_no_brasil#:~:text=Por%20estas%20raz%C3%B5es%20e%20outras,atividades%20econ%C3%B4micas%20de%20primeira%20grandez. Acesso em: 13 de out. de 2022.

⁸⁰ Séries estatísticas retrospectivas/FIBGE. O Brasil: Suas riquezas naturais, suas indústrias. Rio de Janeiro: IBGE, 1986, edição fac-similar, original publicado em 1908, V. II. p. 409.

se menciona com destino à Real Fazenda: o “Auto de arrematação do contracto dos dízimos do gado pelo tempo de 1813 e 1815”, datada de 19 de dezembro de 1812.⁸¹

A pecuária foi estabelecida através de duas principais vias: pelo nordeste, provindos de criadores nordestinos e pelo sul, provindos de São Paulo e Minas Gerais.

Como Catalão ergueu-se após a decadência do ouro em Goiás (1820) e seus fundadores eram fazendeiros (geralistas) que já estavam estabelecidos na região, desde o seu nascimento contou com um desenvolvimento em ritmo acelerado que a tornou dentro de pouco mais de meio século, referência do sudeste goiano.⁸²

Para Mendes e Ferreira⁸³ a ocupação e desocupação sucessiva do território gerada pelo início e fim do Ciclo do Ouro provocou mudanças patrimoniais relacionadas a propriedades de terras. O governo local tinha grande interesse na distribuição e controle dos direitos das terras (sesmarias), interesse esse que ficou diluído ao fim do Ciclo do Ouro.

Constata-se que nas regiões não ocupadas com a lavoura de exportação, havia a possibilidade do apossamento puro e simples, dispensando qualquer formalidade. As dificuldades com a burocracia da Coroa instigaram a ocupação de grandes áreas.⁸⁴

Na própria formação da atividade pecuarista na região de Goiás surge também a atividade agrícola, fundamental para a subsistência e propiciadora, em virtude disto mesmo, da existência de um comércio um pouco menos precarizado ou sortido. A mão de obra agora não mais utilizada nas minas, se canaliza para a produção pecuarista e agrícola.

O perfil destas pessoas utilizada nesta produção foi traçado por Silva e Sousa (1874). Segundo este, em 1804 a população goiana se constituía majoritariamente de escravizados, negros e pardos livres; sendo que apenas 13% da população era de brancos, quase que exclusivamente a classe dominante. A atividade mineradora já estava em franca decadência e correspondia a apenas 21% da atividade econômica

⁸¹ Auto de arrematação do contracto dos dízimos do gado pelo tempo de 1813 e 1815 da Capitania de Goyaz. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: João Ignácio da Silva, 1874. Original.

⁸² CARDOSO, Claudinei Vaz. Escravidão em Goiás – leitura de manuscritos oitocentistas de linguagem – Estudos e Pesquisas, Catalão, vol. 12 – 2008. pp. 38-50. 2008. p. 39.

⁸³ MENDES, Estevane de Paula Pontes; FERREIRA, Idelvone Mendes. Ocupação e povoamento dos territórios centrais do Brasil: política fundiária e trabalho do século XVIII ao XX. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Territórios em disputa: desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Uberlândia: 15 a 19 outubro de 2012.

⁸⁴ ALENCAR, M. A. G. Estrutura fundiária em Goiás: consolidação e mudanças (1850/1910). Tese (doutorado). Goiânia: UCG, 1993. p. 25.

quando se tratava de atividade exclusiva. A atividade agropastoril de forma exclusiva já correspondia a 61% da atividade econômica da região⁸⁵.

2.2. Pecuária em Goiás: breve caracterização

A partir do século XIX a atividade pecuarista se intensificou com um cada vez mais próspero comércio, incluindo também a criação de muares e equinos para o transporte de pessoas e mercadorias. A expansão da pecuária foi importante no processo de ampliação do território, se consolidando como atividade econômica principal no decorrer das décadas seguintes ao declínio da atividade mineradora. À crise econômica e o decréscimo de população, seguiu-se que a população remanescente se ruralizou para uma economia de sobrevivência.

A situação econômica e populacional da região foi sentida pelos viajantes e presidentes de Província. Saint Hilaire (1819) fala em decadência e apatia da população, Camargo Fleury (1837) Pohl (1817) e Castelnau (1843) mencionam que os caminhos eram esburacados e em péssimo estado⁸⁶. Também se pode verificar esta situação mencionada nas palavras de Silva e Souza que publicou em 1814 uma memória sobre a vida cotidiana e questões governamentais da capitania de Goyaz. Nesta há um relato sobre este período de decadência da exploração aurífera e a consequente “ruralização” da população que, segundo este, teria deixado

[...] nos braços da ociosidade aquella amor ao trabalho e patriotismo, que prefere ao interesse próprio o bem comum”. Seu trabalho reconstrutivo não é uma mera reunião de impressões pessoais, como pode-se imputar aos viajantes: Eis aqui tudo o que a respeito de Goyaz pude descobrir no curto espaço de pouco mais de dous mezes, no meio da confusão em que estavam estas notícias; e nem devo duvidar que, apesar da minha diligencia, em alguns pontos me falte a exacção. Mas quem reflectir que não sahi da capital, que não entrei na secretaria e nos archivos que desejava, e que apenas mendiguei noticias dos que viajavam com os olhos menos fechados, de livros em alguns cartórios, e papeis que sem critica existiam em diferentes mãos particulares, conhecerá o trabalho que tive, que fiz quanto me foi possível, e que assim mesmo talvez sirva ao publico, estimulando a outros mais hábeis a escreverem a este respeito⁸⁷.

⁸⁵ SILVA e SOUSA, Luiz Antônio da. Memória sobre o descobrimento, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: João Ignácio da Silva, 1874.

⁸⁶ CF. CHAUL, Nasir Fayad. Os caminhos dos viajantes. *In.*: Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Editora UFG, 1997. pp. 35-68.

⁸⁷ SOUZA, Luiz Antônio da Silva e. Memória do descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz (1814). Goiânia: Editora UFG, 1998, p. 38-139. p. 71.

Apesar da visão negativista do que encontrou na província, Silva e Souza (1814) não tardou em perceber algum potencial econômico na região que poderia ser explorado para o bem do governo geral.

Mas isto mesmo que encontrei é quanto basta para fazer conhecer a vantajosa situação de Goyaz, que, ainda mesmo na maior decadência em que se considera, e a que diferentes motivos deram principio, tem proporções para se levantar, para se ressurgir, logo que se possam aplicar a seu beneficio os paternaes cuidados d'El-Rei Nosso Senhor⁸⁸.

A pecuária foi a atividade que, no propósito de exploração econômica, melhor se adaptava às condições da época, visto que o gado podia ser transportado por vias precárias, pois não haviam boas condições de escoamento de outras mercadorias. Ademais, o gado era facilmente aceito como moeda de troca. Estes fatores favoreceram um incremento na atividade que propiciou um aumento populacional significativo nas três primeiras décadas do Século XIX. Provindos principalmente das regiões do Pará, Maranhão, Bahia e Minas Gerais, imigrantes constituíram, majoritariamente, a população da região em épocas posteriores, ao mesmo tempo que favoreceram o surgimento de oligarquias regionais que configurarão as relações de poder na região.

Goiás, então, tornou-se ponto de encontro de comunidades fronteiriças, principalmente da Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará e Minas Gerai. [...] No início do século XIX, vieram imigrantes, não mais para assentamento na antiga zona de mineração, e, sim, para exploração agropecuária⁸⁹.

Segundo Saint Hillaire, na região do Arraial de Santa Luzia a maior parte dos lucros dos fazendeiros, já em 1817, estava na criação de gado⁹⁰. Também menciona sobre o arraial de Meia Ponte, onde se encontravam as principais rotas da região que “Foram eles, ao que parece, os primeiros em toda a capitania que tiveram a gloria de se dedicar ao cultivo da terra. [...]. Ainda hoje a maioria dos habitantes de Meia Ponte se dedica à agricultura”⁹¹.

Do ponto de vista do interesse geral o sistema tem o grave inconveniente fazer da agricultura uma ocupação precária e provisória, com evidente prejuízo da produção agrícola e do fornecimento regular e sustentado de gêneros de subsistência. Mas o que há nele de mais sério, é a situação a que reduz grandes parcelas da população trabalhadora rural que fica na dependência de uma atividade precária e nômade, sempre se deslocando em busca de

⁸⁸ Id., Ibdem.

⁸⁹ PADUA, Andréia Aparecida Silva de. A sobrevida da marcha para o oeste. Estudos, Goiânia, v. 34, n. 7/8, p. 623-643, jul./ago. 2007. p. 625.

⁹⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à província de Goiás. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975. p. 22.

⁹¹ Id. Ibdem, p. 28.

terras disponíveis e abandonando-a a curto prazo para deixá-la para trás ocupada pelos rebanhos de gado⁹².

Segundo o historiador Galli (2005), o Arraial do Senhor do Bonfim foi um dos que mais rapidamente se adaptaram à atividade pecurista, sendo a maior parte de seus habitantes lavradores dedicados à cria de gado. Em 1861, o Arraial já contava com 6.020 habitantes entre escravos e libertos: “[...] a criação de gado seguia a tradição de costume, era criado solto nos pastos e aos cuidados da natureza”⁹³. Como única atividade melhor adaptada às condições de isolamento da região, a exportação da produção bovina para Minas Gerais e São Paulo começou a atingir, conforme relata Campos (2012), níveis consideráveis ao final do Século XIX e início do Século XX.⁹⁴

No que tange à colonização, a ocupação de novas terras vai ocorrer segundo processos rotineiros de produção – derrubando-se a mata existente e plantando-se as roças até a exaustão do solo. As estatísticas evidenciam o desmatamento e o aumento das terras produtivas entre 1920 e 1950: em 1929, 21,3% da área dos imóveis rurais do Estado constituíam-se de matas, em 1940 as matas ocupam 17,7% e em 1959 elas se reduzem a 14,0%. Em 1949, 17,7% e em 1959 elas se reduzem a 14,0%. Em 1949, 9,9% das terras dos imóveis rurais eram improdutivas ou estavam em descanso, enquanto em 1950 estas se somam a 20,1%.⁹⁵

O trabalho da criação de gado necessitava de uma divisão e hierarquização da mão-de-obra necessária ao seu bom funcionamento, visando garantir os lucros e a necessária sustentação da atividade. O trabalho de compra e venda de novas matrizes e a venda do animal de corte geralmente ficava a cargo do proprietário ou de alguém vinculado diretamente à sua família. O trabalho especificamente ligado ao cotidiano da criação era feito por funcionários e, principalmente, agregados que poderiam inclusive receber, como pagamento, animais do rebanho conforme a produção.

Heterogeneidade nas experiências de proletarização, vindas de processos de trabalho muito distintos, no interior de uma divisão técnica de trabalho que vinculava, desigualmente, todos os níveis de qualificação e habilidades; vindas de uma divisão sexual e etária do trabalho industrial, a partir desta divisão técnica, que se acompanha de uma construção de estigmas de gênero, de cor, de idade, de origem, determinando situações de exploração diferenciadas; vindas de formas de disciplinamento e organização do trabalho também diversas, que se juntavam a noções hierárquicas da própria noção de trabalho, firmada na matriz escravocrata⁹⁶.

⁹² PRADO JR., Caio. *A Questão Agrária*. 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1979. p 109.

⁹³ OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. A população de Goiás na transição da mineração para a pecuária (1804). *Hist. R., Goiânia*, v. 21, n. 1, p. 154–187, jan./abr. 2016. p. 178.

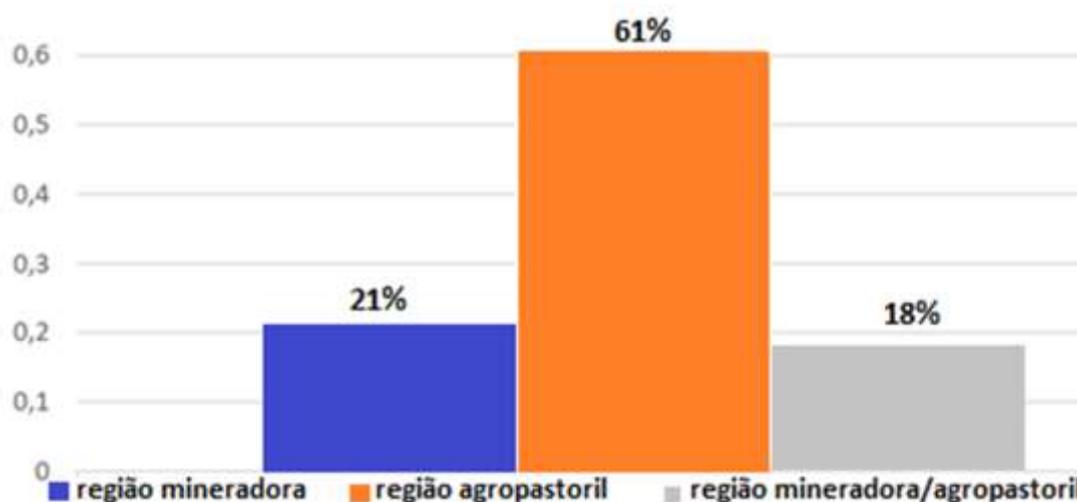
⁹⁴ Cf. CAMPOS, Itami. *Questões agrárias: bases sociais da política goiana*. Anápolis: Kelps, 2012.

⁹⁵ *Opus. Cit.* p. 36.

⁹⁶ PAÓLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Leite (org.). *Cultura e identidade operária*. Editora da UFRJ – Museu Nacional/Marco Zero/PROED: Rio de Janeiro, 1987. p. 63.

O Estado de Goiás dedicou-se eficientemente na criação de bovinos no Brasil, com uma participação considerada relevante: “[...] na atividade pecuária do país, com um rebanho de aproximadamente 22 milhões de cabeças, o segundo maior do país, o que representa cerca de aproximadamente 10,7% do total de bovinos do Brasil”⁹⁷. Veja a tabela abaixo:

GRÁFICO 3: Distribuição Geral da População de Goiás – Atividade Econômica Predominante (1804)⁹⁸



A dedicação à pecuária abarcou a grande parte da mão de obra ociosa pelo “escasseamento” do ouro presente nas regiões auríferas. A produção de carne bovina necessitava da dedicação de poucas pessoas, especialmente em virtude da enorme quantidade de terras disponível para a atividade. O incomodo que a criação de gado gerava em regiões metropolitanas e/ou produtoras de açúcar chegou a ser tratada pelas autoridades, favorecendo que a atividade se internalizasse no Brasil. “A presença foi intensificada após uma Carta Régia que proibia a criação de gado em uma faixa de dez

⁹⁷ FERREIRA, Gabriel Caymmi Vilela. MIZIARA, Fausto. COUTO, Victor Rezende Moreira. Pecuária em Goiás: análise da distribuição espacial e produtiva. Rede – Revista Eletrônica do PRODEMA. Fortaleza, Brasil, v. 13, n. 2, p.21 - 39. 2019. Disponível em: <https://www.agrodefesa.gov.br/files/PRODEMA.pdf>. Acesso em: 24 de ago. de 2022.

⁹⁸ Gráfico feito a partir de dados de: FUNES, Eurípedes Antônio. Goiás (1800-1850): um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia: UFG, 1986. P. 108; SILVA e SOUSA, Luiz Antônio da. Memória sobre o descobrimento, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: João Ignácio da Silva, 1874. pp. 429 - 510.

léguas desde o litoral em direção aos sertões”⁹⁹. A criação de gado procurou, desta forma, utilizar as vastas pastagens naturais dos sertões, fixando trabalhadores nas proximidades.

Na verdade, houve em Goiás uma reestruturação do espaço agrário a partir de 1940. A fronteira agrícola abriu-se em novas frentes de expansão e passou a avançar para o Sudoeste e o Mato Grosso Goiano. Estas regiões logo assumiram a liderança no processo de produção e de especialização agrícola. Segundo dados do Censo Agrícola de 1960, o Mato Grosso Goiano produziu, em 1959, cerca de 26% do arroz, 34% do milho, 48% do feijão e 68% do café colhidos em Goiás. Assim, o rápido esgotamento dos solos nas áreas pioneiras levou ao progressivo abandono da zona da Estrada de Ferro (região sudeste), e à ocupação de novas áreas na fronteira oeste e central do Estado. Dessa forma, os anos quarenta e cinquenta marcaram um recuo na ocupação das terras do vale do Corumbá, em busca dos solos de mata dos vales do S. Patrício e do Paranaíba.¹⁰⁰

Apesar da atividade ser marginal, a princípio, para os interesses do governo central, a atividade pecuarista propiciou novas relações de trabalho. O trabalho escravo muito utilizado na produção de cana-de-açúcar e nas lavouras de café passou a ser pouco utilizado na atividade pecuarista que

[...] geralmente necessitava de um pequeno número de trabalhadores e tinha sua mão-de-obra composta por trabalhadores livres de origem branca, negra, indígena ou mestiça. Além disso, o pagamento pelos serviços prestados era comumente realizado com o repasse de novos animais que surgiam no rebanho¹⁰¹.

Os meeiros/agregados se tornaram cada vez mais comuns nas regiões distantes do Brasil, incluindo Goiás, sendo sua mão de obra utilizada não apenas na lida diária com o gado, mas também com as atividades agrícolas de caráter economicamente secundário, com vistas à subsistência das populações da região. A característica de precarização do trabalho destas pessoas foi considerada por Wanderley (2009), para quem

[...] o valor da produção obtida, ou mesmo sobre as práticas de pluriatividade das famílias de pequenos agricultores, tendem a excluí-los do universo dos produtores rurais e a considerá-los como indivíduos ou famílias em vias de proletarianização, ou semiproletários¹⁰².

⁹⁹ BATTERO, Pedro Henrique. História - Seca, fenômeno secular na vida dos nordestinos. Brasília, 2009. Ano 6. 48 ed. - 10 de mar. de 2009. Ipea. Desafios ao desenvolvimento. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1214:reportagens-materias&Itemid=39. Acesso em: 24 de ago. de 2022.

¹⁰⁰ BORGES, Barsanufio Gomides. A economia agrária goiana no contexto nacional (1930-1960). História econômica & história de empresas III. 2 (2000), 65-83: Goiânia. p. 70

¹⁰¹ SOUSA, Rainer Gonçalves. Pecuária no período colonial. Brasil Escola. São Paulo: 2019. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/pecuaria-no-periodo-colonial.htm>. Acesso em: 24 de agosto de 2022.

¹⁰² WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 61.

O fator atividade pecuarista como elemento principal pode ser verificado nos registros oficiais já antes da metade do século XX. Segundo a Mensagem ao congresso legislativo do Estado de Goyas, apresentada a 13 de maio de 1929 pelo presidente do Estado, Dr. Brasil Ramos Caiado,

A receita geral do Estado está assim classificada: Receita ordinária 5.569:019\$984. Idem extraordinária 554:407\$934. Idem de depósitos 92:488\$190. Somma 6.215:916\$10. Correspondendo a exportação de gado à maior parte desta receita: 1 622:175\$000; excluindo ainda a exportação de xarque: 271:085\$616; exportação de couros e solas: 126:117\$010; manteiga e queijos: 45:229\$830¹⁰³.

A mão de obra meeira, durante este período, foi grandemente utilizada para a formação de novas pastagens. Em estudo de Carlos Brandão (1981) sobre os camponeses em Goiás, há uma descrição sobre este fator, mencionando que incluía muitas famílias de agregados que viviam e trabalhavam na terra, incluindo a meia como forma de pagamento ou até mesmo sem nenhuma forma de pagamento:

Por este sistema antigo de trocas de serviço o lavrador plantava sem obrigação de repartir com o fazendeiro, parte de sua colheita de cereais. O trato previa a devolução das terras usadas sob a forma de pasto formado para o gado do dono, depois de dois ou três anos de plantio de arroz, feijão e milho. Abandonando um local de lavoura o agregado não abandonava necessariamente a fazenda. Ele era autorizado a derrubar mais uma outra parte da mata e reiniciar outro contrato de serviços com o proprietário. Era também prevista a ajuda e a fidelidade do lavrador para com o seu fazendeiro¹⁰⁴.

O agregado teria que estar vinculado ao patrão como uma forma semi servil de contrato verbal, que incluía, evidentemente, relações de poder e temor de ações por parte dos grandes patrões que dispunham de meios de ação baseados na força e violência. O agregado, uma vez aceito pelo patrão, deveria constituir residência no interior da propriedade do patrão nos moldes mencionados anteriormente, ficando vinculado ao mesmo inclusive para disputas territoriais, devendo fazer parte de um pequeno exército dos grandes proprietários em suas guerrilhas pessoais. Tais realidades serão presenciadas, por exemplo, no norte de Goiás, quando de disputas entre fazendeiros e posseiros; lavradores que tentavam ocupar espaços territoriais para sua

¹⁰³ Mensagem ao congresso legislativo do Estado de Goyas, apresentada a 13 de maio de 1929 pelo presidente do Estado, Dr. Brasil Ramos Caiado. Oficinas do Correio Oficial – Goyaz, 1929. p. 09. Original.

¹⁰⁴ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Peões, Pretos e Congos. Trabalho e identidade étnica em Goiás. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 22.

subsistência. Estes trabalhadores, liderados à década de 1959 e início de 1960, por José Porfírio (1912-1973)¹⁰⁵, chegaram a entrar em conflito com proprietários locais, tendo sido em grande parte exterminada ou expulsa por milícias constituídas de agregados e funcionários (às vezes pistoleiros) dos grandes proprietários locais.

É verdade que as culturas temporárias, praticadas pelo arrendatário e meeiro ou posseiro, foram o principal meio utilizado pelo fazendeiro para desbravar e “amansar” as terras de mata, as quais eram depois ocupadas pela pecuária extensiva. Esta prática era, inclusive, a forma de reduzir custos de produção das pastagens¹⁰⁶.

Ao agregado cabia a lida diária com o gado, que incluía por sal no cocho, verificar a existência de algum animal doente e trata-lo, reuni-lo no curral ou tira-lo do curral à pastar utilizando, para este fim, cavalos, visto que grande parte das propriedades ao final do século XIX e início do século XX, até meados deste século, ainda não possuía cercados de arame para confinamento ou semi confinamento do rebanho, proteger o rebanho de possíveis predadores ou quaisquer riscos à integridade do mesmo¹⁰⁷. Este último fator foi responsável em grande medida pela enorme diminuição de animais predadores nativos, como a onça pintada.

Também cabia ao agregado o transporte desses animais para os locais de abate ou da venda de rezes vivas. O transporte extremamente extenuante e que levava dias até o local de destino era feito por meio de tropas montadas em muares ou cavalos e o rebanho conduzido lentamente por trieiros e estradas precárias até seu destino final. O transporte necessitava de uma logística primitiva, porém organizada. Incluía o carregamento em carros de boi de todo o suprimento necessário aos trabalhadores, pessoas designadas para preparar a alimentação e o responsável pela comitiva, que geralmente também se encarregava da fiscalização e venda dos animais e a consequente prestação de contas ao proprietário quando de regresso¹⁰⁸. “[...] A agro-pecuária foi

¹⁰⁵ Cf. COSTA, Cléria Botelho. Posseiros e Política: Goiás nos anos 1969. Revista de História, 134. 1º semestre de 1996. FFLCH-USP. Revista de História 134 (1996). pp. 61-70.

¹⁰⁶ BORGES, Barsanufu Gomides. A Economia Agrária Goiana (1930-1960). Associação brasileira de pesquisadores em história econômica (ABPHE). S.d. s. l. p. 10. Disponível em: www.abphe.org.br/arquivos/barsanufu-gomides-borges.pdf. Acesso em: 13 de jan. de 2023.

¹⁰⁷ CF.BARREIRA, Cilene Cunha Monteiro Antunes. A região da Estrada do boi: usos e abusos da natureza. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Goiás, 1989. p. 38.

¹⁰⁸ Edilson Mendonça. Agricultor da região de Porangatú em 1960 em entrevista pessoal concedida a Odilon M. Oliveira Junior sobre meeiros. Porangatú, Go. 11 de nov. de 2023.

durante quase 200 anos a única atividade sócio-econômica que assegurou a existência e o desenvolvimento material e social de Goiás”¹⁰⁹.

Neste processo de exploração dos pequenos agricultores, vários destes, procurando melhores condições de vida, procuravam novos locais onde pudessem se estabelecer, desvinculando-se de sua situação de dependência. Grande parte de novos ocupantes do território consistia de posseiros em terras devolutas, especialmente na primeira metade do século XX, fato que gerará futuras disputas territoriais na região. Ao ocuparem novos locais,

[...] dividiam as terras entre os familiares e agregados – que poderiam ser parentes ou não. O preparo da terra para o cultivo e pastagem requeria um esforço conjunto de todos os componentes do núcleo familiar extenso, pois na época todo o trabalho era feito com o uso dos braços, tendo como instrumentos básicos de trabalho a enxada, o machado e a foice, sendo muito lento e com baixa rentabilidade produtiva. Gradativamente as famílias iam construindo benfeitorias: áreas cercadas de lascas de aroeira ou madeira branca, valos e batumes e córregos ou rios, construção da sede com currais e quintais com mangueiro, rego d’água, monjolo, paiol, engenhoca e moinho; o quintal, por sua vez, era formado com uma grande variedade de arvoredos frutíferos¹¹⁰.

O processo histórico de colonização do território goiano atingiu níveis mais altos com incentivos governamentais. Segundo o relato do paulista Carlos Pereira de Magalhães, ainda no início do Século XX (1918), a situação de isolamento era precariamente rompida pelas atividades dos carreiros, tropeiros e boiadeiros: “Logo ao entrar na vastidão agreste da chapada, ressoava em nosso ouvidos, vinda de muito longe, a sua monótona melodia de um comboio de carros de boi salineiros. Mais adiante, um cincerro [...] anunciando uma tropa”¹¹¹.

O cenário de isolamento “[...] começa a se transformar a partir das primeiras décadas do século XX, quando a expansão ferroviária torna possível a conexão da isolada fronteira com o Sudeste brasileiro, dando início à expansão agrícola”¹¹². Para tal, o aumento da oferta de mão de obra se fazia necessária. Neste sentido, medidas de incentivo à imigração deveriam ser desenvolvidas. Visando fomentar migrações, foi

¹⁰⁹ TEIXEIRA NETO, Antônio. Pequena história da agropecuária goiana/o ouro acabou? Viva o boi!/o ouro se foi? Chegou o boi! Goiânia: UFG, 2015. p. 08. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/215/o/teixeira_net_ant_nio_pequena_hist_agropecu_ria.pdf. Acesso em: 21 de jan. de 2024.

¹¹⁰ OLIVEIRA, Hilton Afonso de. A construção da riqueza no sul de Goiás (1835-1910). Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca: 2006. p. 4.

¹¹¹ MAGALHÃES, Carlos Pereira de. Cartas de Goiás no princípio do século XX. São Paulo: Editora de Letra em Letra, 2004. p. 185.

¹¹² SILVA, Sandro Dutra e. No oeste, a terra e céu: A expansão da fronteira agrícola no Brasil Central. p. 8.

elaborado um suporte simbólico mitológico provindo das esferas mais altas do poder. O intuito era favorecer a “Marcha para o Oeste”, implementada a partir de 1938¹¹³. Este ideário apresentava a região como um espaço de aspirações, na qual era possível o acesso à terra e dela viver mediante seu próprio trabalho, fundamental no processo, em uma visão, segundo Dutra e Silva (2018) muito próxima da visão “turneriana” de fronteira.¹¹⁴

Segundo Itami Campos (1985) a Lei nº 52, embora não regulamentada, foi fundamental como meio de propaganda da política de imigração goiana. Tal lei concedia favores às famílias que migrassem para Goiás, incluindo a doação de 25 hectares na região do Vale do São Patrício.

Assim que vemos um incremento no número de pessoas não possuidoras de terras que chegam à região, aumentando o contingente de mão de obra na zona rural, mão de obra esta que em grande parte será absorvida no sistema de trabalho meeiro/agregado e que desembocará nos conflitos rurais que ocorrerão na região em anos subsequentes à 1950. Isto porque a expansão da área de ocupação na América Latina não favoreceu o avanço de modelos democráticos. Ao contrário, intensificou o poder local e o sistema de dominação fundiário. “No caso brasileiro, é possível afirmar que a modernização da agricultura se efetuou sobre a base de relações sociais que cristalizaram o predomínio do proprietário sobre o produtor”¹¹⁵. Conforme Hennesy (1978)¹¹⁶:

Esse processo trouxe a valorização das propriedades, que outrora eram “terras devolutas”. Essas grandes áreas de campo cerrado passaram a ser requeridas pelos coronéis em Goiás. Também impulsionou a migração para essa região de fronteira, intensificando novos tipos de violência, tanto no

¹¹³ Getúlio Vargas, “Saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio da Guanabara e irradiada para todo o país, à meia noite de 31 de dezembro de 1937”, 31 de dezembro de 1937, Casa Civil, Secretaria de Administração, Diretoria de Gestão de Pessoas, Coordenação-geral de Documentação e Informação, Coordenação de Biblioteca, Arquivo da Presidência da República, Brasília.

¹¹⁴ CF. Dutra e Silva, Anderson y Sandro Dutra e Silva. “A natureza e a modernidade urbana de Goiânia nos discursos da cidade símbolo do Oeste brasileiro (1932-1942)”. *História Crítica* n.º 74 (2019): 65-93, Disponível em: <https://journals.openedition.org/histcrit/1599#ftn2>. Acesso em: 11 de dez. de 2023. CF. TURNER, Frederick Jackson. *The Frontier in American History* (Mineola: Dover Publications, 2010); William Cronon, *Nature’s Metropolis: Chicago and the Great West*. Nova York: W. W. Norton & Co., 1991.

¹¹⁵ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. *Reforma Agrária. Revista da ABRA*. Campinas, v. 25, n. 2/3, p. 37-57, 1995. (Número Especial sobre Agricultura Familiar). p. 02.

¹¹⁶ Cf. HENNESSY, Alistair. *The Frontier in Latin American History*. Londres: Edward Arnold, 1978.

campo como nas zonas urbanas em processo de expansão, como veremos adiante.¹¹⁷

Ainda sobre o processo migratório, Silva e Sousa (1978), em “Memória Estatística da Província de Goiás”, menciona ser grande o número de mineiros que eram roceiros e criadores. Estes, após o Ciclo do Ouro, adentram na região à procura de novas terras para se estabelecerem¹¹⁸. Evidentemente não é possível abarcar totalmente a importância da ação deste grupo social na ocupação da região. Seja porque o registro histórico oficial quase sempre foi realizado pelas classes dominantes ou por burocratas a serviço do poder público, causando dificuldades em quantificar esta classe na zona rural, ou porque o número possível de abordagens desta ocupação é bastante elevado. Conforme afirma Worster (1992), uma “variedade densa de temas [...] podem ser, historicamente escritos sobre a região”¹¹⁹. Segundo ele, “a região oferece para estudar toda a ganância, a violência, beleza, a ambição e a variedade que todos podem se utilizar”¹²⁰. E conclui que “[...] estamos começando a conhecer onde é o verdadeiro Oeste, o que ele foi, o que ele poderia ter sido, o que ele ainda pode ser”.¹²¹

2.2.1. Relações de trabalho

Conforme mencionado acima, durante a primeira metade do século XX, devido ao isolamento de Goiás em função da quase ausência de estradas e do pouco aparato tecnológico, o processo de produção agrícola estava, quase em sua totalidade, reduzido a sua forma primária ou primitiva de trabalho braçal. Os grandes proprietários de terras detinham a posse de, em geral, léguas de território sob sua posse e domínio. Portanto, toda a produção agrícola necessária à

¹¹⁷ Sandro Dutra e Silva, Talliton Tulio Rocha Leonel de Moura e Francisco Itami Campos. A terra dos coronéis no Oeste do Brasil: A cattle frontier, violência e dominação fundiária no Cerrado goiano. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 234-259, jan./jun. 2015. Disponível em: [A_terra_dos_coroneis_no_Oeste_do_Brasil_A_cattle_f.pdf](#). Acesso em: dez. de 2023. p. 245.

¹¹⁸ SILVA e SOUSA, Luiz Antônio da. Memória sobre o descobrimento, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: João Ignácio da Silva, 1874. Apud. TELES, Gilberto de Mendonça. Vida e obra de Silva e Souza. Goiânia: Oriente, 1978.

¹¹⁹ [...] there is plenty of thick history to be written about this region. (WORSTER, Donald. Under Western Skies: Nature and History in the American West. Nova York: Oxford University Press, 1992. p. 33).

¹²⁰ This region offers for study all the greed, violence, beauty, ambition, and variety anyone could use. (Id. *Ibdem.*).

¹²¹ We are beginning to know where the true West is, what it has been, what it might have been, what it might still be. (Id. *Ibdem.*).

sobrevivência dependia exclusivamente ou quase exclusivamente de mão-de-obra contratada para este fim. Segundo Borges (2000), a mão-de-obra nesta época era um modo de exploração baseado na agregação do trabalhador à fazenda¹²².

Lá todo mundo trabalhava de agregado. Trabalhava de roça e fazendo serviço pros outros. Pra gente tenta sobreviver tinha que manter, trabalhar e dividi a renda com os próprios fazendeiros. [...] O fazendeiro dá um lugar pra ele fazer uma casinha pra ele. E ele vai colocar uma roça pra ele, roça de toco. Aí depois ele planta aquela roça, colhe o arroz, debulha e vai dividir aquela produção com o fazendeiro. Dividia aquela produção com o fazendeiro, todo o trabalho dele¹²³.

Assim, toda a população dependia da produção de insumos básicos para a sobrevivência produzidos no local ou nas proximidades do local de moradia. Isto significava uma produção artesanal em formato secular de tecidos e roupas, sapatos e botas, materiais necessários à construção de casas - daí a afamada telha de coxa, tão conhecida pelos nossos bisavós e os tijolos de adobe; tijolos de barro cru, geralmente misturados com estrume de gado e palha e pisoteados até formarem uma massa homogênea que, depois de receberem o formato adequado, eram expostos ao sol para secarem – e a produção de alimentos, geralmente providenciados pelos próprios indivíduos que os haveriam de consumir para sua subsistência e subsistência da família¹²⁴.

[...] Os lavradores plantam milho, feijão, arroz, mandioca e algumas raízes de comestíveis, pouco algodão, café, e tabaco, so para o seu uso. Trabalhão pelo methodo de toda a Província, roção, plantão, e colhem sem que as terras tenham outro benefício senão os saes das cinzas, que ficão das queimadas¹²⁵.

Neste período era comum a existência de uma classe específica de trabalhadores rurais própria daquelas condições materiais de existência, os pequenos proprietários rurais. Valendo-se do pouco valor monetário de terras longínquas em relação a espaços urbanos e estradas, parcela da população de Goiás se locomovia por estes espaços, objetivando a aquisição de propriedades rurais. Por esta razão Prado Junior (1979) afirma sobre as

¹²² CF. BORGES, B.G. Goiás nos quadros da economia nacional: 1930 – 1960. Goiânia: UFG, 2000.

¹²³ Domingos Machado, Araguaína, 2007. In: SILVEIRA, Marcos César Borges da. Herdeiros de Sísifo: Trabalho e trabalhadores no norte do antigo Goiás (1960 - 1975). Tese (doutorado). Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 62.

¹²⁴ CF. BERGAD, Laird W. Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais (1720-1888). Bauru/SP: EDUSC, 2004.

¹²⁵ SILVA e SOUSA, Luiz Antônio da. Memória sobre o descobrimento, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: João Ignácio da Silva, 1874. Apud. TELES, Gilberto de Mendonça. Vida e obra de Silva e Souza. Goiânia: Oriente, 1978. p.159.

formas de trabalho dos que não possuíam propriedades que a mesma desprivilegiava os pequenos agricultores:

[...] a situação a que reduz grandes parcelas da população trabalhadora rural que fica na dependência de uma atividade precária e nômade, sempre se deslocando em busca de terras disponíveis e abandonando-a a curto prazo para deixá-la para trás ocupada pelos rebanhos de gado¹²⁶.

Não raro, parte da população conseguia, mediante pagamento por mão-de-obra, adquirir uma pequena propriedade rural, uma pequena parcela de terra, talvez 6 ou 8 hectares, que deveriam cultivar e manter as próprias custas¹²⁷.

Nas décadas de 1950 e 1960, os pequenos produtores, que tomaram posse da terra no primeiro momento da abertura da fronteira agrícola, tiveram a função de desmatar e preparar a terra a um baixo custo para posteriormente ela ser apropriada por grandes fazendeiros, que se dedicavam à pecuária extensiva¹²⁸.

Esta classe de trabalhadores se instalava nas novas áreas de sua propriedade devendo delas tirar, mediante produção primária, os elementos essenciais à sua sobrevivência, vendendo apenas os excedentes em pequenas quantidades para aquisição de ferramentas, tecidos e outras poucas mercadorias de utilidade básica. Utilizavam escambo da produção agrícola com produtores vizinhos, geralmente pessoas nas mesmas condições sociais e de sobrevivência.

Num primeiro plano, situavam-se os donos de glebas [...]. Em segundo, estavam os administradores das empreitadas que possuíam vínculos de compadres com os donos, mantidos por uma relação de confiança. Em terceiro, enquadravam-se aqueles que, mantendo relações com o administrador, propunham realizar o desmatamento em troca do uso do solo por algum tempo para plantarem milho e outras culturas de subsistência ou ganhando extensões em decorrência do árduo trabalho de abertura de grandes clarões para a introdução do gado. Em quarto, situavam-se trabalhadores que recebiam pelos serviços gerais de desmatamento ou de segurança da posse de terras¹²⁹.

Tais pessoas, desalojando-se de algum local de residência anterior, podiam percorrer várias léguas a pé ou com o uso de algum animal de carga, levando seus poucos

¹²⁶ PRADO JR., Caio. *A Questão Agrária*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 109.

¹²⁷ CF. OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. *A população de Goiás na transição da mineração para a pecuária (1804)*. *Hist. R.*, Goiânia, v. 21, n. 1, p. 154–187, jan./abr. 2016. Disponível em: <file:///C:/+9++1804+A+POPULA%C3%87%C3%83O+DE+GOIAS+NA+TRANSI%C3%87%C3%83O+DA+MINERACAO+PARA+A+PECUARIA+ok.pdf>. Acesso em: 13 de jan. de 2024.

¹²⁸ BEZERRA, Luiza Maria Capanema; CLEPS JR., João Cleps. *O desenvolvimento agrícola da região centro-oeste e as transformações no espaço agrário do estado de Goiás*. *Caminhos de Geografia* 2(12)29-49, Jun/2004. pp. 35-36.

¹²⁹ PERLI, Fernando. *História de Santa Mercedes*. Pref. Municipal de Santa Mercedes: MIMEO, 1999. p. 27.

pertences até uma localidade onde pudessem adquirir uma pequena propriedade da qual poderiam retirar o básico para sua sobrevivência. Para tal eram valorizadas terras nas proximidades de córregos ou riachos e ali se fazia a primeira roça.

[...] abrindo picadas os entrantes mineiros vieram procurar no sertão bons pastos e novas expectativas de vida, arranchando-se em algum sítio que lhes aparecia aprazível e delimitavam a olho a sua área [...]. Tiravam rego d'água de algum ribeirão e faziam suas roças, erguiam casas, construíam currais, monjolos e demais benfeitorias necessárias à atividade agropastoris¹³⁰.

A agregação permaneceu meio fundamental para a ocupação na exploração econômica da zona rural. “Antes da abolição da escravidão, os agregados, os moradores de favor, os foreiros, os chamados trabalhadores livres já viviam nas grandes fazendas, “trabalhando hoje para comer amanhã”¹³¹. A produção geralmente era variada, visando atender às necessidades pessoais básicas de alimentação. Se plantava uma pequena horta, geralmente a cargo das mulheres. Aos homens cabia a atividade de derrubar o mato a machado, queimar, após secas os paus resultantes da derrubada e então o trabalho mais árduo: arrancar os tocos do terreno. Após este preparo inicial, eram plantadas roças de milho, feijão, mandioca e arroz, prioritariamente, com vistas a produção de grãos, farinha e polvilho para o período de entressafra¹³². A situação da vida cotidiana era realmente precária:

Alguns agricultores chegam a um tal estado de penúria que passam meses comendo alimentos sem sal por não conseguirem comprá-lo. E quando o vigário percorre as fazendas para a confissão pascal, acontece muitas vezes que todas as mulheres de uma mesma família se apresentam diante dele, uma de cada vez, usando o mesmo vestido. A indolência contribuiu bastante para levar os fazendeiros da região a essa situação de penúria. [...] E essa chegou a tal ponto que, dispondo praticamente de toda a terra que lhe convém, eles não chegam a cultivar o suficiente nem mesmo para o seu próprio sustento¹³³.

O processo para se tornar agregado era baseado na confiança, geralmente por ser filho de seu fulano ou por indicação. Os grandes proprietários

¹³⁰ BRIOSCHI, Lucila R. Entrantes no sertão do Rio Pardo: o povoamento da freguesia de Batatais séculos XVIII e XIX. São Paulo: CERUS, 1991. p.44.

¹³¹ SILVA, Maria Aparecida Daniel da. Terra “sem lei, nem rei”: Goiás (1822-1850). Dissertação (mestrado). Goiânia, UFG, 2000. Apud. FACÓ, R. Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 71.

¹³² CF. OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. A população de goiás na transição da mineração para a pecuária (1804). Hist. R., Goiânia, v. 21, n. 1, p. 154–187, jan./abr. 2016. Disponível em: file:///C:/,+9++1804+A+POPULA%C3%87%C3%83O+DE+GOIAS+NA+TRANSI%C3%87%C3%83O+DA+MINERACAO+PARA+A+PECUARIA+ok.pdf. Acesso em: 13 de jan. de 2024.

¹³³ SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à província de Goiás. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia - EDUSP, 1975. p. 27.

de terra preferiam pessoas que tivessem algum vínculo familiar ou de conhecimento com antigos moradores da região, cuja relação fosse estreita, de maneira a gerar segurança.

O tamanho da propriedade esteve diretamente relacionado com o tipo de atividade praticada, sendo que as grandes propriedades destinavam-se à pecuária de corte, as médias conciliavam pecuária com lavoura e as pequenas dedicavam-se à lavoura temporária, como milho, arroz e feijão. Esse tipo de uso da terra ocorreu no sul e no Mato Grosso Goiano¹³⁴.

Assim, agregados poderiam se mudar para uma região dentro da propriedade, construir sua própria residência no local indicado e designado pelo proprietário e iniciar o seu trabalho. Estavam sob a égide do proprietário de terras que tinha pessoal armado para garantir o exercício de seu poder em seu território. Qualquer desobediência poderia levar a punição como a expulsão das terras e, conforme relatos, até a morte.

Teve um senhor que derrubou um pedaço de mato, fez uma tapera (casa) e fez um roçado na vizinhança da fazenda, plantou arroz, abóbora, milho, e café, quando ia começa colher, o patrão mandou nós irmos lá e falar pra ele sair das terras, nós fizemos duas visitas pra amedrontar, na segunda nós demos 24 horas pra ele sair, mais o homem foi teimoso. No outro dia nós fomos lá e demos uma surra de vara nele na frente da mulher e dos filhos pequenos, colocamos fogo na tapera e o meu parceiro arriou a carroça e ficamos esperando ele sair. Ele foi embora e nunca mais apareceu. O patrão esperou uns meses e depois mandou passar a cerca nas terras do homem¹³⁵.

Os próprios agregados preferiam terras de mata virgem, o chamado cerradão, que pudessem ocupar. Os terrenos cultivados mais de três anos eram considerados ruins para serem usados novamente. Tal fator pode ser verificado, por exemplo, na menção feita por Martins (1983) sobre “terras abandonadas, como ocorreu com frequência onde os terrenos se tornavam “cansados”¹³⁶. Tratava-se de uma época em que insumos agrícolas como inseticidas, pesticidas, adubos e outros que aumentam a capacidade de produção do solo, não estavam disponíveis e os conhecimentos sobre a possibilidade de tratamento do solo também eram praticamente desconhecidos a estas pessoas.

Enfim, na década de 1950, o estado de Goiás já estava incorporado ao processo de desenvolvimento capitalista [...]. Porém, possuía baixos níveis

¹³⁴ BEZERRA, Luiza Maria Capanema; CLEPS JR., João Cleps. O desenvolvimento agrícola da região centro-oeste e as transformações no espaço agrário do estado de Goiás. *Caminhos de Geografia* 2(12) 29-49, Jun/2004. p. 38.

¹³⁵ Entrevista concedida pelo ex-jagunço “Baiano Velho”, em 14/02/2008. In: JOVIANO, Carlos Vitorio Martins. *Posseiros e grileiros na frente de expansão da colonização de Dracena- SP. Campo-território: revista de geografia agrária*, v. 7, n. 13, p. 210-227, fev., 2012.

¹³⁶ MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983. p. 33.

de produtividade, o que era justificado pelas práticas tradicionais utilizadas na agricultura, inclusive no tocante a relações sociais de trabalho¹³⁷.

Assim que chegavam ao local designado para sua residência iniciava-se a fase de ocupação e exploração. Era necessário derrubar parte da mata, construir uma habitação, geralmente de pau a pique, a princípio, para residência do agregado e sua família¹³⁸. Todo este trabalho era feito por meio de ferramentas simples: machado, facão, foice, enxada etc. O processo incluía escolher madeiras apropriadas para a construção da moradia. Paus de esteio vinham primeiro, em seguida os demais, que faziam o papel de paredes. Não raro se fazia primeiro a estrutura de pau a pique cobrindo com palhas o telhado, para em seguida se concluir com os paus das laterais¹³⁹.

[...] se arranchavam em pequenos roçados aqui e acolá, habitualmente, não se estabeleciam definitivamente em uma localidade, pois sua agricultura rudimentar exigia uma constante movimentação em busca de novas terras, passíveis de preparo via queimada¹⁴⁰.

A moradia consistia, quando pronta, de chão batido, girais para o uso que hoje se faz de mesas ou estantes, bem como girais mais baixo para servirem como camas. Nestes se faziam colchoes de palha de bananeira, ou de arroz ou ainda de milho para que ficassem um pouco menos desconfortáveis. Para portas se podia utilizar talas do buriti ou mesmo paus mais finos, de maneira que não pesassem tanto na hora em que fosse necessário coloca-los, manualmente, nos vãos da passagem. A certa distância da moradia, se fazia um buraco no chão e cobria com uma tampa de paus com um vão ao meio e se cercava todo de pau a pique para servirem como privadas; era a fossa para as fezes. A situação de insalubridade era visível, mesmo as cidades não serviam de bom exemplo. A situação na zona rural era muito mais difícil.

Quanto à insalubridade, não conheço, entre todos os lugares que tenho viajado, onde se reuniam tantas moléstias graves. Quase se pode assegurar que não existe aqui um homem são. Quanto às condições comerciais... Os meios de transportes são imperfeitos, a situação da cidade encravada entre serras, faz com que sejam péssimas e de difícil trânsito as estradas que aqui chegam. Em uma palavra... A cidade de Goiás não reúne as condições

¹³⁷ Opus. Cit. p. 41.

¹³⁸ CF. BARBOSA, Vivaldo. Meeiros de café: gente e ocupação da zona proibida do Caparaó. Rio de Janeiro, 2009.

¹³⁹ CF. OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. A população de goiás na transição da mineração para a pecuária (1804). Hist. R., Goiânia, v. 21, n. 1, p. 154–187, jan./abr. 2016. Disponível em: <file:///C:/:/+9++1804+A+POPULA%C3%87%C3%83O+DE+GOIAS+NA+TRANSI%C3%87%C3%83O+DA+MINERACAO+PARA+A+PECUARIA+ok.pdf>. Acesso em: 13 de jan. de 2024.

necessárias para uma capital como ainda reúnem muitas para ser abandonada¹⁴¹.

Segundo Hamilton de Oliveira (2008), tratando dos dados estatísticos apresentados por Silva e Sousa em 1874, afirma que os tais demonstram que a maioria das pessoas, fossem estas oriundas de imigração ou já nascidas na região, eram de famílias pobres e excluídas, cuja situação social impelia a uma produção agropastoril fundamentalmente de subsistência. Essa atividade gradualmente,

[...] deixava de ser, exclusivamente voltada para o abastecimento local e familiar para uma economia mais de mercado. O objetivo passou a ser a produção para um mercado interno de maiores proporções situados no Rio de Janeiro e, posteriormente, São Paulo que se especializaram na produção de café para o mercado externo¹⁴².

Relata este ainda que, de acordo com informações publicadas na Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1874, bem como nas informações apresentadas por Funes (1986)¹⁴³, pode-se deduzir o modo de ação dos novos colonos chegados às novas terras:

[...] dividiam as terras entre os familiares e agregados – que poderiam ser parentes ou não. O preparo da terra para o cultivo e pastagem requeria um esforço conjunto de todos os componentes do núcleo familiar extenso, pois na época todo o trabalho era feito com o uso dos braços, tendo como instrumentos básicos de trabalho a enxada, o machado e a foice, sendo muito lento e com baixa rentabilidade produtiva. Gradativamente as famílias iam construindo benfeitorias: áreas cercadas de lascas de aroeira ou madeira branca, valos e batumes e córregos ou rios, construção da sede com currais e quintais com mangueiro, rego d'água, monjolo, paiol, engenhoca e moinho; o quintal, por sua vez, era formado com uma grande variedade de arvoredos frutíferos. As casas dos proprietários eram erguidas sob uma estrutura de madeira, assoalhadas, geralmente de pau-a-pique ou adobe, barreadas, caiadas e cobertas por telhas. Possuíam sempre uma planta retangular, com telhado de duas águas e uma repartição interna simples. Geralmente, eram sem forro sobre um porão e às vezes de terra batida. O mobiliário era sempre rudimentar. Não tinham nenhuma função agrícola. As habitações dos escravos, lavradores agregados e pequenos proprietários eram predominantemente de pau-a-pique e barro, coberta de palhas de palmeira, de capim, raramente de telhas. O mobiliário também era muito escasso, restringindo-se a bancos e mesas toscas e alguns utensílios básicos de cozinha, algumas peças de roupas e de cama. Dormia-se sobre girais fixos de madeira roliça presa ao chão, forrados com colchão de palha ou capim. As casas de uma maneira geral eram construídas em locais que não exigiam movimento de terras e na proximidade de cursos d'água, erguidas sobre uma estrutura de madeira com ripas e troncos tirados do mato, cobertos de telhas ou com folhas de buriti ou bacuris. O barreamento era feito geralmente com barro misturado com estrume de gado. Para iluminação utilizava-se do

¹⁴¹ BRIOSCHI, Lucila R. Entrantes no sertão do Rio Pardo: o povoamento da freguesia de Batatais séculos XVIII e XIX. São Paulo: CERUS, 1991. p. 37-38.

¹⁴² OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. A população de Goiás na transição da mineração para a pecuária (1804). Hist. R., Goiânia, v. 21, n. 1, p. 154–187, jan./abr. 2016. p. 161.

¹⁴³ CF. FUNES, Eurípedes Antônio. Goiás (1800-1850): um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia: UFG, 1986.

candeeiro de barro ou de metal umedecidos em algodão torcido com banha de porco ou azeite de mamona¹⁴⁴.

Todo o trabalho da casa que necessitava de água se fazia trazendo água do riacho próximo ou levando o que se necessitava até o riacho. Incluía realizar no riacho os banhos diários, a lavagem das roupas e, às vezes, a lavagem das panelas e utensílios de cozinha. Para este último se preferia trazer água em recipientes carregados nos ombros ou na cabeça até a proximidade do fogão a lenha, utilizado para cozinhar os alimentos.

Em uma estrutura sócio-econômica cujos instrumentos de trabalho utilizados eram basicamente a enxada, machado e foice em que o cultivo tradicional da terra, baseava-se na derrubada da mata, queima e plantio, mesmo sendo a produção voltada para o abastecimento familiar e local, demandava mão-de-obra¹⁴⁵.

Instalados no local, deviam iniciar a colonização do terreno visando extrair alguma produção agrícola para subsistência e para pagamento da meia ou do arrendo, demonstrando ao proprietário da terra a utilidade produtiva daquele agregado. Sobre o modo de vida cotidiano variados pesquisadores afirmaram que se tratava de uma forma rotineira, decadente e bastante desprovida de recursos materiais:

Essa perspectiva tristonha e decadente da região no século XIX restou disseminada em inúmeros trabalhos acadêmicos, que repetem as reiteradas imagens do atraso, da pobreza, do isolamento de Goiás, sempre pautadas nas mesmas fontes: os relatos de viagem dos estrangeiros que estiveram em Goiás nas primeiras décadas do século e os relatórios dos capitães/presidentes da capitania/província.¹⁴⁶

O relatório do IBGE de 1957 descrevia práticas agrícolas sem preocupações com a sustentabilidade. Segundo o sra. Luzia Dias¹⁴⁷, a primeira parte da tarefa consistia em derrubada de paus menores, aquelas árvores dentre o entremeado de árvores mais altas que tinham porte de pequeno a médio, geralmente não atingindo mais que 15 ou 20 centímetros de diâmetro em seu tronco. Deixava-se secar por alguns dias no período de seca, compreendido entre os meses de agosto a outubro, preferencialmente. Quando já houvesse uma grande quantidade de material seco, propício à queima, se iniciava o

¹⁴⁴ OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. A marcha das migrações: a ocupação e a colonização do Sul de Goiás (1800-1850). Revista História, Goiânia, v. 1, n. 1, jan./jun., 2008. pp. 46-47. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/viewFile/5421/4438>. Acesso em: 12 de dez. de 2023.

¹⁴⁵ OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. A construção da riqueza no sul de Goiás, 1835-1910. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista: Franca, 2006. p. 65.

¹⁴⁶ ASSIS, Wilson Rocha. Os moderados e as representações de Goiás n'a matutina Meiapontense (1830 – 1834). Dissertação (Mestrado). Goiânia: UFG, 2007. p. 19.

¹⁴⁷ Luzia Dias Mendonça. Entrevista concedida à Odilon M. Oliveira Junior sobre conflitos agrários na região da Serrinha e proximidades do Córrego Amargoso, Porangatú-GO. Goiânia, GO. 01 de out. 2023.

processo de incêndio que podia durar por dias. O material seco abaixo queimava as até mesmo as árvores mais altas, em um processo aprendido com os indígenas, chamado de coivara.

É importante salientar que este rápido crescimento da população e produção agrícola não representa nenhuma alteração no processo de colonização agrícola no Brasil. Os métodos da agricultura são os mesmos que vêm sendo usados em quatro séculos. O mesmo sistema que, aos poucos, devastou as áreas de floresta tropical próxima aos grandes centros do litoral está sendo, agora, aplicado nas últimas reservas florestais de importância, a mais de 1 000 quilômetros para o interior¹⁴⁸.

Esperado a queima de toda a mata em um incêndio que podia perfeitamente ultrapassar os limites territoriais destinados ao plantio, o agregado deveria agora retirar tocos que sobraram do incêndio. A retirada de tocos era um processo árduo e por demais desgastante, consistindo em por vezes ajuntar pequenos gravetos e pôr fogo nos troncos mais grossos, outras vezes em cavar ao redor profundos fossos que podiam atingir alguns metros de profundidade ao redor das raízes de árvores que foram consumidas pelas chamas, até conseguirem extrair a maior parte sólida que ficava abaixo da superfície. Após extraídas as raízes, dever-se-ia cobrir o buraco, nivelando o solo novamente. Grandes quantidades de material orgânico estava agora disponíveis em forma de cinzas, para servirem como adubo ao solo e esperar a estação chuvosa, quando se iniciava o plantio de milho, arroz, feijão, majoritariamente.

O plantio era feito manualmente, cavando covas com enxadas ou enxadões, colocando os grãos em cada cova de forma contada e meticulosa, enterrando-os com as próprias botinas em um processo repetitivo, cansativo, contínuo durante as primeiras chuvas do período chuvoso, geralmente no final do mês de outubro. O cuidado agora estava reservado a carpir entre os brotos da plantação a fim de evitar que esta ficasse sufocada com ervas daninhas ou ervas nativas que insistissem em permanecer em seu local de origem e a enfadonha atividade de espantar pragas, tarefa aliás, geralmente destinada aos meninos.

As “pragas” poderiam ser papagaios, periquitos e maritacas que gostam de comer os grãos do milho e do arroz, bandos de pássaros [outros] nativos ou macacos, quatis e caititus que poderiam acabar com uma plantação de milho não bem vigiada, visto a proximidade com matas onde se escondiam rapidamente. Geralmente se associava esta tarefa, a de espantar pragas, à caça para sobrevivência, além de se atirar

¹⁴⁸ IBGE, 1957. pp. 338 E 340. Apud: COELHO, José Braga. Prelúdios poéticos na região do mato grosso goiano: trajetória da família Moreira. Kelps: Goiânia, 2021. p. 31.

apenas para eliminar tais ameaças às plantações. “[...] Não havia “a possibilidade de um homem viver e progredir sem ter mulher e filhos. Pois, estes ajudam os pais no trabalho da casa e da lavoura de cereais”¹⁴⁹. Segundo Becker (1981), a caça sempre foi uma prática comum em todo o território brasileiro¹⁵⁰.

Segundo a sra. Luzia Dias¹⁵¹, este trabalho dava um certo colorido ou alguma agitação à pacata vida do pré-adolescente, sem nenhuma outra grande diversão além da exaustiva rotina familiar. Raras vezes se visitava a rua, nome dado às cidades ou povoamentos. Não haviam aparelhos tecnológicos e por vezes a ida à escola estava impedida, seja pela necessidade do uso desta útil mão-de-obra, seja pela distância e/ou isolamento da residência do agregado, ou mesmo pelas parcas condições econômicas. Enfim, a vida das crianças se reduzia à rotina diária, raras vezes interrompidas por festas de casamento ou por velórios. Festas de aniversários eram luxos das classes mais favorecidas. A caça consistia em uma atividade um pouco mais entusiasmante, um pouco menos entediante, visto que as circunstâncias variavam; quase nunca um animal foge para o mesmo lugar, tem a mesma atitude. O uso de cães de caça dava uma agitação extra ao evento. A consciência de preservação ou conservação da vida nativa simplesmente era nula.

2.3. *Ethos* sertanejo

Se interpõem bandeirantes que fundaram vilas, coronéis que dominaram a política goiana até início do século XX, deputados, prefeitos e outras figuras ilustres da política regional e nacional em um grande número de histórias e narrativas na cultura local. A história quase sempre se lembra dos expressivos vultos ou personalidades que ocuparam posições de destaque no domínio de meios de ação, de meios de poder, sejam coercitivos, sejam legais, sejam violentos ou ideológicos. Não se faz mal em assim considerar, afinal a memória está sempre vinculada com eventos que marcam sentimentalmente as pessoas e os povos, sejam de extrema felicidade ou, por serem de

¹⁴⁹ RAMALHO, José Ricardo. A posse e o uso da terra e relações de trabalho em Mossâmedes. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; RAMALHO, José Ricardo. O campesinato goiano: três estudos. Goiânia: UFG, 1986. p. 45.

¹⁵⁰ BECKER, M. Aspectos da caça em algumas regiões do cerrado de Mato Grosso [Brasil]. Brasília: Brasil Florestal, 11 (47). pp. 51-63.

¹⁵¹ Luzia Dias Mendonça. Entrevista concedida à Odilon M. Oliveira Junior sobre conflitos agrários na região da Serrinha e proximidades do Córrego Amargoso, Porangatú-GO. Goiânia, GO. 01 de out. 2023.

características violentas, catastróficas, ou por extrema tristeza e penúria. Entre os dois opostos e vítima de ambos, pendendo mais para uma posição de vulnerabilidade frente à esta última, a classe dos desfavorecidos pela fortuna ou sorte, pela falta de visibilidade enquanto indivíduos, pela falta de acesso a meios de poder, pela intangibilidade da moeda que nunca lhes chega aos bolsos.

Em Goiás a realidade das pessoas como descritas acima ficou, especialmente durante a primeira metade do século XX, relegada aos meeiros e/ou agregados, pessoas cuja realidade social e econômica não lhes permitia acesso aos meios de produção majoritariamente efetivo na região à época: a terra. A posse de terras estava vinculada aos meios de poder de forma imbricada e umbilical na região. O poder pertencia àqueles que detinham a posse de grandes extensões de terras, em especial nas regiões de maior confluência de pessoas e mercadorias. Cabe reafirmar que a mão de obra meeira/agregada constituiu a maior parte da forma de trabalho, especialmente nas duas primeiras décadas do século XX na zona rural. Consideremos que a propriedade rural sempre foi ‘coisa de poucos’ e que a região era iminentemente agrária, dependendo quase que exclusivamente da produção da terra, seja na pecuária ou na agricultura, para a sobrevivência. Quem não tinha propriedade rural estava destinado a se agregar a algum proprietário, conforme já mencionado. Neste contexto, a população de negros, pardos e dos imigrantes chegados já durante o século XIX não tinha outra opção que não oferecer sua mão de obra como agregado, recebendo como forma de pagamento não a moeda oficial própria do sistema de mercado, rara em negociações no sertão, mas em gêneros de primeira necessidade.

Para os lavradores, a acumulação primitiva, iniciada com as expulsões das terras de trabalho, podia se desdobrar no trabalho como agregado ou morador, empregados durante a abertura das fazendas. Junto com o desflorestamento surgiam lavouras para “exportação” tocadas por peões sazonais, agregados e parceiros. Contudo, a recriação destes “tipos intermediários” ligados à implementação dos projetos agropecuários, o que ensejava alguns cultivos comerciais, não ia além do período de “formação das fazendas”, de modo que, tanto a expropriação dos posseiros, como a recampanização de parte destes trabalhadores, através da agregação, parceria e mesmo da morada, eram constitutivos dos processos de criação do capital na fronteira¹⁵².

¹⁵² SILVEIRA, Marcos César Borges. *Herdeiros de Sísifo: trabalho e trabalhadores no norte do antigo Goiás (1960-1975)*. Tese (doutorado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. p. 140.

O exemplo desta realidade na ocupação do território goiano se pode ver em relatos sobre as hostilidades entre alguns grupos indígenas e a população não indígena. O Presidente do Estado em 1897, Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim menciona que

No município do Rio Bonito, em dias do mez de Janeiro, foi a população dolorosamente impressionada pela noticia do bárbaro assassinato de uma família composta de mae e sete filhos menores, commettido pelos índios Bororós, que em correrias percorrem aquelle município. Escapou o chefe da família Vicente Jose de Paula que naquele dia achava-se em uma fazenda visinha¹⁵³.

Toda esta intrincada rede de relações entre o poder e a posse de terras que era a riqueza auferível à época não deixa de se configurar também nas relações políticas, como não podia deixar de ser, vinculando um patrimonialismo mercantilista extremamente primitivo às decisões governamentais de caráter geral, determinando-as de acordo com os interesses das oligarquias regionais. Sobre este assunto, assim se vê descrito no “A Província de Goyaz”, de 9 de fevereiro de 1884: “Em uma província como Goyas, não triumpha a vontade popular, mas sim a imposição do governo, quando se lança mão dos meios que empregarão os capangas eleitorais”¹⁵⁴.

Sobre a eleição anterior assim menciona o redator do referido jornal:

Se nos collegios fora da capital o governo empregou todos os meios de seducção e suborno para enganar os eleitores incautos e pouco prevenidos, vimos aqui não somente o emprego do embuste, mas ainda a mais violenta pressão em nome do governo¹⁵⁵.

O retrato acima descrito permite um vislumbre da realidade regional, delineando o papel social dos indivíduos que não participavam das tomadas de decisões. Pode-se separar determinados grupos: (1) o grupo dos grandes proprietários de terras, com fácil acesso aos âmbitos do poder, que englobam em seus territórios extensa quantidade de famílias que não tem acesso às propriedades rurais; (2) os não proprietários que constituem, assim, a maior parcela da população e que está vinculada subalternamente aos grandes proprietários e que das terras destes retiram seu sustento e (3) a burguesia urbana, palavra aplicada aqui em um sentido etimológico mais restrito ao sentido original por serem uma classe fundamentalmente urbana, uma classe média não proprietária de grandes extensões territoriais e que, portanto, dependem, para seu sustento, de trabalhos na máquina pública ou pequenos e médios comércios.

¹⁵³ Estado de Goyaz. Mensagem enviada a câmara dos deputados a 24 de maio de 1897 por Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim. Presidente do Estado. Goyaz. Typ. Perseverança – De Pacifico Marques Aranha, 1897. p. 2.

¹⁵⁴ A província de Goiyaz. Número 42. Anno II. Goyaz, 9 de fevereiro de 1884. p. 2.

¹⁵⁵ Ib. Ibdem.

A questão agrária está relacionada diretamente à própria ocupação portuguesa do Brasil. Visando a ocupação territorial de tão vasta área geográfica, Portugal efetuou a distribuição de grandes áreas de terras a certas pessoas ou grupos com esta missão. As capitâneas hereditárias são, por sua vez, distribuídas em sesmarias, ou extensões de terras menores que, vinculadas às capitâneas, efetuariam, em escala menor, a ocupação e a colonização do território. Evidentemente temos aí uma vinculação à terra como fator determinante e preponderante nas relações sociais. As pessoas que ocupavam as sesmarias deveriam se vincular ao donatário da terra e este também estaria debaixo de uma vinculação com os donatários das capitâneas. Esta relação entre as populações e os territórios passam a ser extremamente simbiótica. A ocupação e pacificação da terra nas mãos dos beneficiados estava no alvo das intenções governamentais.

O estado de coisas anteriormente mencionado podemos perceber em mensagem enviada à Câmara dos Deputados pelo presidente do Estado datado de 13 de maio de 1898, Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim, na qual menciona “luctas violentas e cheias de ódio, que perturbaram a normalidade das funções do Governo, desviando a sua atividade dos labores profícuos para a resistência à corrente anarchica das ambições que ameaçavam a ordem pública”.¹⁵⁶

Mais à frente, na mesma mensagem, o presidente menciona “facções políticas ambiciosas do poder, que não hesitam na escolha dos meios para conquistá-lo, empregando muitas vezes os mais prejudiciais à Pátria [...]”.¹⁵⁷

Esta situação é descrita também pelo advogado Carlos Pereira de Magalhães em 1919 que, em carta, afirma que a população local:

[...] tem como herança dos antepassados paulistas o heroísmo; quanto ao ambiente, é de combate, tanto se mata boi no matadouro como gente na chapada. A força do querer desta raça, quando despertada, é de ferro, para o bem o para o mal.¹⁵⁸

Na busca de uma situação favorável à exploração econômica, as formas de ocupação, bem como a distribuição de atividades variavam de região à região, conforme

¹⁵⁶ Gabinete da Presidência do Estado de Goyaz. Mensagem enviada à câmara dos deputados de Goyaz por Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim, presidente do Estado. Em 13 de maio de 1898. Acervo da Bibliotheca Nacional. p. 03.

¹⁵⁷ Gabinete da Presidência do Estado de Goyaz. Mensagem enviada à câmara dos deputados de Goyaz por Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim, presidente do Estado. Em 13 de maio de 1898. Acervo da Bibliotheca Nacional. p. 04.

158 SILVA, Sandro Dutra e; MOURA, Talliton Tulio Rocha Leonel de; campos, Francisco Itami. A terra dos coronéis no Oeste do Brasil: A cattle frontier, violência e dominação fundiária no Cerrado goiano. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 234-259, jan./jun. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281889833_A_terra_dos_coroneis_no_Oeste_do_Brasil_A_cattle_frontier_violencia_e_dominacaofundiaria_no_Cerrado_goiano. Acesso em; dez. de 2023. Apud:

MAGALHÃES, Carlos Pereira de. Cartas de Goiás no princípio do século XX. São Paulo: Editora De Letra em Letra, 2004.

o interesse dos grupos dominantes. Ao interior do Brasil cabe, então, as atividades que não coadunam com a produção açucareira, especialmente a criação de gado. As entradas para o interior têm, em grande medida, o objetivo de estabelecer zonas de ocupação para a atividade pecuarista. As pessoas que adentram à região interiorana encontrarão um ambiente extremamente hostil, um clima totalmente diferente do clima litorâneo, uma fauna abundante e, frequentemente, contrária à atividade pecuarista. Encontrarão também grupos indígenas que tinham sido expulsos do litoral e que, em virtude deste fator, terão atitude defensiva beligerante em relação aos invasores. De tal forma estavam vinculados os interioranos à pecuária, que Capistrano de Abreu chamará o homem sertanejo de "civilização do couro".¹⁵⁹

O espírito sertanista dizia respeito ao seu estranhamento em relação ao ambiente natural e cultural. Ainda assim, apresentava-se a seus superiores como em missão sertanista, em função da necessidade de reconhecimento das paisagens e da etnografia do hinterland brasileiro¹⁶⁰.

Este contexto propiciará a formação de um indivíduo bem diferente daquele que é oriundo das regiões litorâneas. Um indivíduo sem o refinamento urbano, adaptado a um ambiente hostil, grandemente vinculado a determinado território, com a quase totalidade de ausência do Estado enquanto Estado de Direito oficial, portanto, inserido naquele *ethos* sertanejo, conforme mencionado por Gustavo Barroso¹⁶¹. Evidentemente, na quase ausência de atuação efetiva do Estado oficial nas questões regionais, o surgimento daqueles fenômenos que Michel Foucault chamaria de micropoderes¹⁶² se torna uma obviedade impressionante. Os poderes regionais se efetivarão a partir da propriedade das terras, bem como a dinâmica e a luta por poderes contemplará inexoravelmente a questão agrária. Os agregados estarão totalmente integrados neste processo e serão, dentro dele, sua parte mais frágil, sua maior vítima, sua mão-de-obra mais primeva.

Assim, a tranquilidade e a segurança relativa de que se goza no Estado devem ser antes atribuídas ao espírito de ordem e à docilidade dos costumes do povo, do que a perfeição do aparelho institucional destinado a garanti-las, o qual, municipalizando a polícia, cerceou quase inteiramente a acção do Governo em serviço de tamanha relevância. [...] Não tendo delegados de sua

¹⁵⁹ GONTIJO, Rebeca. O velho vaqueano. Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si, Rio de Janeiro, Sete Letras, 2013.

¹⁶⁰ SILVA, Sandro Dutra e; MOURA, Talliton Tulio Rocha Leonel de; campos, Francisco Itami. A terra dos coronéis no Oeste do Brasil: A cattle frontier, violência e dominação fundiária no Cerrado goiano. Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 234-259, jan./jun. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281889833_A_terra_dos_coroneis_no_Oeste_do_Brasil_A_cattle_frontier_violencia_e_dominacao_fundiaria_no_Cerrado_goiano. Acesso em; dez. de 2023.

¹⁶¹ BARROSO, Gustavo. Alma sertaneja. Rio de Janeiro: Benjamim Costallat & Miccolis, 1923.

¹⁶² CF. FOUCAULT, Michel. "Soberania e disciplina". In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

confiança nos municípios, as mais graves violações se dão, sem que cheguem ao conhecimento do Governo e ficam impunes desde que os seus autores encontrem proteção nas influencias locais¹⁶³.

A formação dos sertões e a conseqüente falta do aparato judiciário mais presente propiciará, recorrentemente, uma ética que permeará as relações sociais ocupando esta vacância abismal; a honra se lava com sangue. Princípios de direcionamento moral que regem as relações sociais determinarão uma forma de agir correspondente à violência, nas relações conjugais, nas relações de honestidade nos negócios, também na lealdade ao fazendeiro que acolheu em suas terras a família não proprietária, que necessitava alguma forma de conseguir, mediante o uso da terra, seu sustento. “A fronteira em Goiás era o lugar de ameaças, perigos, conflitos e dominação”¹⁶⁴.

O sertanejo, em Goiás, se contrasta com o indivíduo de formação urbana. Considerando a definição de sertão, Melo (2006) assim considera:

Os sertões se disseminaram e se disseminam do norte ao sul do País, assumindo as mais diversas territorialidades e significações ao longo do tempo: lugar desconhecido, perigoso, bárbaro, selvagem, incivilizado, de natureza bruta, rico, pobre. Desabitado ou pouco povoado, oeste, deserto, longínquo, distante das regiões povoadas, interior, isolado, sem lei. Terra rude, áspera e árida onde sobrevivem sujeitos fortes, capazes de extrair, mesmo da falta, as condições para a sua sobrevivência. Conceito grafado, no princípio, pelo imaginário do colonizador português, e, portanto, do seu ponto de vista que o sertão apresentava estas características: distante, longínquo, em relação ao litoral colonizado e a metrópole; desconhecido, bárbaro, selvagem e incivilizado para os homens brancos; desabitado, apenas de homens brancos; isolado, física e culturalmente, de uma cultura específica, a européia¹⁶⁵.

Retomando o sentido mencionado anteriormente no qual o europeu separa floresta de cidade, sertão é o lugar em que predomina o ambiente não racionalizado, não aplanado, não traçado. O sertão é o meio ambiente em sua forma natural e que constitui um espaço desconfortável ao indivíduo de cultura urbana: no sertão o indivíduo está sujeito às intempéries da natureza, à chuva e ao sol. No sertão o indivíduo de cultura urbana precisa lidar com uma enormidade de insetos tendo pele sensível. No sertão o

¹⁶³ Estado de Goyaz. Mensagem enviada a câmara dos deputados a 24 de maio de 1897 por Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim. Presidente do Estado. Goyaz. Typ. Perseverança – De Pacifico Marques Aranha, 1897. pp. 4, 5.

¹⁶⁴ SILVA, Sandro Dutra e; MOURA, Talliton Tulio Rocha Leonel de; CAMPOS, Francisco Itami. A terra dos coronéis no Oeste do Brasil: A *cattle frontier*, violência e dominação fundiária no Cerrado goiano. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 234-259, jan./jun. 2015. p. 239. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281889833_A_terra_dos_coroneis_no_Oeste_do_Brasil_A_cattle_frontier_violencia_e_dominacao_fundiaria_no_Cerrado_goiano. Acesso em: 11 de dez. de 2023.

¹⁶⁵ MELO, Adriana Ferreira. O Lugar-Sertão: Grafias e Rasuras. (2004-2006) Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2006. p. 81.

indivíduo de cultura urbana precisa procurar sua alimentação, pois não encontrará na esquina mercado para troca conforme sua escolha em moeda corrente. No sertão alguém de cultura urbana terá que suportar a dor de cabeça ou barriga, pois não encontrará analgésico com facilidade. Os espinhos incomodam no sertão e a dificuldade de acesso atrapalha a locomoção de quem não é acostumado a andar arredando com as mãos a vegetação; não se pode andar olhando para cima: é necessário olhar onde pisa. Todo este intrincado sistema de contato direto com a natureza parecerá muito estranho a quem de cultura urbana chega ali pela primeira vez.

(...) A relação do camponês com ela (a terra) compreende um intercâmbio social complexo, que implica a cultura. Jamais se limita à produção de gêneros alimentícios, elementos artesanais, matérias-primas para a satisfação das necessidades e alimentação, vestuário, abrigo, etc. muito mais do que isso, a relação do camponês com a terra põe em causa também a sua vida espiritual. A noite e o dia, a chuva e o sol, a estação de plantio e a da colheita, o trabalho de alguns e o mutirão, a festa e o canto, a história e a lenda, a feitura e a inventiva – são muitas as dimensões sociais que criam e recriam na relação do camponês com a terra, o seu lugar¹⁶⁶.

Existe na interação do sertanejo com o meio ambiente uma relação dual, pois ao mesmo tempo em que sua mão de obra é requisitada como meio para a urbanização do sertão, sua inserção no próprio meio ambiente o faz perceber um *logos* estético ligado ao ambiente que o cerca, conforme menciona Merleau-Ponty (1999): para o sertanejo, “é Natureza o primordial, ou seja, o não-construído, o não-instituído”¹⁶⁷. É justamente contra esta não-instituição que se revolta o colonizador. Verificamos exemplificado este *logos* no depoimento da sertaneja Almeida (2011), no qual as manifestações da natureza são forças que se não pode deter, mas com as quais se deve aprender, deve saber se envergar para não se quebrar:

Quando a acauã canta é sinal de chuva. O tetéu também quando canta anuncia que no sertão vai chover. Tenho muito respeito por esse pássaro, pois ele me ensina muito sobre a chuva. O pássaro tem uma música bonita. Eu fico alegre, porque é coisa boa que vai acontecer. Tenho aprendido muito com a natureza. As árvores me ensinam muito [...].¹⁶⁸

Em contraposição com a mentalidade do colonizador, o sertanejo está vinculado à natureza e dela não pode abstrair, procurando espaços racionalizados e traçados segundo lógica geométrica facilmente abarcados pela mentalidade europeia. No caso da região norte de Goiás, a maior parte das pessoas de zona rural que pertence ao grupo de pessoas que não possuem propriedades de terras e que, portanto, trabalham como

¹⁶⁶ IANNI, O. A era do globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 35.

¹⁶⁷ MERLEAU-PONTY, Maurice. A Estrutura do Comportamento. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 04.

¹⁶⁸ FERREIRA, Gilmar Leite. O sertão educa. Dissertação (mestrado). UFRN: Natal, 2013.

meeiros/agregados para proprietários de terras, são pessoas cuja origem remota está vinculada à zona rural e quase nenhum destes sequer viram grandes centros urbanos. Depoimentos de neto de camponeses, hoje vivendo em região urbana, lembra de seus avós falarem do asfalto como algo estranho, conforme fora contado a eles por pessoas que estiveram de passagem por centros urbanos: “Trata-se de uma coisa dura, preta, meu filho, que eles passam nas ruas para facilitarem as pessoas andarem”¹⁶⁹. Para o sertanejo,

As paisagens são percebidas e ganham existência porque estão impregnadas de significados que traduzem na memória e na expressão, em reminiscências do vivenciado e do experimentado. As sensações táteis, olfativas, visuais se estendem num continuum, sorvendo os espaços em evolução. As paisagens são vivas e mutáveis, sendo construídas e recriadas inteiramente pelo personagem com conhecimento e sentimento. Elas não se apresentam nem como cenário, nem como pano de fundo, tecem e bordam o pano da vida¹⁷⁰.

Que não se romantize o quadro retratado acima pois, evitando anacronismos, devemos nos lembrar que o impacto da força da natureza neste mesmo sertanejo é tal que não consegue perceber ali nenhuma possibilidade de derrota-la. Portanto, não há nenhuma percepção de proteção ambiental, mas de respeito para com uma força maior que a sua pessoal.

É a este sertanejo que Candido (2010) chamará de caipira¹⁷¹. No caso goiano, especificamente, o sertanejo é mais conhecido popularmente como caipira que como sertanejo. Candido menciona alguns elementos que constituem o caipira como tal, entre eles: rusticidade e economia fechada. Conforme mencionamos, o caipira ou sertanejo está vinculado por gerações à região na qual trabalha, geralmente sem acesso à propriedade rural. Portanto, seu trabalho, além de estar vinculado com a natureza que o cerca, é precarizado de todas as formas: ele não possui maquinário; peças de proteção durante seu trabalho, razão pela qual era comum acidentes de trabalho; medicamentos em caso de doença; possibilidade de retirar-se do trabalho em caso de enfermidade pessoal ou familiar; nem mesmo uma alimentação adequada, devendo providencia-la por conta própria.

Por esta razão este caipira será encaminhado, por força das circunstâncias, à uma dependência psicológica e mesmo física de magias ou curandeirismos, sempre usando

¹⁶⁹ Edmilson Ribeiro Lopes. Entrevista concedida à Odilon M. Oliveira Junior sobre agricultura familiar. Aruanã, Go. 13 de set. de 2023.

¹⁷⁰ MEYER, Mônica Ângela de Azevedo. Sertão Natureza: a Natureza em Guimarães Rosa. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. p. 36.

¹⁷¹ CF. CANDIDO, Antônio. Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

plantas como medicina, mediados por uma profunda religiosidade popular difusa, oriunda dos animismos africanos e indígenas: “[...] o uso ilegal da medicina constitui, ainda hoje, um problema crucial das autoridades goianas. Parece que jamais será extinto o charlatanismo”¹⁷².

Candido (2011) afirma que o povoamento disperso favoreceu uma economia de subsistência que provocará, devido à falta de técnicas agrícolas, deslocamentos em um sistema rustico de subsistência próxima ao seminomadismo, nunca se ausentando muito distante do local de nascimento de seus progenitores. Menciona ainda um quadro desolador da agricultura extensiva em solo brasileiro baseada na queimada, aproveitamento do terreno, degradando este terreno e, então, se deslocando para queimar novas matas:

A destruição das matas não é a única consequência lamentável desse sistema. Uma população fraca, disseminando-se por uma extensão imensa, torna-se mais difícil de governar: vivendo a grandes distancias uns dos outros os lavradores perdem pouco a pouco as ideias que inspiram a civilização¹⁷³.

A queima de vegetação rasteira ainda hoje é realizada no Brasil, apesar de esforços recorrentes na busca de soluções a este problema. O resultado a longo prazo é maléfico, gerando rápida deterioração do solo. Se para as ciências ambientais, o estudo do ser humano em sua relação com o meio ambiente é de vital importância, considerando o impacto que a ação humana pode desencadear no local ocupado, leva-se também em consideração que a destruição do bioma pode provocar o impacto negativo na qualidade de vida do ser humano.

A queima do lote desbastado é talvez medida desastrosa, se estalecermos as consequências totais. Deixa cinzas férteis, mas destrói, por hectare, de 700 a 1.200 t de matéria orgânica, que poderia dar redimentos melhor sob a forma de madeira, lenha, pasta, produtos destilados, adubo verde. De 700 a 1.000 kg viram fumaça: a potassa é reduzida a forma de carbonato muito solúvel, dissolvido às primeiras chuvas; o húmus e as bactérias úteis são destruídos. Mas poderia o lavrador tropical agir doutro modo? O seu método é rápido e dá em pouco tempo a terra de que precisa. A deficiência inevitável dos meios

¹⁷² BUENO, Jerônimo Carvalho. História da Medicina em Goiás. Goiânia: Oriente, 1979. p. 14.

¹⁷³ Saint-Hilaire. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, v. I. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 178.

de Comunicação nos países pouco povoados impede a exploração racional da floresta; e a floresta tropical não é fácil de explorar (tradução nossa).¹⁷⁴

A produção agrícola e pecuária é de subsistência, mas também o é o extrativismo de frutas silvestres, a caça e a pesca. Se alguns aos quais a sorte favoreceu podem se dar ao luxo de consumirem carne de porco, frango e gado para nutrição proteica, este não é o caso do sertanejo. Precisa destes animais para produção de ovos e leite e o consumo do porco deve ser regulado conforme a disponibilidade para a reprodução. Assim, a caça e a pesca se tornam os meios fundamentais que podem propiciar esta escassez. De fato, a caça era atividade comum de todo goiano de origem rural. Evidentemente, não era um recurso ao qual se dispunha à mão conforme a vontade. Também o trabalhador estava limitado a esta atividade devido suas obrigações diárias.

O impacto que a caça provocou na defloração drástica de ecossistemas não pode ser desprezado. Esta atividade sempre foi e é até hoje responsável pelo incremento da dieta de várias populações tradicionais, conforme o assinala Leewenberf & Robinson (2002)¹⁷⁵. No entanto, a atividade faz parte da cultura do sertanejo tradicional, conforme conclui Becker (1981) em sua pesquisa sobre a caça de animais silvestres¹⁷⁶.

¹⁷⁴ Brûler la parcelle éclaircie est peut-être une mesure désastreuse, si l'on en évalue l'ensemble des conséquences. Il laisse des cendres fertiles, mais détruit, par hectare, 700 à 1 200 tonnes de matière organique, ce qui pourrait permettre de meilleurs rendements sous forme de bois, de bois de chauffage, de pâte à papier, de produits distillés et d'engrais vert. 700 à 1 000 kg partent en fumée : la potasse est réduite sous forme de carbonate très soluble, dissous dès la première pluie ; l'humus et les bactéries utiles sont détruits. Mais l'agriculteur tropical pourrait-il agir différemment ? Sa méthode est rapide et vous donne le terrain dont vous avez besoin en peu de temps. L'inévitable déficience des moyens de communication dans les pays peu peuplés empêche l'exploitation rationnelle de la forêt ; et la forêt tropicale n'est pas facile à explorer. (GOUROU, Pierre. Les Pays tropicaux. Principes d'une géographie humaine et économique. Presses Universitaires de France, 1947, 1 vol. In-8º, 200p, 16 fig., et 2 index, 180 fr. (Collection Colonies et Empires. Première série. Etudes Coloniales, nº 3). p. 31.

¹⁷⁵ CF. Robinson, J. G. & Bennett. E. L. Hunting for sustainability in tropical forestes. Columbia University Press, 2000.

¹⁷⁶ CF. BECKER, M. (1981). Aspectos da caça em algumas regiões do cerrado de Mato Grosso [Brasil]. Brasil Florestal, n. 11. V. 47. pp. 51-63.

CAPÍTULO III - AGREGADOS, MEEIROS, POSSEIROS E CONFLITOS AGRÁRIOS

O presente capítulo procura explicitar as categorias mencionadas no título, procurando demonstrar como estas relações acabaram por se exaurirem em razão da impossibilidade de serem mais vantajosas à classe dominante. Chegadas à seu limite de capacidade exploratória, sua substituição por uma forma mais rentável, a agropecuária mecanizada (antes ausente mas agora disponível), provocará conflitos na zona rural com a conseqüente expulsão da maior parte destas pessoas para grandes centros urbanos.

A ideia de fronteira, no sentido que atribuímos na sociedade Contemporânea, especialmente após a Revolução Industrial, está vinculada à ideia de propriedade privada e à incorporação deste território à economia de mercado¹⁷⁷. As fronteiras populacional e econômica não estão diretamente vinculadas em Goiás, uma vez que no território goiano aqueles que detinham a posse das terras nem sempre detinham a propriedade das mesmas. Isto porque grande parte das terras eram devolutas e a atuação dos posseiros em atividades agropastoris de subsistência estava pouco ou quase nada vinculadas com uma economia de mercado mais ampla.

Ao que parece, foi o historiador americano Frederick Jackson Turner quem inaugurou o conceito de fronteira, definindo-o como a região de contornos sinuosos, e às vezes, instáveis, que medeia entre uma área selvagem e outra que vai sendo desbravada, organizada, em que se vai firmando o domínio do homem, ou como a faixa de terra que separa a natureza da cultura¹⁷⁸.

Especialmente potencializadora dos conflitos está a modificação da forma de produção, de manual e transporte não mecanizado do produto da terra para produção mecanizada, com empreendimento de larga escala, aragem e suplementação do terreno, bem como transporte mecanizado do produto da terra. Todos estes elementos provocam, invariavelmente, um aumento exponencial na produção e na capacidade de se obter riquezas mediante o uso do terreno. Este aumento tem severas repercussões nos âmbitos do poder em uma região onde o poder se vinculava à posse de terras.

Parte deste processo incluiu a proletarização do trabalhador do campo. Outrora fora necessário o uso da mão de obra meeira para preparo do terreno visando a atividade

¹⁷⁷ CF. PÉREZ, Ramón Padilla (org.). Política industrial rural y fortalecimiento de cadenas de valor. Serie Desarrollo Economico. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Santiago de Chile, 2017.

¹⁷⁸ SAMPAIO, Jacinta de Fátima Rolim. A História da Resistência dos posseiros de Porangatu – GO (1940 – 1964). Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2003. p. 12.

pecuarista, bem como para a produção agrícola de subsistência dos grandes fazendeiros e seus agregados que trabalhavam na pecuária, grande parte também meeiros. Essa relação de trabalho permitia a convivência com camponeses que detinham a posse de determinado terreno para sua moradia e trabalho. O avanço da economia de mercado ao campo, bem como o desenvolvimento de técnicas agrícolas mecanizadas, propiciou aos grandes proprietários a exploração de áreas de terras cada vez maiores, utilizando agora a mão de obra assalariada de forma permanente ou intermitente¹⁷⁹.

É interessante notar que as transformações que ocorrem no agro, a partir da segunda metade dos anos 60, fortemente pressionada pela expansão do capital industrial, promovem uma reviravolta das violentas transferências de populações para o setor urbano, que é promovido por amplo conjunto de fatores, tais como mecanização, a substituição de culturas intensiva em mão-de-obra pela pecuária, o fechamento da fronteira, a aplicação da legislação trabalhista no campo, ou simplesmente pelo uso da violência, etc., ocorre também uma reformulação na mão-de-obra restante no interior das propriedades, com eliminação dos parceiros, agregados, etc., pela disseminação do trabalho assalariado, sobretudo nas grandes propriedades, que se modernizam e se transformam em empresas. Restou às pequenas propriedades a possibilidade da subordinação ao capital industrial, a marginalização, o esfacelamento ou a venda e migração para os centros urbanos¹⁸⁰.

Assim, a economia de mercado propiciou que “[...] Aquilo que era antes de tudo um modo de vida, converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho”¹⁸¹. Nesta nova configuração, os meeiros se tornavam um empecilho à posse exclusiva por parte dos proprietários de grandes quantidades de terras, visto que estavam em posse de determinadas áreas destas. Por esta razão, grande parte dos assim considerados posseiros eram ou tinham sido por um período agregados/meeiros. Havendo posse intermitente de grandes extensões de terras, a produção agrícola mecanizada dispensava intermediários, podendo ser realizada pelo fazendeiro ou a seu mando de forma mais direta, aumentando os lucros. A produção adquire nova perspectiva e, por esta razão, o valor das terras atingirá patamares jamais imaginados anteriormente. Amstalden (1991) trata desta fase de transformações sociais avassaladoras, explicando que incluem a

[...] utilização de técnicas avançadas como adubação química, controle de pragas por meios químicos, mecanização e desenvolvimento de novas

¹⁷⁹ CF. PRADO JR., Caio. (2000), *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 2014; Ianni, Octavio. A questão social. *Revista USP*, (3), 145-154. São Paulo em Perspectiva, 1986. Ver também: SIGAUD, Lygia. A collective ethnographer: fieldwork experience in the Brazilian Northwest. *Information sur les Sciences Sociales*, 47: 71-97, 2008; SIGAUD, Lygia - A Morte Do Caboclo: um exercício sobre sistemas classificatórios. Rio de Janeiro: Boletim do Museu Nacional. Nova Série. Antropologia, nº 30. Dezembro de 1978.

¹⁸⁰ GONÇALVES NETO, W. *Estado e Agricultura no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 109.

¹⁸¹ ABRAMOWAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992. p. 22.

espécies vegetais e animais etc., mas entendemos também o aprofundamento das relações capitalistas no campo. Essas relações capitalistas se dão pelo uso de trabalho assalariado, produção para um mercado (e não para autoconsumo) e constituição de verdadeiras empresas rurais, que nada têm a ver com antigas propriedades rurais familiares¹⁸².

Cabe aqui distinguir claramente os termos mencionados. O fazendeiro é comumente compreendido como o detentor da propriedade da terra mediante meios oficiais que o comprovem. Geralmente documentos que na época não estavam digitalizados, evidentemente. Por esta razão, as pessoas que fazem grilagem serão, majoritariamente, provindas desta classe. O termo vem da prática de prover, por meio de corrupção governamental, a produção de documentos da terra falsificados, utilizando

[...] de uma prática muito antiga de colocar um papel dentro de uma gaveta junto com alguns grilos. O papel, após algumas semanas, passa a ter uma aparência envelhecida em razão dos dejetos daqueles insetos. Com este papel envelhecido pela ação dos grilos, a pessoa visa comprovar a antiguidade de sua ocupação.¹⁸³

Grileiro, portanto, é uma pessoa que, “por meio de fraude ou outro meio ilícito, falsifica, no todo ou em parte, documento público ou particular com o fim de obter para si ou para outrem a propriedade de imóvel¹⁸⁴”.

Posseiro é aquela pessoa que ocupa, detendo conseqüentemente a posse, de determinada área de terra, mas geralmente não tem título de propriedade. Ou seja, tratava-se de camponeses de classe baixa, que geralmente ocupavam terras consideradas devolutas. Quase sempre os posseiros eram pessoas que em algum momento foram agregados pagando meia ou arrendo a algum proprietário de terras, que procuraram novos terrenos onde pudessem exercer a agricultura familiar de forma mais livre.

Aí, como pra cá a terra era devoluta, aí eles resolveram vir pra conseguir tirar uma terra pra eles. Pra não pagar renda. Você chegava aqui e podia coloca a casa aqui e, pronto, aquilo era meu. Fazia umas picada, ninguém pagava nada, era terra do governo. Aí eles vieram pra cá e conseguiram é ficar por aqui¹⁸⁵.

¹⁸² AMSTALDEN, L.F.F. Os custos sócio-ambientais da modernização agrícola brasileira. São Paulo: IFC/UNICAMP, 1991. p. 07.

¹⁸³ MOTTA, Márcia Maria Mendes. “Grilagem como Legado”. In: MOTTA, Márcia; PIÑEIRO, Théo Lobarinhas (Orgs.) Voluntariado e Universo Rural. [Col. Herança, 1]. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002. p. 79.

¹⁸⁴ SANTOS, Ulderico Pires dos. O Usocapião. Doutrina, jurisprudência e prática. São Paulo: Saraiva, 1983. p. 284.

¹⁸⁵ Entrevista com Domingos Machado. Araguaína, 2007. In: SIQUEIRA, Marcos César, Borges da. Herdeiros de Sísifo: trabalho e trabalhadores no norte do antigo Goiás (1960-1975). Tese (doutorado). Porto Alegre: UFRGS, 2009.

Comumente não se tinha conhecimento dos títulos de propriedade dessas terras e, como se tratava de pessoas com pouca instrução formal, geralmente consideravam devolutas aquelas áreas não ocupadas nem beneficiadas anteriormente: “os posseiros são invariavelmente legalistas. É muito pouco provável que invadam a terra em que há sinal de trabalho, portanto de ocupação ou que invadam uma terra em que, com certeza, tem proprietário”¹⁸⁶.

Apesar de ocuparem terras que não eram anteriormente beneficiadas ou ocupadas, quase sempre se estabelecia uma relação de agregação ou, caso não fosse de agregação, pelo menos de subordinação, com algum grande proprietário local: “No entanto, a gente tinha que cuidar de toda posse do homem e trabalhar tudo a meia, por cinco anos. Era pra ser cinco alqueires, bem certo, pelo combinado”¹⁸⁷.

Devido ao isolamento do Estado de Goiás em relação às demais regiões do país, especialmente durante a primeira metade do século XX, foram adentrando pessoas desprovidas de propriedades, entre estes imigrantes oriundos de outros países, que chegavam à região depois de adentrarem por São Paulo, Minas Gerais e não terem conseguido terras naquelas regiões ou, principalmente, ex escravizados ou seus descendentes que procuravam agora um meio de subsistência livre.

Este contexto resumia os conflitos agrários à uma expressão menos significativa, visto que vastas amplitudes territoriais ainda inexploradas poderiam ser colonizadas por agricultores sem posses, expulsos ou excluídos de alguma propriedade onde pudessem exercer a atividade meeira na forma de agregação. Tais conflitos se tornam bem mais comuns e acirrados em meados do século XX, quando a possibilidade de escoamento da produção agropecuária despertará o interesse de grandes proprietários sobre terras anteriormente isoladas, expulsando antigos moradores.

A melhoria no escoamento da produção se deve à uma maior malha ferroviária e à produção energética. Participa do processo a atividade mineradora na qual o Estado se fez presente maiormente apenas para retirar desta os impostos através das casas de fundição e as estradas, em sua maioria, abertas através da ação de pessoas do campo na sua lide diária ou grandes proprietários de terras que pretendiam ligar sua propriedade à

¹⁸⁶ CF. MARTINS, José de Souza. A militarização da Questão Agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 95.

¹⁸⁷ CF. GUILH, Afonso. Entrevista concedida a Leonir Colombo em 28/07/1999, no município de Serranópolis do Iguçu. IN: COLOMBO, Leonir Oldérico. No rastro do burro: memórias e discursos do colono posseiro. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Centro de Educação e Letras. Foz do Iguçu – PR. 2013. p. 151.

rede de mercado. Estas estradas, posteriormente, serão tratoradas e pavimentadas mediante ação estatal.

Com a construção dos trilhos e ligação com a região econômica mais dinâmica do Brasil, houve um crescente movimento ocupacional da porção sul de Goiás, sobretudo na área de influência da Ferrovia. Em 1900 a população de Goiás somava 270.000 habitantes. Em 1908 houve um incremento de apenas 10 mil habitantes. Em 1910, um ano após o início da construção da ferrovia, o estado registrou 340.000 habitantes. Em 1920 houve um crescimento de 66,42/5 da população, com registro de 511.818 habitantes nesse ano.¹⁸⁸

Apesar das contradições inerentes ao sistema capitalista, ao Estado de Goiás não se pode atribuir um capitalismo estabelecido antes da Revolução de 1930. Propriedade privada dos meios de produção, liberdade de preços e liberdade de acesso ao mercado são os elementos essenciais ao *ethos* capitalista. O Estado de Goiás não satisfazia integralmente a nenhum destes elementos. Trata-se de um período de transição, de inclusão da região na economia de mercado. “A sabedoria brasileira determina um ritmo muito lento para a penetração do capitalismo no campo”¹⁸⁹.

[...] para os lavradores, a acumulação primitiva, iniciada com as expulsões das terras de trabalho, podia se desdobrar no trabalho como agregado ou morador, empregados durante a abertura das fazendas. Junto com o desflorestamento surgiam lavouras para “exportação” tocadas por peões sazonais, agregados e parceiros. Contudo, a recriação destes “tipos intermediários” ligados à implementação dos projetos agropecuários, o que ensejava alguns cultivos comerciais, não ia além do período de “formação das fazendas”, de modo que, tanto a expropriação dos posseiros, como a recampanização de parte destes trabalhadores, através da agregação, parceria e mesmo da moradia, eram constitutivos dos processos de criação do capital na fronteira¹⁹⁰.

As terras ocupadas por pequenos agricultores, às vezes por gerações, podiam facilmente ser tomadas à força por senhores da guerra locais, coronéis cujo poder estava vinculado à posse de terras, embora não exclusivamente.

Para ocupar terras era necessário dispor de um pequeno exército particular (...). A posse passa a ser atividade exclusiva de proprietários ricos, em nada diferindo das antigas sesmarias - ou diferindo exatamente nos aspectos menos

¹⁸⁸ CASTILHO, Denis. Estado e rede de transportes em Goiás-Brasil (1889-1950). Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de noviembre de 2012, vol. XVI, nº 418 (67). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418-67.htm>. Acesso em: 11 de Jul. 2023. p. 10.

¹⁸⁹ CAMPOS, F. Itami. Questões Agrárias, bases sociais da política goiana. Questões agrárias: bases sociais da política goiana. Goiânia: Kelps, 2012. p. 61.

¹⁹⁰ SILVEIRA, Marcos César Borges. Herdeiros de Sísifo: trabalho e trabalhadores no norte do antigo Goiás (1960-1975). Tese (doutorado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. p. 140.

vantajosos das sesmarias: a limitação das extensões e a obrigação de cultivo¹⁹¹.

Seu poder estava, pois, possibilitado pelo uso da força e pela capacidade de legitimação desta através de uma intrincada rede de relacionamentos políticos de parentescos e alianças. Ou seja, não estava garantida a propriedade privada dos meios de produção por regras legais, mas mediante a possibilidade do uso da violência. “Nós tava sempre com o pé na estrada, recordou um dos participantes do Formoso. As migrações foram parte integrante e importante de suas vidas: quase 70% já haviam migrado ao menos uma vez, antes de ir para o Formoso”¹⁹².

Da mesma maneira, durante todo o período do Ciclo do Ouro e mesmo na primeira metade do Século XX, as maiores contribuições de Goiás para a economia nacional, a produção aurífera e a pecuária respectivamente, estavam em grande medida tabeladas, não havendo ampla liberdade de preços. Da mesma forma, o acesso aos mercados eram bastante limitados, só sendo possibilitados a grandes produtores mediante esforços extraordinários.

É possível verificar que se trata de um período de transição. A região passa de uma economia básica de subsistência para a implementação, ainda que primordial, de uma economia de mercado. A expansão do sistema rodoviário, extremamente importante para o desenvolvimento da região, valorizou terras antes ocupadas por pessoas que as utilizavam para sua sobrevivência básica. “Os posseiros e ocupantes tiveram diante de si fazendeiros e grileiros disputando as glebas que eram inacessíveis e desvalorizadas. Registravam-se, a partir daí, incontáveis conflitos de terras com claras repercussões políticas”¹⁹³.

É necessário lembrar que a própria definição de propriedade de terras, bem como de onde ficavam as fronteiras, era algo um tanto vago, pois se considerava a área necessária ao tamanho do rebanho do proprietário. Esse fator potencializará conflitos posteriores quando as terras atingirem bom preço no mercado. Se quando as terras não tinham valor comercial alto a posse de terras devolutas era possível ao pequeno camponês. A moradia como agregado em terras de grandes proprietários dependia dos seguintes fatores: falta de valor econômico da terra e necessidade de mão de obra para

¹⁹¹ FERES, João Bosco. Propriedade da terra: opressão e miséria – o meio rural na história social do Brasil. Amsterdam: CEDLA, 1990. p. 139.

¹⁹² AMADO, Janaína. Eu quero ser uma pessoa: revolta camponesa e política no Brasil. Revista Resgate. Artigos & Ensaios. Goiânia: UFG. s. d. p. 56.

¹⁹³ CAMPOS, Itami J. Questões agrárias: bases sociais da política goiana. Goiânia: Kelps, 2012. p. 39.

trabalho manual. O surgimento de aparatos tecnológicos dispensará a necessidade de grande parte desta mão de obra, visto que um trator pode fazer sozinho o trabalho de algumas dezenas de trabalhadores braçais. Ao mesmo tempo, novas estradas, novas ocupações, aumento da população etc., propiciará um aumento no valor das terras. Mão de obra excedente ocupando terras de alto valor econômico acarretará em expulsões desta população da zona rural e em conflitos daí decorrentes.

No antigo território goiano os agregados/meeiros foram utilizados como “bucha de canhão” já na Revolta da Boa Vista (1892-1894). Nesta revolta coronéis do norte do Estado, na região do atual Estado do Tocantins, enfrentaram agricultores que se revoltaram.

A Primeira Revolta ocorreu entre os anos de 1892 a 1895, sendo que suas principais forças em luta eram representadas por Carlos Leitão de um lado e Coronel Perna do outro, e entre essas forças encontravam-se os trabalhadores sertanejos; A Segunda Revolta ocorreu em 1907 e participaram dela Padre João e Leão Leda, como líderes, e os trabalhadores sertanejos. A Terceira Revolta aconteceu em 1936, em decorrência das eleições do mesmo ano, e teve como pano de fundo as disputas partidárias entre padre João e seus inimigos políticos, situando-se os trabalhadores sertanejos como personagens centrais nessa última revolta¹⁹⁴.

Este fator foi possibilitado, especialmente na Primeira República, pelo fenômeno especialmente característico desta época: o coronelismo. Tratava-se de uma prática política que sustentou a República Oligárquica, ou oligarquias rurais que dominavam extensões de terras não apenas nas esferas econômicas, mas também políticas. Sendo, conforme tratado anteriormente, Portugal um país pequeno e não dispendo, desde o início da colonização, de suficientes pessoas para ocupação de um território tão vasto, implementará um sistema que permitirá que imensas extensões de terras sejam ocupadas e dominadas por alguns poucos proprietários que, na ausência do poder público, se tornam o único poder extensivo na região. No fim do Primeiro Reinado copiou-se uma ideia da Guarda Nacional Francesa, de 1831. Tratava-se de uma força civil, com estrutura similar à estrutura militar, que pretendia atuar como força auxiliar. Sua reformulação a partir de 1850 garantia que patentes mais elevadas só pudessem ser conseguidas mediante compra por quantia considerável, evidentemente favorecendo as elites, que agora poderiam legitimar o uso da força.

¹⁹⁴ SANTOS, Suzana Marinho dos. Entre a fé e as armas: trabalhadores no contexto das Revoltas de Boa Vista norte de Goiás (1870-1930). XXVI – Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, Rn. 22 a 25 de julho de 2013. p. 02.

Durante os vários conflitos gerados pela ocupação e subordinação do território aos interesses dos governantes locais, regionais ou nacionais, esses proprietários de terras tiveram papel decisivo também como chefes de milícias armadas, cuja ação beligerante foi decisiva. É o caso de Revoltas como Balaiada, Sabinada, Contestado, Canudos, dentre outras. Por esta razão foram comumente denominados coronéis e seu poder político e militar, além do econômico, foram aceitos como fatores basilares do sistema oligárquico reinante de forma mais ou menos comum.

Quando a República teve início, em 1889, as províncias foram alçadas à condição de Estados e seus presidentes passaram a ser eleitos na própria região, não mais nomeados pelo Governo geral no Rio de Janeiro. Portanto, partidos locais, os poderes locais são fortalecidos. Estes ocupam lugar de destaque, pois os poderes políticos locais estiveram imbricados com os coronéis de forma simbiótica. Formando as fileiras de seu pelotão, os agregados/meeiros foram usados não apenas na produção agrícola e pecuária, mas também como números nas votações locais e como soldados para fazerem valer a vontade dos fazendeiros oligarcas com os quais estavam vinculados. Esta configuração social, embora extinta oficialmente em 1918, estenderá sua influência durante décadas, com reflexos na estrutura social que ainda hoje são sentidos.

Desde o começo, o voto foi tratado como mercadoria. Em troca do voto e da fidelidade do eleitor, o coronel podia oferecer desde determinado presente, como um par de sapatos, até o crédito aberto, até um pedaço de terra para o morador. Isso não era manifestação de riqueza e de poder, simplesmente. De fato, o coronel, o chefe político local, necessitava do voto, já que somente assim podia ter o controle da política municipal¹⁹⁵.

É fato que os conflitos agrários sempre existiram na região, mas a ampliação dos conflitos evidentemente se verificou a partir do segundo quarto do século passado. Portanto, a compreensão dos conflitos passa pela compreensão dos sentidos de propriedade, posse e criminalização, incluindo toda a significação e o mundo simbólico do indivíduo relacionado a este bem. A terra é não apenas um espaço de produção econômica, mas um lugar de pertencimento, uma esfera de influência, poder e/ou liberdade, uma relação vinculativa de status social.

Com o fim da Primeira República e, conseqüentemente, o fim da Guarda Nacional, os coronéis perdem suas patentes, mas não seu poder e influência. Grande parte destas elites agrárias esteve intimamente relacionada com a grilagem de terras,

¹⁹⁵ MARTINS, J. S. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983. p. 47.

atuando da forma ordinária, ampliando suas propriedades, mormente através do alargamento de fronteiras de terras já dantes em posse dos mesmos. Assim a terra deixou de ser um espaço simplesmente essencial à produção de gêneros alimentícios, estando assim vinculada à sobrevivência humana, para se tornar uma mercadoria, um designativo de status social e esfera de poder, passa a terra a estar

[...] sintetizada à premissa de um direito individual, patrimonial e absoluto [...]. Em um segundo momento, tem-se o exame acerca da ocupação de terras no Estado de Goiás, destacando os aspectos econômicos que fomentaram o processo migratório, os instrumentos perpetrados pelos grandes proprietários de terras para fixarem-se no território goiano e os atos de resistência e luta dos camponeses a esta sobreposição dos interesses¹⁹⁶.

Estamos diante de uma diferenciação jurídica entre propriedade e posse, estando a posse vinculada, segundo Fachin (1998), a “uma forma atributiva de utilização das coisas ligadas às necessidades comuns de todos os seres humanos¹⁹⁷. Portanto, o conceito de propriedades pode vir a gerar um mal entendimento por estarem estas “associadas a uma posse estática que não está vinculada ao trabalho contínuo de produção, ainda que seja para manutenção da sobrevivência de seu titular”¹⁹⁸.

Quando a extração de ouro perdeu sua capacidade econômica como atividade principal e a pecuária ocupou seu lugar, a forma de ocupação de terras também sofreu grandes mudanças. A atividade favoreceu uma ocupação desordenada, com o gado sempre necessitando de novos espaços para pastagem, evidentemente, não limitado por uma demarcação rígida de fronteiras.

Do ponto de vista do interesse geral o sistema tem o grave inconveniente fazer da agricultura uma ocupação precária e provisória, com evidente prejuízo da produção agrícola e do fornecimento regular e sustentado de gêneros de subsistência. Mas o que há nele de mais sério, é a situação a que reduz grandes parcelas da população trabalhadora rural que fica na dependência de uma atividade precária e nômade, sempre se deslocando em busca de terras disponíveis e abandonando-a a curto prazo para deixá-la para trás ocupada pelos rebanhos de gado¹⁹⁹.

Embora a situação de ocupação fosse irregular e carecesse de uma legislação que a regulamentasse, a Lei de Terras (Lei n 601, de 18 de setembro de 1850) contribuiu para o aumento dos conflitos agrários e a normatização dos latifúndios. A Lei

¹⁹⁶ FERREIRA, Adegmar José; SILVA, Karla Karoline Rodrigues. Revista Themis, Fortaleza, v. 17, n. 1, p. 35-59, jan./jun. 2019. p. 38.

¹⁹⁷ FACHIN, Luiz Edson. A função social da posse e da propriedade contemporânea – uma perspectiva da usucapião imobiliária rural. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1988. p. 21.

¹⁹⁸ FERREIRA, Adegmar José; SILVA, Karla Karoline Rodrigues. v. 17, n. 1, p.35-59, jan./jun. 2019. P. 43. Citando indiretamente: HEINEN, Milton Inácio. Posse agrária, usucapião agrária e suas exigências. Revista Faculdade Direito UFG, v. 38, n. 2, p. 80 - 96, jul. /dez. 2014. Fortaleza: Revista Themis. p. 84.

¹⁹⁹ PRADO JR., Caio. A questão agrária. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 109.

determinava o fim de ocupação de terras públicas, normalização de terras dos grandes posseiros, ao mesmo tempo em que exigia, para regulamentação de propriedade, a compra dos títulos mediante o pagamento de quantias que estavam além da capacidade dos pequenos produtores. Assim, um pequeno proprietário que ocupasse determinado espaço durante vários anos, talvez gerações, podia se ver imediatamente desprovido do direito de permanecer na terra, pois seus títulos foram adquiridos por outrem.

Os latifundiários entenderam que a escravidão, mais cedo ou mais tarde, chegaria ao fim e que os seus cafezais corriam o risco de ficar sem mão de obra. A Lei de Terras eliminaria esse risco [...]. O Visconde de Abrantes opinou: — O preço deve ser elevado para que qualquer proletário que só tenha a força do seu braço para trabalhar não se faça imediatamente proprietário comprando terras por vil preço. Ficando inibido de comprar terras, o trabalhador de necessidade tem de oferecer seu trabalho àquele que tiver capitais para as comprar e aproveitar. Assim consegue-se que proprietários e trabalhadores possam ajudar-se mutuamente²⁰⁰.

Conforme afirma F. Itami Campos (2012), no quinto capítulo do livro “Questões agrárias: bases sócias da política goiana”, no qual analisa as raízes rurais das estruturas de poder na região, a classe dominante estabelece a norma de aquisição da terra de uma forma simplificada: a compra. Há uma única exceção: o chamado uso capião. Para este último o indivíduo deverá comprovar, em cartório competente, a posse da terra. É evidente que o sertanejo não a poderá comprovar, seja pela ausência de cartórios, seja pela sua própria educação formal ineficiente. Assim, a classe dominante “[...] conseguiu duas coisas básicas: se assegurou da propriedade monopolística da terra para suas empresas agrárias e assegurou que a população trabalharia docilmente para ela, porque só podia sair de uma fazenda para cair em outra fazenda igual”²⁰¹.

O que caracteriza a legislação de terras neste período é o favorecimento ao mais abastado. Está no espírito da lei o estímulo à posse de vastas áreas de terra, o incentivo ao latifúndio. A legislação contribui sobremaneira para a constituição legal da classe latifundiária e dominante²⁰².

Durante a Primeira República poucas mudanças foram sentidas em relação a este cenário geral. A exceção foi no sentido do aumento dos conflitos agrários, tanto em razão do aumento do número de pessoas disputando terras para sua sobrevivência

²⁰⁰ CF. WESTIN, Ricardo. Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios. Edição 71. Questão agrária. Agência Senado. Arquivo do Senado. Brasília: 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios>. Acesso em: 22 de jul. de 2023.

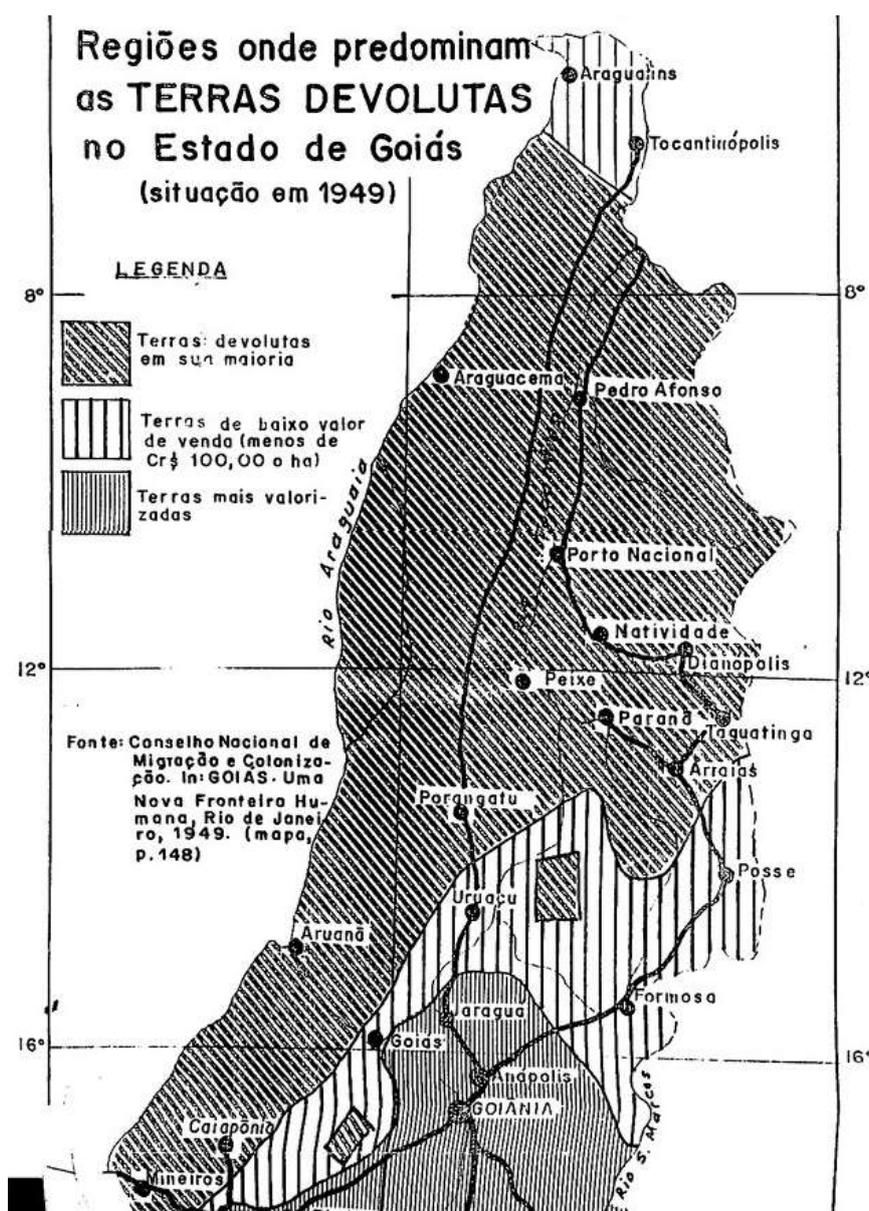
²⁰¹ RIBEIRO, Darcy. Sobre o óbvio. Encontro com a civilização brasileira. Nº. 01. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. pp. 15-16. Apud. CAMPOS, F. Itami. Questões Agrárias, bases sociais da política goiana. Questões agrárias: bases sociais da política goiana. Goiânia: Kelps, 2012. p. 61.

²⁰² CAMPOS, F. Itami. Questões Agrárias, bases sociais da política goiana. Questões agrárias: bases sociais da política goiana. Goiânia: Kelps, 2012. p. 66.

devido ao aumento geral da população na região, ao número de ex escravizados que agora buscavam meios de sobrevivência livre e imigrantes, quanto pelo incremento dos meios de acesso a tais regiões.

A ideia de que “o norte não tem patrão” era assentada na quantidade de terras livres dessa região. Por terras livres, compreendem-se as terras que não apresentavam resquício de trabalho, conseqüentemente, não tinham benfeitorias e eram destituídas de títulos privados, ou seja, terras devolutas abertas para a ocupação.²⁰³

FIGURA 2: Terras devolutas em Goiás em 1949²⁰⁴



²⁰³ BORBA, Carlos Alberto Vieira; MORAIS, Sérgio Paulo. O teatro do poder e o contrateatro dos posseiros: estratégias e resistências na luta pela terra no norte de goiás 1950/1964. História e perspectivas. Uberlândia (1): 353-392, jan./jun. 2014. p. 355.

²⁰⁴ BARREIRA, Cilene Cunha Monteiro Antunes. A região da Estrada do boi: usos e abusos da natureza. Dissertação (mestrado). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1989. p. 30.

A imigração para Goiás foi incentivada por órgãos oficiais na tentativa de prover mão de obra no campo que substituiriam a mão de obra escravizada, em um processo que José de Souza (2001) denominou de “Cativeiro da terra”²⁰⁵.

[...] o de que na crise do trabalho escravo foi engendrada a modalidade de trabalho que o superaria, isto é, o trabalho livre, sendo essa a sua única e inicial adjetivação, e não a de trabalho assalariado²⁰⁶.

“A classe dominante brasileira inscreve na lei de terras um juízo muito simples: a forma normal de obtenção da propriedade é a compra”²⁰⁷. A consequência da Lei de Terras foi sentida, portanto, não apenas após sua promulgação e vigência. A jurisprudência que se seguiu alimentou hábitos e costumes de uma elite agrária com a qual as classes menos favorecidas entrarão em conflito, especialmente após a década de 1940, quando o crescimento populacional foi mais acentuado: “[...] a propriedade da terra ainda constitui, no Brasil, um elemento organizador da atividade agrícola. O caráter produtivo da agricultura é aqui subordinado à dinâmica gestada a partir da propriedade fundiária”²⁰⁸ (tradução nossa).

Portanto, os grupos que historicamente ocuparam e usaram a terra sustentados em outros critérios que não os jurídicos e de mercado viram suas lógicas questionadas, foram expulsos, violentados, transformados em intrusos, vadios e criminosos²⁰⁹.

O gráfico abaixo mostra o crescimento da população de Goiás deste 1872. Como se pode verificar, os números sofrem pequenas variações entre 1872 e 1940, o que explica certa invariabilidade nas relações sociais e trabalhistas, para então subir de forma exponencial a partir de 1940. Novo arranjo social foi demandado, exigindo modificações tanto nas relações de poder, como nas relações de trabalho, bem como na acomodação da população ao espaço geográfico, promovendo variações consideráveis principalmente até 1970. Certo é que o crescimento populacional aumenta a demanda por terras em uma região onde a economia está intimamente ligada à posse da terra. Não

²⁰⁵ CF. MARTINS, José de Souza. O cativeiro da terra. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

²⁰⁶ . MARTINS, José de Souza. O cativeiro da terra. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 27.

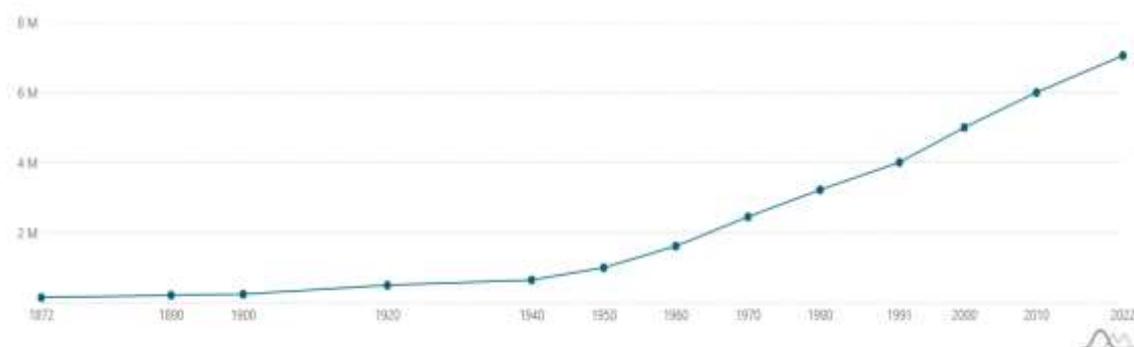
²⁰⁷ CAMPOS, F. Itami. Questões Agrárias, bases sociais da política goiana. Questões agrárias: bases sociais da política goiana. Goiânia: Kelps, 2012. p. 61.

²⁰⁸ [La propriété foncière constitue encore, au Brésil, un élément organisateur de l'activité agricole. Le caractère productif de l'agriculture est ici subordonné aux dynamiques générées par la propriété foncière.] WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. L'agriculture familiale au Brésil. In: LAMARCHE, Hugues (Coord.). L'agriculture familiale. 1. une réalité polymorphe. Paris: L'Harmattan, 1992. P. 66.

²⁰⁹ SILVA, Marcio Antônio Both da. Lei de terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar uma quinta parte da atual população agrícola. Revista Brasileira de História, vol. 35, nº 70. pp. 87-107. p. 92.

tendo como adquiri-las, aumentará, por conseguinte, o número de pessoas que dependiam de acesso à terra para sobrevivência, entre os quais meeiros e arrendeiros; enfim, os que trabalhavam em forma de agregação o que, posteriormente, alimentará conflitos na zona rural.

GRÁFICO 3 – Crescimento populacional em Goiás ²¹⁰



Retomemos alguns aspectos anteriormente mencionados com a finalidade de contextualizar as causas e ambientes dos conflitos. Notadamente se percebe uma dinâmica de grande mobilidade geográfica das classes menos favorecidas na região²¹¹. Primeiramente, para a criação de gado, há a necessidade de mão de obra disposta a trabalhar em um sistema de trocas em que o dinheiro não poderia ser a principal forma de pagamento. Isso porque essa classe

[...] Precisa da terra como um meio para ganhar a vida trabalhando e não para dela tirar um lucro ou uma renda fundiária. Quando, descontadas as despesas, o preço da venda dos seus produtos paga o seu trabalho, ele pode viver. Pode renunciar ao lucro e à renda fundiária²¹².

Assim surge a mão de obra meeira agregada que, não apenas recebia gado como forma de pagamento, como também recebia glebas de terras com a finalidade de derrubar as matas, preparar o terreno, alinhar, aterrar e plantar pagando ao proprietário com parte da colheita.

[...] relações de produção nas áreas rurais resultante da expansão da agricultura comercial, às expensas da agricultura de subsistência é acompanhado, de um lado, pela substituição de formas de exploração da

²¹⁰ IBGE: Senso de 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em: 06 de out. de 2023.

²¹¹ CF. FUNES, Eurípedes Antônio. Goiás (1800-1850): um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia: UFG, 1986.

²¹² KAUTSKY, K. A questão agrária. Tradução João Antunes. Lisboa: Portucalense, 1972. 2 v. p. 07-08

força de trabalho com remuneração total ou parcial *in natura* (arrendatários, parceiros, posseiros) pela remuneração monetária (assalariados rurais)²¹³.

À medida que a terra se torna facilmente arável, plana e colonizada, esse meeiro é dispensado de seu posto de trabalho, devendo deixar a terra na qual trabalhou. Esse fenômeno ocorre principalmente a partir da década de 1950, quando a possibilidade do uso de maquinários elimina um número grande de mão de obra não especializada. Dispensados e forçados a saírem dos locais costumeiros de trabalho anteriores, esses trabalhadores, principalmente a partir de meados do século XX, são incentivados a procurarem novas áreas de trabalho.

No caso brasileiro, é possível afirmar que a modernização da agricultura se efetou sobre a base de relações sociais que cristalizaram o predomínio do proprietário sobre o produtor. Isto é, a propriedade da terra ainda constitui, no Brasil, um elemento organizador da atividade agrícola. O caráter produtivo da agricultura é aqui subordinado à dinâmica gestada a partir da propriedade fundiária²¹⁴.

Assomou-se, como fator importante na configuração geral do cenário, a criação, pelo governo de Getúlio Vargas, da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) em 1941, como parte da política expansionista para ocupação e colonização do oeste. A política federal interessava em desenvolver o setor industrial, necessitando agora transpor a produção agrícola para novos espaços. A expansão da fronteira agrícola para Goiás se insere no bojo de todas as transformações ocorridas no sudeste, tentando integrar a produção agropecuária à industrial. Assim, a propaganda governamental pregava: “Lavrador que não tem terra deve vir para Goiás, só não vem quem não quer trabalhar e ter o que é seu”²¹⁵.

A CANG representou a possibilidade real para camponeses de conseguir um lote de terras devido a todas as propagandas sobre a facilidade de adquiri-las, com empréstimo e máquinas agrícolas. Mas, apesar de toda a propaganda, quando os camponeses chegaram à colônia agrícola, depararam-se com uma realidade diferente do que se anunciava nos arautos do governo – o acesso à terra era restrito, pois havia uma grande demanda em relação à oferta de lotes, bem como uma série de exigências burocráticas. Além disso, as verbas do Governo Federal eram poucas, não havia estradas de rodagem para escoar a produção e, somando-se a essas questões, havia, ainda, venda, transferência e permutas de lotes, acarretando o surgimento de grandes latifúndios.²¹⁶

²¹³ Mello, M. C. I. O boia-fria: acumulação e miséria. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 148.

²¹⁴ WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 46

²¹⁵ CARNEIRO, Maria Esperança. A revolta camponesa de Formoso e Trombas. Goiânia: Imprensa da UFG, 1988. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás. Instituto de Ciências Humanas e Letras. p. 80.

²¹⁶ SAMPAIO, Jacinta de Fátima Rolim. A História da Resistência dos posseiros de Porangatu – GO (1940 – 1964). 2003, 128 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2003. p. 38.

Ademais dos fatores já mencionados, a CANG não favorece de forma satisfatória esses trabalhadores em suas demandas.

[...] até por volta dos anos 1950, não havia um recenseamento que discriminasse quais terras eram públicas e quais eram particulares. Isso ocorria porque muitas pessoas que ocupavam as terras não tinham a preocupação de regularizá-las, devido aos altos custos com seu processo de titulação, como medir e demarcar²¹⁷.

Assim, o problema da compra e/ou falsificação de títulos de propriedade que já eram comuns desde a Lei de Terras persiste também então, fazendo parte do grupo de produção de títulos de propriedades fundiárias (dos grileiros), donos de cartório, tabeliões, proprietários de terras, escrivães, agrimensores, advogados, juízes dentre outros agentes públicos. O *modus operandi* permaneceu o mesmo: ricos proprietários de terras, especialmente aqueles que faziam fronteira com uma terra já ocupada, compravam títulos das terras e faziam valer a força para expulsar os antigos ocupantes do local.

Entre 1961 e 1964, durante todo o período que correspondeu ao governo Mauro Borges, ocorreram em várias regiões do estado inúmeros conflitos de terra entre posseiros, pistoleiros – jagunços a mando de fazendeiros locais – e a força policial. Algumas não passaram de efêmeros confrontos, permanecendo mais na ameaça de enfrentamento armado do que na efetiva refrega²¹⁸.

Toda essa dinâmica desencadeará, principalmente a partir da década de 1950, um enorme êxodo rural, conforme o demonstra dados do IBGE de 1940 à 1970. Segundo os mesmos, a população rural em Goiás na década de 1940 era de 82,8%, caindo para 57,9% na década de 1970²¹⁹. Quase toda população goiana da atual geração que nasceu em Goiás tem ancestrais que foram expulsos de zonas rurais e tiveram que migrar para zonas urbanas, especialmente a região metropolitana de Goiânia, Anápolis e entorno de Brasília na busca da possibilidade de empregos assalariados no setor de comércio, indústrias e serviços.

A população urbana de Goiás no início do século XIX, possuía íntima relação com o meio rural. Tendo na atividade agropastoril sua principal atividade

²¹⁷ BORBA, Carlos Alberto Vieira; MORAIS, Sérgio Paulo. O teatro do poder e o contrateatro dos posseiros: estratégias e resistências na luta pela terra no norte de Goiás 1950/1964. História e perspectivas. Uberlândia (1): 353-392, jan./jun. 2014. p. 356.

²¹⁸ Esteve, Carlos Leandro da Silva. Posseiros e invasores: propriedade e luta pela terra em Goiás durante o governo Mauro Borges Teixeira (1961-1964). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 36, nº 71, 2016 p. 115.

²¹⁹ IBGE: recenseamento 1940, 1950, 1960 e 1970. Apud. CAMPOS, F. Itami. Questões Agrárias, bases sociais da política goiana. Questões agrárias: bases sociais da política goiana. Goiânia: Kelps, 2012. p. 105.

econômica, os moradores das cidades passavam a semana nas fazendas, sítios ou engenhos e vinham aos centros urbanos aos domingos ou em época de festejos cívicos ou religiosos. Durante a semana suas casas permaneciam vazias²²⁰.

Em razão de grande número destas pessoas não terem formação escolar profissional, engrossaram as fileiras do emprego informal ou foram admitidos em posições empregatícias desfavoráveis, o que resultou na grande disparidade social cujos reflexos são sentidos até os dias atuais na região.

²²⁰ TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes. A expansão do povoamento em Goiás: século XIX. Dissertação (mestrado). Goiânia: UFG, 1991. p. 50.

CAPÍTULO IV - CONFLITOS NA REGIÃO DA SERRINHA, PORANGATU, GOIÁS DURANTE FINAL DA DÉCADA DE 1950 E INÍCIO DE 1960

A configuração social em Goiás dependerá da possibilidade de acesso à propriedades de terras: “Ser senhor de terras significava, antes de mais nada, ser senhor”²²¹. Ser proprietário é não apenas deter poder sobre o capital mas também sobre as pessoas que ali vivem, bem como influência sobre autoridades (políticos, delegados, promotores, juízes).

Trata-se de uma questão estrutural, porque não pode ser solucionada exclusivamente com medidas de política agrícola ou social, uma vez que a eficácia dessas políticas é anulada por uma estrutura fundiária defeituosa²²².

A possibilidade de grandes latifúndios em Goiás só foi possível em razão da grande mão de obra disponível proveniente de trabalhadores de origem indígena aculturados, ex-escravizados e imigrantes²²³. A questão da ocupação das terras, conforme já tratado, se caracterizou por ser um processo excludente. “A interpretação fundamental é de que a agricultura brasileira, baseada na concentração fundiária, [...] se constituía num dos entraves essenciais à sua própria modernização, à industrialização e à integração das regiões mais atrasadas”²²⁴. Segundo Fernandes (2001),

Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; a luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, as políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, política e social²²⁵.

Este vício se perpetuará em Goiás durante toda sua história. Os não-proprietários serão, em sua maioria, expulsos da zona rural, especialmente após a década de 1940. Foram conflitos agrários como os que serão mencionados abaixo, que ocasionaram a expulsão de parte desta população para as regiões urbanas.

²²¹ MOTTA, Márcia Maria Menendes. Nas Fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Est. do Rio de Janeiro, 1998. p. 39.

²²² FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 13.

²²³ PRADO JR., Caio. A Questão Agrária. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

²²⁴ BORGES, Barbara Loureiro. Reflexões e contribuições para o desenvolvimento socioambiental de assentamentos de reforma agrária – o caso do pré-assentamento “Pequeno Wilian” no Distrito Federal. Brasília: UnB, 2012. p. 19.

²²⁵ FERNANDES, B. M. Questão Agrária, Pesquisa e MST. São Paulo: Cortez, 2001. pp. 22, 23.

A primeira metade da década de 1950 pode ser caracterizada pela grande corrida em busca da titulação de terras no Norte de Goiás e também na Zona do Alto Tocantins (região em que localizava Trombas), evento relacionado ao impacto que teve a construção da Colônia Agrícola e das rodovias numa região marcada pela grande quantidade de “terras livres”²²⁶.

Importante ressaltar também aqui a questão ambiental, visto que a pobreza rural, nos países em desenvolvimento, segundo Waquil *et al.*, (2004)²²⁷, se relaciona com a degradação do meio ambiente. A heterogeneidade dos trabalhadores rurais propiciaram, antes de sua expulsão da terra, alguma “[...] articulação de modos de produção diferentes da produção capitalista [...]”²²⁸, na qual, mesmo que imperfeitamente, diminuía o impacto ambiental (se comparado ao modelo adotado mais tarde). Trata-se, pois, de uma mudança também entre um processo de policultura para monocultura. O processo posterior de monocultura será bem mais agressivo.

Esta mudança ocorrerá quando o processo colonizador atingir seu ápice com os programas de ocupação do oeste, a partir da Nova República. Estas novas políticas estarão no processo de modernização e progresso da região, inserido já em um processo de âmbito nacional. A ideia de progresso a partir da década de 1940 parece atingir áurea mágica como “[...] um valor absoluto, a ser buscado a qualquer preço”²²⁹.

A modernidade e todas as suas possíveis derivações têm sua materialidade que atinge o cotidiano da sociedade e modifica as relações sociais. As suas repercussões, a sua penetração nos múltiplos espaços do fazer político, social, econômico, dizem muitos das relações de poder existentes. Efetivamente, é um processo contraditório, cria conflitos, destrói valores, inventa concepções de mundo e de vida²³⁰.

Retomando a especificação dos grupos antagônicos, distinguiram-se, no bojo deste processo em Goiás, certos grupos sociais que, em virtude da valorização das terras e os consequentes conflitos de interesses, entraram em confrontos após a década de 1940. Podemos classificar estes grupos como posseiros e grileiros. Inserem-se nestes

²²⁶ MAIA, Cláudio Lopes. Os donos da terra: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – a luta dos posseiros e Trombas e Formoso 1950/1960. Tese (Doutorado em História das Sociedades Agrárias) Instituto de Ciências Humanas e Letras. UFG/Goiânia. Goiânia, 2008. p.132.

²²⁷ WAQUIL, P. D.; FINCO, M. V. A.; MATTOS, E. J. Pobreza Rural e Degradação ambiental: uma refutação da hipótese do círculo vicioso. Revista de Economia Rural, Rio de Janeiro, v.2, n.42, p. 317-340, 2004.

²²⁸ LOUREIRO, Maria Rita. Parceria e capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 34.

²²⁹ WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade / Maria de Nazareth Baudel Wanderley. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 45.

²³⁰ REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. (Dês) encantos modernos: História da cidade do Recife na década de vinte. Tese (doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993. p. 145.

grupos subgrupos: em primeiro lugar, de forma especial, entre as elites agrárias, a forma de tomada das terras podia variar tanto pela utilização de grilagem como de posse, conforme o menciona a Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares do Brasil (CONAFER) (2018):

Os especuladores, utilizando meios legais e burocráticos, proclamavam para si terras já ocupadas há anos e ao assumirem essas terras a primeira ação sempre era destruir as plantações e pomares. Surge então duas palavras: Posseiros(as), servindo para todas as pessoas e famílias que já detinham a posse dessas terras: como famílias e povos tradicionais, assim como trabalhadores civis e agrícolas, cultivadoras dessas terras; e Grileiros, servindo as pessoas não pertencentes à região e interessadas em desocupar essas famílias. O termo “grileiro” vem da prática de falsificar documentos de terras, utilizando uma técnica de colocar os papéis em uma caixa com grilos, para que eles adquiram um aspecto envelhecido. O conflito gera diversas desapropriações quando os grileiros, se utilizando de meios legais, converteram a máquina estatal à seu favor. Além de pagar jagunços e capatazes para ameaçar, machucar e assassinar posseiros, também pagavam mídias e jornais da época para colocarem a capital e os municípios aos arredores contrários às famílias posseiras²³¹.

Portanto, se podia utilizar, para a tomada da terra, de subterfúgios que permitissem a estas pessoas serem consideradas legitimamente posseiros das terras, ou se podia simplesmente utilizar a forma de grilagem. Conforme o menciona Lobato (1948):

(...) o grileiro é um “alquimista”. Envelhece papéis, ressuscita selos do Império, inventa guias de impostos, promove genealogias, dá como sabendo escrever velhos urumbegas que morreram analfabetos, embaça juízes, suborna escrivães e, novo Jeová, tira a terra do nada (...). Envelhecer um título falso, ‘enverdadeirá-lo’, é toda uma ciência. Mas conseguem-no. Dão-lhe a cor, o tom, o cheiro da velhice, fazem-nos muito mais autêntico do que os reais²³².

Em segundo lugar, os posseiros, constituindo as classes menos privilegiadas economicamente. Tratava-se, especialmente, de agricultores meeiros, agregados, moradores, assalariados enfim, a classe proletária. Para Prado Jr. (1966), o sistema de colonato, agregação, a morada, a meia e mesmo a parceria constituíam formas veladas de proletarização dos trabalhadores rurais²³³. Os conflitos agrários que ocorrerão no interior de Goiás se estabelecerão entre estes dois grupos e, conforme já explicitado,

²³¹ CALISTO, Cleyton. Posseiros e Grileiros: Entenda A Origem Desses Termos. Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares do Brasil (CONAFER). 11 de set. de 2018. Disponível em: <https://conafef.org.br/posseiros-e-grileiros-entenda-a-origem-desses-termos/>. Acesso em: 15 de jan. de 2024.

²³² MONTEIRO LOBATO, José Bento. “O Grilo”. In: A Onda Verde. São Paulo: Brasiliense, 1948. p. 11.

²³³ CF. PRADO JR., Caio. A revolução brasileira. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

incluirão trabalhadores meeiros agregados nos dois lados, geralmente em conflito contra pessoas de sua mesma classe e sujeitos às mesmas condições precárias de trabalho.

Os conflitos agrários da região de Trombas e Porangatú durante as décadas de 1950 e 1960 são, talvez, os maiores demonstrativos de conflitos ocorridos em quase toda extensão do território entre grupos menores ou entre famílias de proprietários e não-proprietários (posseiros, meeiros, agregados) em Goiás.

Deve-se estabelecer aqui uma distinção separativa entre grandes proprietários de terras e meeiros/agregados, quase sempre se confundindo com posseiros ou que se tornaram posseiros. Conforme Palacin (1986) “a utopia liberal de crescimento humano na liberdade, que deveria ser o sonho de todo um povo, em Goiás não passava, na realidade, da ideologia do reduzido estamento dirigente, que substituíra a administração colonial”²³⁴. Ou seja, pessoas agregadas de algum grande proprietário frequentemente foram expulsas das glebas de terras que ocupavam e de onde tiravam metade da produção para os grandes proprietários de terras locais, ou resolveram, em busca de melhores condições de vida, procurarem novas terras devolutas nas quais não teriam que pagar a meia.

Desde a colonização, os trabalhadores rurais peregrinam em busca de novas terras, para a preservação de sua autonomia e modo de vida, sendo constantemente expulsos pelo avanço do capital sobre a terra, pelo latifúndio e agroexportadores²³⁵.

Desprovidas de acesso à terra, tiveram que migrar para centros urbanos nos quais se tornam mão de obra excedente, geralmente no campo de serviços, área de grande crescimento em Goiás a partir de 1950. São diaristas, vigilantes, pedreiros, carpinteiros, jardineiros, etc.

QUADRO 4 – Êxodo rural em Goiás: comparativo entre população rural e urbana²³⁶

População Urbana e Rural em Goiás							
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Urbana	21,7	33,29	46,11	67,29	80,77	87,88	90,29
Rural	78,3	66,71	53,89	32,71	19,23	12,12	9,71

(mestrado). Goiânia, UFG, 200. p. 32.

²³⁶ IBGE, Censo Demográfico 1950/2010. Até 1991, dados extraídos de Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1993, vol 53, 1993.

Especialmente nos primeiros anos da segunda metade do século XX, a expansão da fronteira agrícola em Goiás se tornou acentuada, conforme já mencionado. A construção da rodovia Belém-Brasília e a própria construção da capital federal propiciaram um exponencial aumento do valor das terras na região norte de Goiás.

A luta na região de Formoso e Trombas teve origem em fins dos anos 40, a partir da busca de terra por parte de milhares de camponeses que se dirigiram à Colônia Agrícola de Goiás (CAG) atraídos pela propaganda do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo) como também por notícias boca a boca que sinalizavam a promessa de doação de terra e ajuda técnica pelo governo. Mas, em razão da impossibilidade de incorporação do grande fluxo de colonos face ao número de lotes disponíveis, dezenas de posseiros seguiram para o norte onde constava a existência de matas férteis e muita terra devoluta, sendo poucas as fazendas.²³⁷

Depoimento de testemunha ocular relata com riqueza de detalhes parte dos conflitos rurais da região. Uma destas testemunhas²³⁸ era, com seu falecido marido, proprietária de alguns alqueires à beira do Córrego Amargoso. Teriam fugido da região quando dos conflitos entre o grande proprietário local e posseiros sob a liderança do líder José Porfírio (1912-1973)²³⁹. Trata-se de uma senhora, hoje viúva com a idade de 93 anos²⁴⁰. Os conflitos envolveram meeiros como protagonistas, soldados nas batalhas desde seu início e epicentro, em Trombas, se espalhando pela região.

A dinamização da luta por toda região ocorre precipitada por um incidente nas terras do posseiro Nego Carreio. Na ocasião, o grileiro João Soares (homônimo do quadro do PCB enviado à região) e seus jagunços, juntamente com a polícia, foram cobrar a **taxa de arrendamento** (grifo nosso) e expulsar os posseiros do local. Conhecido por sua valentia, Nego Carreio resiste, tendo como saldo um sargento morto com um tiro na testa e um soldado com uma orelha a menos. A região transforma-se em campo de luta. Este fato obteve notável repercussão em toda a região, a partir dele, a liderança dos posseiros adota uma atividade clandestina móvel, alternando o refúgio entre vários locais e procurando política e militarmente os posseiros em toda a região.²⁴¹

Segundo o historiador Paulo Ribeiro da Cunha (2007), os proprietários de terras exigiram pagamento de arrendamento aos posseiros. A negativa destes na efetivação do

²³⁷ CUNHA, Paulo Ribeiro da. Redescobrimo a história: a República de Formoso e Trombas. Cadernos AEL, nº. 07, 1997. p. 03.

²³⁸ CF. Estado de São Paulo. Memorial da Resistência de São Paulo. José Porfírio de Souza. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/jose-porfirio-de-souza/>. Acesso em: 30 de set. 2023.

²³⁹ CF. SAMPAIO, Jacinta de Fátima Rolim. A história da resistência dos Posseiros de Porangatu (1940-1964). Dissertação (mestrado). Goiânia: UFG, 2003.

²⁴⁰ Luzia Dias Mendonça. Entrevista concedida à Odilon M. Oliveira Junior sobre conflitos agrários na região da Serrinha e proximidades do Córrego Amargoso, Porangatú-GO. Goiânia, GO, . 01 de out. 2023

²⁴¹ CUNHA, Paulo Ribeiro da. Redescobrimo a história: a República de Formoso e Trombas. Cadernos AEL, nº. 07, 1997. p. 7.

pagamento e a consequente subordinação à autoridade dos proprietários estão na base da guerrilha que se seguiu. Evidentemente aqueles que aceitassem efetuar o pagamento não estariam seguros nas terras por muito tempo. No entanto, os camponeses liderados e cooptados pelo PCB para a revolta armada, em algum momento se recusaram a continuar neste sistema de trabalho que lhes desprovia de metade de sua produção, ou se recusaram a pertencer desde sempre, também na ocasião, à categoria dos meeiros. A posse de terras, segundo Feres (1990)²⁴², estava necessariamente vinculada à capacidade de exercício da força, da possibilidade de uso da violência. Apenas a posse ou mesmo a compra não seria suficiente.

FIGURA 3 - Jornal Terra Livre: conflitos agrários em Porangatú – Go. (1950 e 1969)²⁴³



Relatos da testemunha²⁴⁴ descreve os fatos aqui mencionados, ocorridos na década de 1950, quando estava (a testemunha) residindo com sua família em sua pequena propriedade rural como proprietários, mas em situação de dependência do

²⁴² FERES, João Bosco. Propriedade da terra: opressão e miséria no meio rural na história social do Brasil. Amsterdam: CEDLA, 1990. p. 139.

²⁴³ Terra Livre. Terra para os que nela trabalham. Ano XII, número 103. Setembro 1961. Arquivo da Biblioteca Nacional. Rg. 062.

²⁴⁴ CF. Luzia Dias Mendonça. Entrevista concedida à Odilon M. Oliveira Junior sobre conflitos agrários na região da Serrinha e proximidades do Córrego Amargoso, Porangatú-GO. Goiânia, GO, . 01 de out. 2023.

Fazendeiro local, conhecido por Elídio Baiano. Esta situação de dependência deve-se ao fato de que o falecido marido da agricultora, embora fosse filho de proprietários de terras na região de Niquelândia, ao casar-se decidiu, por orgulho pessoal, viver de forma independente dos pais. Retira-se então para a Fazenda do sr. Elídio, onde trabalhou como agregado/meeiro durante alguns anos, tendo derrubado matas, cortado madeira, trabalhando de forma inteiramente manual, preparado para plantio cerca de 8 à 10 alqueires de terras às margens do Córrego Amargoso. Devido sua lealdade e precisão nos tratos acertados de trabalho, foi-lhe concedida, a título de pagamento, as terras nas quais trabalhou (o fazendeiro concedeu o documento de título de propriedade), gerando, a partir daí, uma relação de agregação e fidelidade por gratidão ao sr. Elídio²⁴⁵.

A sede da Fazenda do sr. Elídio Baiano ficava nas cercanias da Serrinha, delimitando-se com as Fazendas do sr. Luiz Amaro, do sr. Antônio, sr. Arnaldo, Fazenda São José, dentre outras.

Foi ali, em Trombas, Formoso e Porangatu, nessas imensas extensões de terras devolutas situadas à margem esquerda do rio Santa Tereza, afluente do Tocantins, que, já no século XX, mais precisamente no final da década de 40, chegaram as grandes levas de migrantes, provenientes da CANG, Bahia, Piauí, Maranhão, Paraíba, etc. Eram os posseiros que ali se iam estabelecendo. Lavradores não incorporados à CANG e que não conseguiram fixar-se nas áreas limítrofes, isto é, em Rialma, começaram a deixar esse local em busca de terras devolutas no norte goiano, ou em busca de trabalho em centros urbanos²⁴⁶.

Neste ponto temos que destacar as divergências entre a visão de Sampaio (2003) e a da testemunha mencionadas neste trabalho²⁴⁷, talvez pelo fato desta ter presenciado o conflito sob a ótica de pessoas vinculadas ao proprietário. Grande parte dos posseiros que foram chegando à região estavam em processo de ocupação, adentrando áreas já consideradas de propriedade do sr. Elídio Baiano, embora sem cercas, sem beneficiamento, sem uso para atividade agrícola ou pecuária. Tais terras eram de conhecimento notório da população local, composta em sua maioria de agregados/meeiros ou pequenos proprietários que, como os agricultores mencionados, se vinculavam ao grande proprietário local. A extensão destas terras ia, segundo relatos, da Serrinha à Capelinha, distando aproximadamente 8 quilômetros, às proximidades da

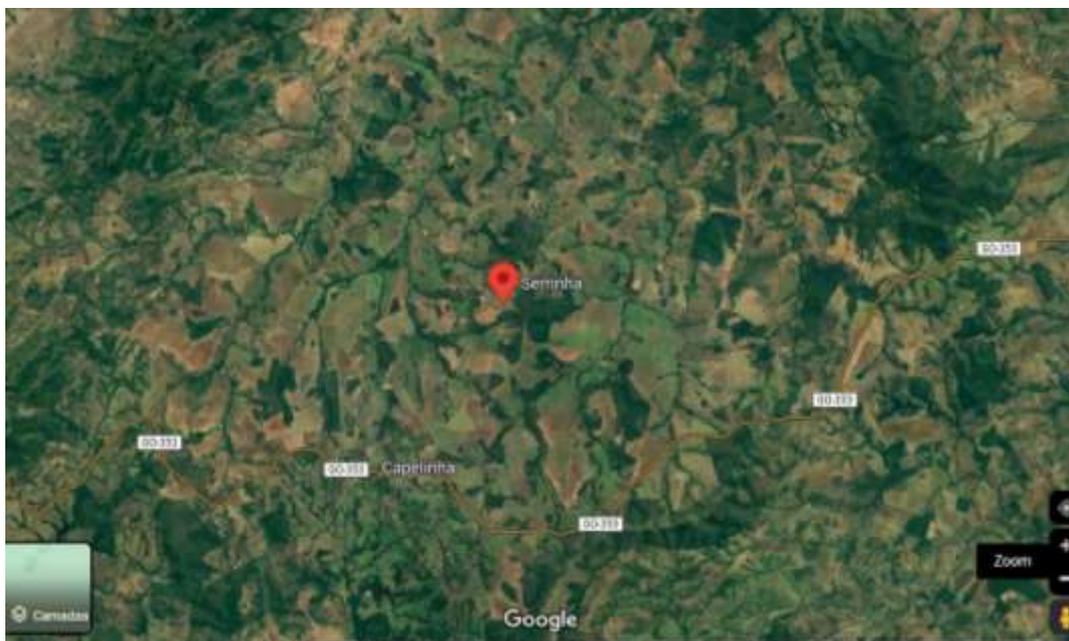
²⁴⁵ Luzia Dias Mendonça. Entrevista concedida à Odilon M. Oliveira Junior sobre conflitos agrários na região da Serrinha e proximidades do Córrego Amargoso, Porangatú-GO. Goiânia, GO. 01 de out. 2023.

²⁴⁶ SAMPAIO, Jacinta de Fátima Rolim. A história da resistência dos posseiros de Porangatu-go (1940-1964). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. p. 43.

²⁴⁷ CF. Luzia Dias Mendonça. Entrevista concedida à Odilon M. Oliveira Junior sobre conflitos agrários na região da Serrinha e proximidades do Córrego Amargoso, Porangatú-GO. Goiânia, GO. 01 de out. 2023.

atual Fazenda Macaúba, distando cerca de 15 quilômetros, pela região do Rio Cana Brava.

FIGURA 4: Local do conflito na região de Serrinha em Porangatu-Go²⁴⁸.



A razão de tal ocupação seria a influência do PCB, Partido Comunista Brasileiro, através da liderança local do sr. José Porfírio. Com ideais comunistas de reforma agrária e luta do campo, o sr. José Porfírio teria organizado invasões a terras de mata virgem que, embora a população da proximidade do Córrego Amargoso soubesse que pertencia a um potentado local, talvez não dispusessem de documentação, ou estivessem totalmente desabitadas e sem função social.

A sra. Luzia Dias afirma que os posseiros chegaram a ocupar terras nas proximidades da Serrinha, afrontando diretamente o poder do sr. Elídio Baiano e outros grandes proprietários locais que se uniram para criar uma milícia local para expulsassem os posseiros da região.

Segundo a testemunha mencionada acima²⁴⁹, estes fazendeiros incluíram na frente do grupo jagunços contratados para o enfrentamento e seus agregados. Estes

²⁴⁸ Imagem do google maps: <https://www.google.com/maps/place/Serrinha,+Porangatu+-GO,+76550-000/@-13.4769356,-49.4487612,22535m/data=!3m1!1e3!4m15!1m8!3m7!1s0x9341a7a500b6ba8d:0x172fbef76426d42!2sSerrinha,+Porangatu+-GO,+76550-000!3b1!8m2!3d-13.4781887!4d-49.3897094!16s%2Fg%2F1ymx4r9b7!3m5!1s0x9341a7a500b6ba8d:0x172fbef76426d42!8m2!3d-13.4781887!4d-49.3897094!16s%2Fg%2F1ymx4r9b7!5m1!1e4?entry=ttu>. Acesso em: 29. de set. de 2023.

últimos teriam sido obrigados a lutarem do lado dos fazendeiros. Os fazendeiros foram nas casas dos agregados já com o grupo de jagunços, em busca de homens que inflassem os números e fizessem a balança pender para o lado deles (dos fazendeiros) neste conflito.

Para comandar as tropas que combateriam os posseiros, o sr. Elídio delegou poderes a Nego Carreiro (de alcunha homônima ao posseiro cuja resistência à exigência arbitrária de pagamento de arrendo causou o início do conflito armado na região), um sr. negro que, conforme sua alcunha demonstra, era carreiro e agregado/meeiro do sr. Elídio²⁵⁰. Segundo a testemunha foi-lhe confiada esta incumbência por ser forte, capaz de correr no meio do cerrado crivado de espinhos caruru descalço e que já demonstrara caráter combativo, tendo se envolvido em uma briga pessoal com um outro agricultor local, durante a qual desferira um golpe de enxada na cabeça de seu adversário, quebrando-lhe o crânio.

Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária, aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política²⁵¹.

Segundo Sampaio (2015), em Porangatu João Inácio grilou várias áreas de terras devolutas. Mas, não atuava sozinho, contava com apoio das autoridades locais: o juiz, Dr. Sílio Rodrigues, Moacir Ribeiro de Freitas e Adelino Américo de Azevedo. Relatos das testemunhas, no entanto, dão detalhes afirmando ser o Sr. Elídio Baiano quem grilou e expulsou os posseiros das terras mediante uso da força, sendo este o real grileiro destas terras e que, após o conflito, percebendo a insegurança em permanecer no local em virtude do grande número de inimigos que fizera e, temendo por sua segurança, vendeu as terras ao sr. João Inácio, partindo para outras localidades, as proximidades do Rio do Peixe, próximo a Gurupi e Figueirópolis, no atual Estado do

²⁴⁹ CF. Luzia Dias Mendonça. Entrevista concedida à Odilon M. Oliveira Junior sobre conflitos agrários na região da Serrinha e proximidades do Córrego Amargoso, Porangatú-GO. Goiânia, GO. 01 de out. 2023.

²⁵⁰ Sobre a alcunha Nego Carreiro tratava-se de uma alcunha comum, pois era comum se chamar pessoas negras de nego e pessoas que trabalhavam com transporte por carro de boi de carreiro, profissão comum de pessoas negras; daí a alcunha Nego Carreiro.

²⁵¹ FERNANDES, Bernardo M. Questão agrária, pesquisa e MST. São Paulo: Cortez, 2001. 2001. pp. 22-23.

Tocantins, segundo comentara com amigos (neste caso cabe mais investigações detalhadas sobre este pormenor significativo).

Abaixo a foto do Jornal Última Hora demonstra o conflito e menciona uma estimativa de número de mortos. Relatam os testemunhos que o sr. Elídio mencionou pessoalmente ao proprietário sobre detalhes dos enfrentamentos, que incluíram queima de casas com posseiros dentro, assassinatos, expulsão do local, queima de casas cujos moradores já haviam fugido para as matas na esperança de preservarem a vida.

FIGURA 5: Entrincheirados, posseiros defendem suas terras na região de Porangatú(GO).



Foto: Última Hora²⁵²

O problema de grilagem de terras ainda hoje configura-se problema em Goiás. O caso recente do município de Formosa – Go, no qual empresários, advogados e agentes públicos tiveram *habeas corpus* negado pelo Supremo Tribunal Federal se constitui um exemplo trágico de como a região ainda está enredada com questões que configuraram a tomada e posse do território há séculos. A superação deste problema deveria se constituir em prioridade ao Estado Democrático de Direto, no qual as garantias fundamentais deveriam ser condições fundamentais para a pacificação, o

²⁵² MAIA, Cláudio Lopes. Trombas e Formoso: uma referência de resistência camponesa. Entenda a história de camponeses que venceram um grande processo de grilagem em Goiás. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/04/21/trombas-e-formoso-uma-referencia-de-resistencia-camponesa/>. Acesso em: 01 de out. de 2023.

desenvolvimento e constituir elemento fundamental de segurança tanto para o produtor rural quanto para os elementos sociais que interagem de alguma forma com a terra.

Abaixo vemos a notícia do próprio Tribunal sobre o processo:

A presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Maria Thereza de Assis Moura, negou o pedido da defesa para revogar a prisão preventiva decretada contra um empresário acusado da prática de falsidade documental, corrupção ativa e associação criminosa a fim de adquirir imóveis de forma fraudulenta.

De acordo com o Ministério Público de Goiás, ele seria líder de uma associação criminosa formada por outros empresários, agentes públicos e advogados, e destinada a se apropriar de terrenos públicos e privados por meio de ameaças e falsificações de documentos. Entre os acusados constam ex-vereadores da Câmara Municipal de Formosa (GO).²⁵³

A conclusão a que chegou a ministra do Supremo Tribunal para negar o *Habeas Corpus* para o caso supra citado exemplifica bem a questão de uma intrincada rede de corrupção entre o poder econômico local e poder político:

Ao indeferir o habeas corpus, a ministra mencionou trecho do decreto de prisão segundo o qual "as investigações demonstraram que o paciente possui efetiva influência sobre agentes públicos e privados da comarca, em decorrência de seu amplo poder econômico e de articulação política na região".²⁵⁴

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT),

sobre "Violência contra a Ocupação e a Posse 2017-2016" revelam que, em Goiás, no ano de 2016, 4.348 famílias foram vítimas da violência perpetrada pelo Poder Privado, 1.020 delas foram despejadas, 1.275 ameaçadas de despejo, ao passo que em 2017, 2.819 famílias foram vítimas dos referidos atos, 34 delas foram despejadas, 287 ameaçadas de despejo e 830 ameaçadas de expulsão.²⁵⁵

Verifica-se, pois, que o problema da grilagem de terras ainda se configura um problema tanto para o acesso à terra de trabalhadores que historicamente estiveram a ela vinculados, bem como para a pacificação do campo.

²⁵³ Superior Tribunal de Justiça. Notícias. Brasília, 27 de jul. de 2023. Disponível em: https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/27072023-Manti_da-ordem-de-prisao-contra-empresario-acusado-de-grilagem-de-terras-no-interior-de-Goiias.aspx. Acesso em: 08 de out. de 2023.

²⁵⁴ Superior Tribunal de Justiça. Notícias. Brasília, 27 de jul. de 2023. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/27072023-Mantida-ordem-de-prisao-contra-empresario-acusado-de-grilagem-de-terras-no-interior-de-Goiias.aspx>. Acesso em: 08 de out. de 2023.

²⁵⁵ FERREIRA, Adegmar José; SILVA, Karla Karoline Rodrigues. Conflitos Agrários no Território Goiano: Um Debate Sobre Terra, Violência e a Atuação dos Órgãos de Controle. R. Themis, Fortaleza, v. 17, n. 1, p.35-59, jan./jun. 2019. p 50.

CONCLUSÃO

O Estado brasileiro sempre esteve imbricado às elites agrárias. Especialmente no estado de Goiás as elites políticas estão vinculadas em relação simbiótica com oligarquias agrárias²⁵⁶. Por esta razão se mantém indiferente às questões de redistribuição de terras e riquezas, também sobre a exclusão dos muitos trabalhadores de sua forma tradicional de sobrevivência, mantendo a maior parte das terras férteis como latifúndios. Todo o processo histórico de ocupação e exploração da terra desde o início da colonização privilegiou grupos sociais, favorecendo o acesso à propriedade rural aos que dispunham de aparatos possibilitadores do uso da força.

Estudos demonstraram que a destruição do cerrado mediante técnicas primitivas como coivara pelo trabalho manual não pode ser desprezado.

Entre 1970 e 1975, o desmatamento médio no Cerrado era de 40.000 km² ao ano e estudos feitos em 2002, utilizando imagens do satélite MODIS, mostraram que 55% do Cerrado já estava desmatado ou transformado pela ação do homem²⁵⁷.

Os meeiros frequentemente se configuraram como a parte mais vulnerável deste processo. Obrigados a se agregarem em uma relação de subjugação e subserviência que os manteve sem nenhum direito a escolherem o local onde poderiam viver e trabalhar. As relações de classes determinaram em grande medida a fixação da população na zona rural ou na zona urbana, influenciando o impacto ambiental também nas zonas urbanas, visto que o crescimento em escala acelerada da ocupação de zonas urbanas evidentemente não foi acompanhado pela criação de infraestrutura de saneamento básico, rede de tratamento dos resíduos sólidos, ou mesmo de tratamento da água utilizada etc.

Diante desta situação de vulnerabilidade econômica e social, impedidos de acesso aos meios de poder, a classe não detentora de propriedades rurais esteve também exposta à violência em sua luta pela sobrevivência. Conflitos como o de Porangatú, Trombas e Formoso foram demonstrativos mais exacerbados deste fenômeno. O presente trabalho não pretendeu estabelecer juízo de valor sobre ações individuais em qualquer das classes sociais/econômicas mencionadas, procurando evitar anacronismos,

²⁵⁶ CF. CAMPOS, F. Itami. Questões agrárias: bases sociais da política goiana. Anápolis: Kelps, 2012.

²⁵⁷ HAUFF, Shirley N. (org.) Ábaco: Laboratório de Pesquisas Interdisciplinares sobre Tecnologias e Educação. Exposição Cerrado patrimônio dos brasileiros. Brasília: UnB. Apud. MACHADO, R. B., Ramos Neto; PEREIRA, P., CALDAS, E., GONÇALVES, D., SANTOS, N., TABOR, K., STEININGER. 2004. Estimativas de perda de área do Cerrado brasileiro. Brasília: Conservação Internacional do Brasil, 2005-2006. Disponível em: <http://cerrado.museuvirtual.unb.br/index.php>. Acesso em: 21 de març. 2024.

bem como reconhecendo as relações intensamente imbrincadas no processo. Mas apresentar em âmbito geral o desafio que Goiás tem diante de si:

[...] fazer com que com que a utilização da terra no Brasil se realize em benefício principal daqueles que nela trabalham, e não constitua apenas, como é o caso presente, simplesmente um negócio de pequena minoria²⁵⁸.

Ademais dos aspectos mencionados anteriormente, o uso da mão de obra das classes não proprietárias de terras implicou, também, na exploração, sob o ponto de vista ideológico, das classes dominantes: a visão da dominação, da exploração econômica de retorno financeiro rápido, da ação predatória do meio ambiente, visto que as classes sociais mais abastadas nunca tiveram (pelo menos não na forma que a possuíam os camponeses), uma vinculação direta com a terra. Portanto, a ação de ocupação e exploração do território não visava a sustentabilidade, nem mesmo o bem estar das pessoas que dependiam exclusivamente da terra para sua sobrevivência. Estas seriam usadas enquanto não houvesse uma forma mais eficaz de exploração econômica da terra, sendo descartadas tão logo o advento dos aparatos tecnológicos propiciassem sua substituição.

Toda a questão da existência desta forma de relação de trabalho, do processo de ocupação, distribuição e trabalho na terra foi conturbado, assimétrico, conflituoso, predatório e injusto. O período aqui estudado representa o ápice da realidade acima descrita. Primeiro porque a ocupação foi desordenada e suas bases não se assentaram exclusivamente nas regulamentações legais que propiciassem uma reivindicação de direitos em um espaço democrático. Segundo porque as fronteiras das propriedades foram se expandindo pela expropriação. Terceiro porque a preocupação com a sustentabilidade, com a preservação do bioma pré-existente nunca esteve na pauta do processo, o que favoreceu a destruição da maior parte do bioma e a modificação permanente da quase totalidade do remanescente. A obviedade desta percepção da realidade e a conscientização da problemática permanece como única base possível para uma luta que vise esta preservação na atualidade.

Nas últimas décadas, no entanto, estudos, pesquisas e escritos altamente profícuos têm sido realizados, o que traz esperanças, visto que o impacto de conscientização se configura como única forma possível de mudança.

Diante disso, é fundamental uma educação ambiental como prática social, transmitindo ao indivíduo o caráter social da sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, potencializando a atividade humana e tornando-a exemplo de prática social e de ética ambiental. [...] Nesse

²⁵⁸ PRADO JR., Caio. A Questão Agrária. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 81.

contexto, a educação ambiental configura-se como uma mediação da apropriação e transmissão, pelos sujeitos, das qualidades, atitudes e capacidades necessárias à ação transformadora responsável diante do ambiente em que vivem²⁵⁹.

O impacto de semelhantes esforços através da cobrança da população aos órgão de controle, da geração de políticas públicas, da visibilidade pelos órgãos oficiais e de imprensa apenas pesquisas vindouras serão capazes de avaliar.

²⁵⁹ TOZONI-REIS, M. F. C. Natureza, razão e história: contribuições para uma pedagogia de educação ambiental. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2003. Poços de Caldas. Anais. Poços de Caldas: ANPED – GT. 2003. p. 22.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

A província de Goiyaz. Número 42. Anno II. Goyaz, 9 de fevereiro de 1884.

ABRAMOWAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. Fronteiras, Dourados, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

ALENCAR, M. A. G. Estrutura fundiária em Goiás: consolidação e mudanças (1850/1910). Tese (doutorado). Goiânia: UCG, 1993.

AMADO, Janaína. Eu quero ser uma pessoa: revolta camponesa e política no Brasil. Revista Resgate. Artigos & Ensaio. Goiânia: UFG., s. d.

AMSTALDEN, L.F.F. Os custos sócio-ambientais da modernização agrícola brasileira. São Paulo: IFC/UNICAMP, 1991.

ANDRADE, Manuel Correia de. Formação territorial e econômica do Brasil. Recife: FUNDAJ/ Editora Massangana, 2003.

ASSIS, Wilson Rocha. Os moderados e as representações de Goiás n'a matutina Meiapontense (1830 – 1834). Dissertação (Mestrado). Goiânia: UFG, 2007.

Auto de arrematação do contracto dos dízimos do gado pelo tempo de 1813 e 1815 da Capitania de Goyaz. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: João Ignácio da Silva, 1874. Original.

BARBOSA, Vivaldo. Meeiros de café: gente e ocupação da zona proibida do Caparaó. Rio de Janeiro, 2009.

BARREIRA, Cilene Cunha Monteiro Antunes. A região da Estrada do boi: usos e abusos da natureza. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Goiás, 1989.

BARROSO, Gustavo. Alma sertaneja. Rio de Janeiro: Benjamim Costallat & Miccolis, 1923.

BECKER, M. Aspectos da caca em algumas regiões do cerrado de Mato Grosso [Brasil]. Brasília: Brasil Florestal, 1981. n. 11. V. 47. pp. 51-63.

BERGAD, Laird W. Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais (1720-1888). Bauru/SP: EDUSC, 2004.

BERTRAN, Paulo. Memória consútil e a goianidade. Goiânia: Revista UFG / Junho 2006 / Ano VIII. n°1.

BEZERRA, Luiza Maria Capanema; CLEPS JR., João Cleps. O desenvolvimento agrícola da região centro-oeste e as transformações no espaço agrário do estado de Goiás. *Caminhos de Geografia* 2(12)29-49, Jun/2004.

BORBA, Carlos Alberto Vieira; MORAIS, Sérgio Paulo. O teatro do poder e o contrateatro dos posseiros: estratégias e resistências na luta pela terra no norte de goiás 1950/1964. *História e perspectivas*. Uberlândia (1): 353-392, jan./jun. 2014.

BORGES, Barbara Loureiro. Goiás nos quadros da economia nacional: 1930 – 1960. Goiânia: UFG, 2000.

_____. Reflexões e contribuições para o desenvolvimento socioambiental de assentamentos de reforma agrária – o caso do pré-assentamento “Pequeno Wilian” no Distrito Federal. Brasília: UnB, 2012.

BUENO, Jerônimo Carvalho. História da Medicina em Goiás. Goiânia: Oriente, 1979.

BUFFON, Animales comunes a los dos continentes (1761). Obras completas. tomo V, D. F. de P. Mellado. Madrid: Biblioteca Popular, 1847.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Peões, Pretos e Congos. Trabalho e identidade étnica em Goiás. São Paulo, Brasiliense, 1981.

BREITENBACH, Raquel; DOLNE, Ediclenio; BRANDÃO, Janaína Balk; DALCIN, Menigui Spanevello. Arrendamento de terras e máquinas: contribuições para a tomada de decisão dos agricultores familiares. *COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS - v. 19, Ed. Especial (SOBER)*, 2022.

BRIOSCHI, Lucila R. Entrantes no sertão do Rio Pardo: o povoamento da freguesia de Batatais séculos XVIII e XIX. São Paulo: CERUS, 1991. p. 44.

CALISTO, Cleyton. Posseiros e Grileiros: Entenda A Origem Desses Termos. Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares do Brasil (CONAFER). 11 de set. de 2018. Disponível em: <https://conafef.org.br/posseiros-e-grileiros-entenda-a-origem-desses-termos/>. Acesso em: 15 de jan. de 2024.

CAMPOS, F. Itami. Questões agrárias: bases sociais da política goiana. Anápolis: Kelps, 2012.

_____. Questão Agrária: Bases sociais da política goiana (1930-1964). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 1985.

CARDOSO, Claudinei Vaz. Escravidão em goiás – leitura de manuscritos oitocentistas de linguagem – Estudos e Pesquisas, Catalão, vol. 12 – 2008. pp. 38-50.

CARNEIRO, Maria Esperança. A revolta camponesa de Formoso e Trombas. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Letras. Goiânia: Imprensa da UFG, 1988.

CASTILHO, Denis. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-Go Brasil. *Élisée, Rev. Geo. UEG - Goiânia*, v.1, n.1, p.117-139, jan./jun. 2012.

CASTRO, Millades de Carvalho. Fatores econômicos ligados ao desmatamento do cerrado nos municípios goianos. Título de especialista em Economia e Meio Ambiente no curso de Pós-Graduação em Economia e Meio Ambiente. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

Catálogo dos produtos naturaes, agrícolas, industriaes e obras d'arte da exposição provincial de Goyaz, instalada a 5 de agosto de 1866. Typografia provincial. 1867. p. 07.

CHAUL, Nasir Fayad. Os caminhos dos viajantes. In.: Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Editora UFG, 1997.

_____. Caminhos de Goiás: da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade. Goiânia: UFG, 2001.

CHAVES, Glaucio H. DIAS; Roberto Fonseca. Guia geral das estradas de ferro do Brasil, 1960. IBGE, 1957.

COELHO, José Braga. Prelúdios poéticos na região do mato grosso goiano: trajetória da família Moreira. Kelps: Goiânia, 2021.

CORRÊA, Barbosa Elmer C. O Ciclo do Ouro. Brasília: Mec / FUNARTE, 1979.

COSTA, Cléria Botelho. Posseiros e Política: Goiás nos anos 1969. *Revista de História*, 134. 1º semestre de 1996. FFLCH-USP. *Revista de História* 134. São Paulo: 1996.

CRONON, William. *Nature's Metropolis: Chicago and the Great West*. Washington: University of Washington, 2007.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Redescobrimdo a história: a República de Formoso e Trombas. *Cadernos AEL*, nº. 07, 1997.

DAYRELL, E. G. Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização. Dissertação (Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG. Goiânia: UFG, 1974.

Estado de Goyaz. Mensagem enviada a câmara dos deputados a 24 de maio de 1897 por Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim. Presidente do Estado. Goyaz. Typ. Perseverança – De Pacifico Marques Aranha, 1897.

Esteve, Carlos Leandro da Silva. Posseiros e invasores: propriedade e luta pela terra em Goiás durante o governo Mauro Borges Teixeira (1961-1964). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 36, nº 71, 2016.

FACHIN, Luiz Edson. A função social da posse e da propriedade contemporânea – uma perspectiva da usucapião imobiliária rural. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1988.

FACÓ, R. Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FERES, João Bosco. Propriedade da terra: opressão e miséria – o meio rural na história social do Brasil. Amsterdam: CEDLA, 1990.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária, Pesquisa e MST. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, Adegmar José; SILVA, Karla Karoline Rodrigues. Conflitos Agrários no Território Goiano: Um Debate Sobre Terra, Violência e a Atuação dos Órgãos de Controle. *R. Themis*, Fortaleza, v. 17, n. 1, p.35-59, jan./jun. 2019.

FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. A Idade Média: nascimento do ocidente. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNES, Eurípedes Antônio. Goiás (1800-1850): um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia: UFG, 1986.

Gabinete da Presidência do Estado de Goyaz. Mensagem enviada à camada dos deputados de Goyaz por Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim, presidente do Estado. Em 13 de maio de 1898. *Acerco da Bibliotheca Nacional*.

Gabinete da Presidência do Estado de Goyaz. Mensagem enviada à camada dos deputados de Goyaz por Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim, presidente do Estado. Em 13 de maio de 1898. *Acerco da Bibliotheca Nacional*.

Getúlio Vargas, “Saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio da Guanabara e irradiada para todo o país, à meia noite de 31 de dezembro de 1937”, 31 de dezembro de 1937, Casa Civil, Secretaria de Administração, Diretoria de Gestão de Pessoas, Coordenação-geral de Documentação e Informação, Coordenação de Biblioteca, Arquivo da Presidência da República, Brasília.

GONÇALVES NETO, W. Estado e Agricultura no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1997.

GONTIJO, Rebeca. O velho vaqueano. Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si, Rio de Janeiro, Sete Letras, 2013.

GOUROU, Pierre. Les Pays tropicaux. Principes d'une géographie humaine et économique. Presses Universitaires de France, 1947, 1 vol. In-8°, 200p, 16 fig., et 2 index, 180 fr. (Collection Colonies et Empires. Première série. Etudes Coloniales, n° 3.

GUEDES, Maria Helena. Os Grandes Diamantes Dos Coronéis. s/ed. Vitória: 2015.

GUHIL, Afonso. Entrevista concedida a Leonir Colombo em 28/07/1999, no município de Serranópolis do Iguaçu. IN: COLOMBO, Leonir Olderico. No rastro do burro: memórias e discursos do colono posseiro. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Centro de Educação e Letras. Foz do Iguaçu – PR. 2013.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. A construção da riqueza no sul de Goiás, 1835-1910. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista: Franca, 2006.

HADDAD, Marcos Bittar. A expansão capitalista em Goiás: da incipiente mineração ao século XX. Goiânia, v. 2, n. 1, p. 71-92, jan/jun 2019. Barú.

HEINEN, Milton Inácio. Posse agrária, usucapião agrária e suas exigências. Revista Faculdade Direito UFG, v. 38, n. 2, p. 80 - 96, jul. /dez. 2014.

HENNESSY, Alistair. The Frontier in Latin American History. Londres: Edward Arnold, 1978.

JOVIANO, Carlos Vitório Martins. Posseiros e grileiros na frente de expansão da colonização de Dracena- SP. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 7, n. 13, p. 210-227, fev., 2012.

KAUTSKY, K. A questão agrária. Tradução João Antunes. Lisboa: Portucalense, 1972. 2 v.

KLANOVICZ, Jó. Apontamentos para uma história ambiental de monoculturas modernas no sul do Brasil. Revista de História Iberoamericana, vol. 7, n. 2, p. 125-146, 2014.

KLINK, C. A., MOREIRA, A. G. 2002. The role and current human occupation and land-use. In: OLIVIERA, P. S.; MARQUIS, R. J. (eds.) The Cerrado of Brazil. Ecology and natural history of a neotropical savanna. Pp. 96-88. New York: Columbia University Press.

LATOUR, J. Goiás; uma nova fronteira humana. Apresentação do Conselho de imigração e Colonização, Rio de Janeiro, abril de 1949.

LINHARES, M. Y. & SILVA, F. C. História da agricultura brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LISITA, Cyro. Fronteira e conflito: o processo de ocupação das terras de Goiás. Boletim goiano de geografia, 16(1). pp. 29-40. Jan/Dez. 1996.

LOUREIRO, Maria Rita. *Parceria e capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

GOUROU, Pierre. *Les Pays tropicaux. Principes d'une géographie humaine et économique*. Presses Universitaires de France, 1947, 1 vol. In-8°, 200p, 16 fig., et 2 index, 180 fr..Collection Colonies et Empires. Première série. Etudes Coloniales, n° 3.

MACHADO, J. P. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Confluência, 1952.

MACHADO, R. B., Ramos Neto; PEREIRA, P., CALDAS, E., GONÇALVES, D., SANTOS, N., TABOR, K., STEININGER. *Estimativas de perda de área do Cerrado brasileiro*. Brasília: Conservação Internacional do Brasil, 2004.

MAGALHÃES, Carlos Pereira de. *Cartas de Goiás no princípio do século XX*. São Paulo: Editora de Letra em Letra, 2004.

MAGALHÃES, S. "Hospital da Caridade São Pedro de Alcântara: assistência e saúde em Goiás ao longo do século XIX". *Revista História, Ciências e Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, set.-dez. 2004.

MAIA, Cláudio Lopes. *Os donos da terra: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira –a luta dos posseiros e, Trombas e Formoso 1950/1960*. Tese (Doutorado em História das Sociedades Agrárias) Instituto de Ciências Humanas e Letras. UFG/Goiânia. Goiânia, 2008.

MAIA, Fernando Joaquim Ferreira; FARIAS, Mayara Helenna Veríssimo de. *Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América*. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 21, n. 3, p. 577-596, jul./set. 2020.

Manuscrito datado de 1 de abril de 1779, do Conde de Valladares. Original.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da Questão Agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *O cativo da terra*. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

MELO, Adriana Ferreira. *O Lugar-Sertão: Grafias e Rasuras*. (2004-2006) Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2006.

MELLO, M. C. I. *O boia-fria: acumulação e miséria*. Petrópolis: Vozes, 1975.

MENDES, Estevane de Paula Pontes; FERREIRA, Idelvone Mendes. *Ocupação e povoamento dos territórios centrais do Brasil: política fundiária e trabalho do século XVIII ao XX*. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Territórios em disputa:

desafios da geografia agraria nas contradições do desenvolvimento brasileiro. Uberlândia: 15 a 19 outubro de 2012.

Mensagem ao congresso legislativo do Estado de Goyas, apresentada a 13 de maio de 1929 pelo presidente do Estado, Dr. Brasil Ramos Caiado. Oficinas do Correio Official – Goyaz, 1929. Original.

MERLEAU-PONTY, Maurice. A natureza. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. A Estrutura do Comportamento. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MESQUITA, Olinda Viana. Agricultura. In: Geografia do Brasil - Região Centro-Oeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

MEYER, Mônica Ângela de Azevedo. Sertão Natureza: a Natureza em Guimarães Rosa. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque de. O deserto dos mestiços: o sertão e seus habitantes nos relatos de viagem do início do Século XIX. História, São Paulo, 28 (2): 2009.

MONTEIRO LOBATO, José Bento. “O Grilo”. In: A Onda Verde. São Paulo: Brasiliense, 1948.

MOTTA, Márcia Maria Mendes. “Grilagem como Legado”. In: MOTTA, Márcia; PIÑEIRO, Théó Lobarinhas (Orgs.) Voluntariado e Universo Rural. [Col. Herança, 1]. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

_____. Nas Fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Est. do Rio de Janeiro, 1998.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. A construção da riqueza no sul de Goiás (1835-1910). Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca: 2006.

_____. A população de Goiás na transição da mineração para a pecuária (1804). Hist. R., Goiânia, v. 21, n. 1, p. 154–187, jan./abr. 2016.

OCTAVIO, Ianni. A questão social. *Revista USP*, (3), 145-154. São Paulo em Perspectiva, 1986.

PALACÍN, L e MORAES, M. A. S. História de Goiás. 5 ed. Goiânia-GO: Editora da UCG, 1989.

_____. História de Goiás. 7ª ed. Goiânia: UCG, 2008.

PALACIN, L. Quatro tempos de ideologia em Goiás. Goiânia: Gráfica de Goiás – CERNE, 1986.

PAÓLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira. *In*: LOPES, José Leite (org.). Cultura e identidade operária. Editora da UFRJ – Museu Nacional/Marco Zero/PROED: Rio de Janeiro, 1987.

PÉREZ, Ramón Padilla (org.). Política industrial rural y fortalecimiento de cadenas de valor. Serie Desarrollo Economico. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL): Santiago de Chile, 2017.

PERLI, Fernando. História de Santa Mercedes. St. Mercedes: MIMEO, 1999.

PORTELA, C. A. Nem ressurgidos nem emergentes: a resistência histórica dos Karajá de Buridina em Aruanã. Dissertação (Mestrado). Goiânia: UFG, 2006.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2014.

_____. A Questão Agraria. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. A revolução brasileira. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

RAMALHO, José Ricardo. A posse e o uso da terra e relações de trabalho em Mossâmidés. *In*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; RAMALHO, José Ricardo. O campesinato goiano: três estudos. Goiânia: UFG, 1986.

REZENDE, Antônio Paulo de Moraes. (Dês) encantos modernos: História da cidade do Recife na década de vinte. Tese (doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993. p. 145.

RIBEIRO, Darcy. Sobre o óbvio. Encontro com a civilização brasileira. Nº. 01. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

ROBINSON, J. G. & BENNETT. E. L. Hunting for sustainability in tropical forestes. Columbia University Press, 2000.

ROSA, João Guimarães. Grande sertão: veredas – “O diabo na rua, no meio do redemoinho...”. 22ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SAMPAIO, Jacinta de Fátima Rolim. A história da resistência dos Posseiros de Porangatu (1940-1964). Dissertação (mestrado). Goiânia: UFG, 2003.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à província de Goiás. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia - EDUSP, 1975.

_____. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, v. I. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

SANTOS, Suzana Marinho dos. Entre a fé e as armas: trabalhadores no contexto das Revoltas de Boa Vista norte de Goiás (1870-1930). XXVI – Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, Rn. 22 a 25 de jul. de 2013.

SANTOS, Ulderico Pires dos. O Usocapião. Doutrina, jurisprudência e prática. São Paulo: Saraiva, 1983.

Séries estatísticas retrospectivas/FIBGE. O Brasil: Suas riquezas naturais, suas indústrias. Rio de Janeiro: IBGE, 1986, edição fac-similar, V. II original publicado em 1908.

SIGAUD, Lygia. A Morte Do Caboclo: um exercício sobre sistemas classificatórios. Rio de Janeiro: Boletim do Museu Nacional. Nova Série. Antropologia, nº 30. Dezembro de 1978.

_____. A collective ethnographer: fieldwork experience in the Brazilian Northwest. Information sur les Sciences Sociales, n. 47. pp. 71-97, Thousand Oaks, 2008.

SILVA e SOUSA, Luiz Antônio da. Memória sobre o descobrimento, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: João Ignácio da Silva, 1874.

SILVA JÚNIOR, A. R.; VALE, N. K. A. do; WANDER, A. E. Modernização agrícola e o êxodo rural entre 1960 e 2010 no Estado de Goiás. Conjuntura econômica goiana. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos (IMB). Conjuntura Econômica Goiana. Março de 2016. nº. 36.

SILVA, Anderson Ferreira da. Goiânia à noroeste: da ocupação ao novo centro urbano Universidade de Brasília. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Dissertação (Mestrado). Brasília, 2014.

SILVA, Marcio Antônio Both da. lei de terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar uma quinta parte da atual população agrícola. Revista Brasileira de História, vol. 35, nº 70. pp. 87-107.

SILVA, Maria Aparecida Daniel da. Terra “sem lei, nem rei”: Goiás (1822-1850). Dissertação (mestrado). Goiânia, UFG, 2000.

SILVA, Sandro Dutra e. No oeste, a terra e céu: A expansão da fronteira agrícola no Brasil Central. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

SILVEIRA, Marcos César Borges da. Herdeiros de Sísifo: Trabalho e trabalhadores no norte do antigo Goiás (1960 - 1975). Tese (doutorado). Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SOUZA, Luiz Antônio da Silva e. Memória do descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz (1814). Goiânia: Editora UFG, 1998.

SRH-MMA. Recursos hídricos no Brasil. Brasília, 1998.

TAVARES, Toninho. Agropecuária é responsável por 98,8% do desmatamento no Cerrado, aponta estudo. Terra Livre. Terra para os que nela trabalham. Ano XII, número 103. Setembro 1961. Arquivo da Biblioteca Nacional. Rg. 062.

TELES, Gilberto de Mendonça. Vida e obra de Silva e Souza. Goiânia: Oriente, 1978.

TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes. A expansão do povoamento em Goiás: século XIX. Dissertação (mestrado). Goiânia: UFG, 1991.

TOZONI-REIS, M. F. C. Natureza, razão e história: contribuições para uma pedagogia de educação ambiental. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2003. Poços de Caldas. Anais. Poços de Caldas: ANPED – GT. 2003

TURNER, Frederick Jackson. The Frontier in American History. Mineola: Dover Publications, 2010.

WAIBEL, Leo. Capítulos de geografia tropical e do Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. L'agriculture familiale au Brésil. In: 66 LAMARCHE, Hugues (Coord.). L'agriculture familiale. 1. une réalité polymorphe. Paris: L'Harmattan, 1992.

_____. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. Reforma Agrária. Revista da ABRA. Campinas, v. 25, n. 2/3, p. 37-57, 1995. (Número Especial sobre Agricultura Familiar).

_____. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WAQUIL, P. D.; FINCO, M. V. A.; MATTOS, E. J. Pobreza Rural e Degradação ambiental: uma refutação da hipótese do círculo vicioso. Revista de Economia Rural, Rio de Janeiro, v.2, n.42, p. 317-340, 2004.

WOLF, E. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar.

WORSTER, Donald. Under Western Skies: Nature and History in the American West. Nova York: Oxford University Press, 1992.

SITES:

ALVES, Mayk. Coivara é técnica que divide opiniões no mundo da agricultura. Agro 2.0, [s.l.], 03 de fev. de 2021. Disponível em: <https://www.agro20.com.br/coivara/>. Acesso em: 06 de out. de 2023.

ARAÚJO, Augusto. Dependente do Cerrado, agronegócio goiano é afetado diretamente pela destruição do bioma. Portal6. Goiânia, 23 de set. de 2022. Disponível em: <https://portal6.com.br/2022/04/24/dependente-do-cerrado-agronegocio-goiano-e-afetado-diretamente-pela-destruicao-do-bioma/>. Acesso em: 24 de set. de 2022.

AYRES, Isac. História de Goiânia. Portal Guanabara Notícias. Goiânia, [s. d.]. Disponível em: <https://www.portalguanabaranoticias.com/p/historia-de-goiania.html>. Acesso em: 19 de dez. de 2019.

BARROSO, Ana Cláudia; PAIXÃO, Adriano Nascimento da. Dinâmica do mercado de trabalho em goiás e a especialização das atividades produtivas entre 2002-2011. Revista de Economia, Anápolis-GO, vol. 09, nº 02, p. 40-63, Jul./Dez. 2013. Disponível em: <http://www.revista.ueg.br/index.php/economia/about/index>. Acesso em: 19 de dez. de 2023.

BATTERO, Pedro Henrique. História - Seca, fenômeno secular na vida dos nordestinos. Brasília, 2009. Ano 6. Edição 48 - 10/03/2009. Ipea. Desafios ao desenvolvimento. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1214:reportagens-materias&Itemid=39. Acesso em: 24 de ago. de 2022.

BORGES, Barsanufu Gomides. A Economia Agrária Goiana (1930-1960). Associação brasileira de pesquisadores em história econômica (ABPHE). S.d. s. l. p. 10. Disponível em: www.abphe.org.br/arquivos/barsanufu-gomides-borges.pdf. Acesso em: 13 de jan. de 2023.

BORGES, Barsanufu Gomides. A economia agrária goiana no contexto nacional (1930-1960). História econômica & história de empresas III. 2 (2000), 65-83: Goiânia. p. 70
Brasil de Fato: uma visão popular do Brasil e do mundo. Agropecuária é responsável por 98,8% do desmatamento no Cerrado, aponta estudo. Rede Brasil Atual. Brasília, 10 de Set. de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/10/agropecuaria-e-responsavel-por-98-8-do-desmatamento-no-cerrado-aponta-estudo>. Acesso em: 24 de set. de 2022.

CAMPOS, Francisco Itami. Formas de Ocupação: “... uma população sem terra, numa terra despovoada...”. Sociedade e cultura, 1(1): 71-80, Goiânia, UFG, jan./jun. de 1998. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/15440/5/Artigo%20-%20Francisco%20Itami%20Campos%20-%201998.pdf>. Acesso em: 05 de set. de 2022.

CANDIDO, Antônio. Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

CASTILHO, Denis. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-Go – Brasil. *Élisée, Rev. Geo. UEG - Goiânia*, v.1, n.1, p.117-139, jan./jun. 2012. P. 125, 126. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/214/o/A_CANG.pdf. Acesso em: 19 de Dez. de 2019.

CASTILHO, Denis. Estado e rede de transportes em Goiás-Brasil (1889-1950). *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de noviembre de 2012, vol. XVI, nº 418 (67). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-418/sn-418-67.htm>. Acesso em: 11 de Jul. de 2023.

DUTRA E SILVA, Anderson y Sandro Dutra e Silva. “A natureza e a modernidade urbana de Goiânia nos discursos da cidade símbolo do Oeste brasileiro (1932-1942)”. *Historia Crítica* n.º 74 (2019): 65-93, Disponível em: <https://journals.openedition.org/histcrit/1599#ftn2>. Acesso em: 11 de dez. de 2023.

Estado de São Paulo. Memorial da Resistência de São Paulo. José Porfírio de Souza. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/jose-porfirio-de-souza/>. Acesso em: 30 de set. de 2023.

FERNANDES, Cláudio. Mineração do período colonial. Ciclo do ouro no Brasil. Edubras. São Paulo: [s. d.], disponível em: https://www.educabras.com/vestibular/materia/historia/historia_do_brasil/aulas/ciclo_do_ouro_no_brasil#:~:text=Por%20estas%20raz%C3%B5es%20e%20outras,atividades%20econ%C3%B4micas%20de%20primeira%20grandeza. Acesso em: 13 de out. de 2022.

FERREIRA, Gilmar Leite. O sertão educa. Dissertação (mestrado). UFRN: Natal, 2013. FONSECA, C. D. Do sertão dos Cataguases às Minas Gerais: As modalidades e o léxico da ocupação. In: *Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas* [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. *Humanitas series*, pp. 51-81. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788542303070.0005>. Acesso em: 13 de abr. de 2022.

FERREIRA, G. C. V., MIZIARA, F., & VAZQUÉZ-GONZÁLEZ, I. Intensificação da pecuária em Goiás. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 60(4), e242960. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/47JjVWSW84ssLwDHkCFFKc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 de out. de 2023.

FERREIRA, Gabriel Caymmi Vilela. MIZIARA, Fausto. COUTO, Victor Rezende Moreira. Pecuária em Goiás: análise da distribuição espacial e produtiva. *Rede – Revista Eletrônica do PRODEMA*. Fortaleza, Brasil, v. 13, n. 2, p.21 - 39. 2019. Disponível em: <https://www.agrodefesa.gov.br/files/PRODEMA.pdf>. Acesso em: 24 de Ago. de 2022.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Estação Ferroviária Leopoldo de Bulhões. Estações Ferroviárias. Prefeitura de Leopoldo de Bulhões, 2023. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/efgoiaz/leopoldo.htm>. Acesso em: 17 de Dez. de 2023.

HAUFF, Shirley N. (org.) *Ábaco: Laboratório de Pesquisas Interdisciplinares sobre Tecnologias e Educação. Exposição Cerrado patrimônio dos brasileiros*. Brasília: UnB. 2005.

IBGE. SEGPLAN-GO. DESTAT. 1990. Censo agropecuário – Brasil, Goiás. Brasília, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 06 de out. de 2023.

IBGE: Senso de 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em: 06 de out. de 2023.

Imagem do google maps: <https://www.google.com/maps/place/Serrinha,+Porangatu++GO,+76550-000/@-13.4769356,-49.4487612,22535m/data=!3m1!1e3!4m15!1m8!3m7!1s0x9341a7a500b6ba8d:0x172fbef76426d42!2sSerrinha,+Porangatu++GO,+76550-000!3b1!8m2!3d-13.4781887!4d-49.3897094!16s%2Fg%2F1ymx4r9b7!3m5!1s0x9341a7a500b6ba8d:0x172fbef76426d42!8m2!3d-13.4781887!4d-9.3897094!16s%2Fg%2F1ymx4r9b7!5m1!1e4?entry=ttu>. Acesso em: 29 de set. de 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/2231-np-divises-regionais-do-brasil/15778-divisooes-regionais-do-brasil.html>. Acesso em: 12 de dez de 2023.

JOVIANO, Carlos Vitório Martins. Posseiros e grileiros na frente de expansão da colonização de Dracena – SP. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v. 7, n. 13, p. 210-227, fev., 2012.

MACHADO, R.B., M.B. RAMOS NETO, P.G.P. PEREIRA, E.F. Caldas, D.A. GONÇALVES, N.S. SANTOS, K. TABOR e M. STEININGER. Estimativas de perda da área do Cerrado brasileiro. Relatório técnico não publicado. Conservação Internacional. Brasília: Ed. Business Point, 2004. Disponível em: <http://cmbbc.cpac.embrapa.br/RelatDesmatamCerrado%20CIBrasil%20JUL2004.pdf>. Acesso em: 11 de nov. 2023.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. Diagnóstico do interior do Brasil: saúde e doenças em de Goiás de 1823 a 1916. Goiânia, UFG, [s. d.]. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/p/16328-sonia-maria-de-magalhaes>. Acesso em: 07 de out. de 2023.

MAIA, Cláudio Lopes. Trombas e Formoso: uma referência de resistência camponesa. Entenda a história de camponeses que venceram um grande processo de grilagem em Goiás. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/04/21/trombas-e-formoso-uma-referencia-de-resistencia-camponesa/>. Acesso em: 01 de out. de 2023.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. A marcha das migrações: a ocupação e a colonização do Sul de Goiás (1800-1850). *Revista História*, Goiânia, v. 1, n. 1, jan./jun., 2008. pp.

46-47. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/viewFile/5421/4438>. Acesso em: 12 de dez. de 2023.

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. A população de goiás na transição da mineração para a pecuária (1804). *Hist. R., Goiânia*, v. 21, n. 1, p. 154–187, jan./abr. 2016. Disponível em: <file:///C:/,+9++1804+A+POPULA%C3%87%C3%83O+DE+GOIAS+NA+TRAN SI%C3%87%C3%83O+DA+MINERACAO+PARA+A+PECUARIA+ok.pdf>. Acesso em: 13 de jan. de 2024.

MULTIRIO. Secretaria Municipal de Educação. Prefeitura do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, s. d. Disponível em: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/at_mineradora.html. Rio de Janeiro, [s.d.]. Acesso em: 11 de Dez. de 2019.

RIBEIRO, Francielle Wanderley; RODRIGUES, Carolina Candida; PEIXOTO, Stefânia Alves; SILVA, Andrécia Cósmem da; ARAÚJO, Matheus da Silva. Perspectiva econômica da implantação de arroz de terras altas no sudeste de Goiás. *Agrarian Academy, Centro Científico Conhecer - Goiânia*, v.5, n.10. p. 2018. Disponível em: <https://www.conhecer.org.br/Agrarian%20Academy/2018B/perspectiva.pdf>. Acesso em: 12 de dez. de 2023.

Segundo maior bioma do país. Cerrado já teve área destruída equivalente ao estado de São Paulo entre 1985 e 2020. *Rede Brasil Atual*. Brasília, 10 de set. de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/10/agropecuaria-e-responsavel-por-98-8-do-desmatamento-no-cerrado-aponta-estudo> - Rede Brasil Atual. Acesso em: 06 de out. de 2023.

SIEG. Sistema Estadual de Geoinformação. Atlas do Estado de Goiás. 20 jan. 2015. Disponível em: <http://www.sieg.go.gov.br/>. Acesso em: 05 de out. de 2023.

SILVA, Sandro Dutra e; MOURA, Talliton Tulio Rocha Leonel de; CAMPOS, Francisco Itami. A terra dos coronéis no Oeste do Brasil: A cattle frontier, violência e dominação fundiária no Cerrado goiano. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 234-259, jan./jun. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281889833_A_terra_dos_coroneis_no_Oeste_do_Brasil_A_cattle_frontier_violencia_e_dominacao_fundiaria_no_Cerrado_goiano. Acesso em: 11 de dez. de 2023.

SILVEIRA, Marcos César Borges. *Herdeiros de Sísifo: trabalho e trabalhadores no norte do antigo Goiás (1960-1975)*. Tese (doutorado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SOUSA, Rainer Gonçalves. "Pecuária no período colonial"; *Brasil Escola*. São Paulo: 2019. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/pecuaria-no-periodo-colonial.htm>. Acesso em: 24 de ago. de 2022.

Superior Tribunal de Justiça. Notícias. Brasília, 27 de jul. de 2023. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/27072023-Mantida-ordem-de-prisao-contra-empresario-acusado-de-grilagem-de-terras-no-interior-de-Goi-as.aspx>. Acesso em: 08 de out. de 2023.

TEIXEIRA NETO, Antônio. Pequena história da agropecuária goiana;/o ouro acabou? Viva o boi!/o ouro se foi? Chegou o boi! Goiânia: UFG, 2015. P. 08. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://files.cercomp.ufg.br/web/up/215/o/teixeira_net_ant_nio_pequena_hist_agropecu_ria.pdf. Acesso em: 21 de jan. de 2024.

Unacademy. Durkheim's Sacred and Profane. Nova Delhi, 24 de set. de 2023. Disponível em: <https://unacademy.com/content/upsc/study-material/biology/durkheims-sacred-and-profane/>. Acesso em: 07 de out. de 2023.

WESTIN, Ricardo. Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios. Edição 71. Questão agrária. Agência Senado. Arquivo do Senado. 31 ed. Brasília: 14 de set. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios>. Acesso em: 16 de jan. de 2024.

ENTREVISTAS:

Edilson Mendonça. Agricultor da região de Porangatú em 1960 em entrevista pessoal concedida a Odilon M. Oliveira Junior sobre meeiros. Porangatú, Go. 11 de nov. de 2023.

Edmilson Ribeiro Lopes. Entrevista concedida à Odilon M. Oliveira Junior sobre agricultura familiar. Aruanã, Go. 13 de set. de 2023.

Luzia Dias Mendonça. Entrevista concedida à Odilon M. Oliveira Junior sobre conflitos agrários na região da Serrinha e proximidades do Córrego Amargoso, Porangatú-GO. Goiânia, GO. 01 de out. 2023.

Manoel Ribeiro da Silva. Agricultor da região de Tocantinópolis em 1960 em entrevista pessoal concedida a Odilon M. Oliveira Junior. São Miguel do Araguaia, Go. 17 de nov. de 2023.

ANEXOS:

1. Artigos publicados:

AGREGADOS/MEEIROS EM GOIÁS: A CONFIGURAÇÃO DA CLASSE SOCIAL MENOS FAVORECIDA ATÉ MEADOS DO SÉCULO XX

<https://doi.org/10.56083/RCV3N8-156>

Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/1519>

MÃO DE OBRA AGREGADA [AGREGADOS] NA EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA EM GOIÁS

<https://doi.org/10.56083/RCV4N4-132>

Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/4038>

2. Regras para publicação da Revista acima citada:

Disponível em: <https://revistacontemporanea.com/editora/#:~:text=O%20n%C3%Bmero%20m%C3%A1ximo%20de%20p%C3%A1ginas,quantidade%20de%20p%C3%A1ginas%20que%20possuem.>

Para a submissão de seu material é necessário que seja enviado em formato WORD, contendo resumo, palavras-chave, introdução, metodologia, resultados, conclusão e referências (nas normas da ABNT). São aceitos até 10 autores em um capítulo de livro e os dados devem ser encaminhados nesse modelo:

Nome completo do autor(a):

Instituição de filiação: Universidade XXXXXX

E-mail: xxx@yahoo.com

O número máximo de páginas para a publicação do seu material como capítulo de livros é de 20 páginas.